

364-W a 187
188
Um.

LEI Nº 1.201, de
26 de outubro de 1970

Dá nova redação ao Código
Tributário do Município -
de Guaratinguetá.

Præe. 364-W

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GUARATINGUETA

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte lei :

PARTE GERAL

TÍTULO I

Dos Tributos em Geral

CAPÍTULO I

Do Sistema Tributário do Município

Artigo 1º - Este Código dispõe sobre os fatos geradores, a incidência, as alíquotas, o lançamento, a cobrança e a fiscalização dos tributos municipais, e estabelece normas de direito fiscal a eles pertinentes.

Parágrafo único - As normas deste Código aplicam-se às relações tributárias reguladas por lei municipal, ainda quando o sujeito ativo não seja o próprio Município.

Artigo 2º - Integram o sistema tributário do Município:

I - os impostos:

- a) sobre a propriedade territorial urbana;
- b) sobre a propriedade predial urbana;
- c) sobre os serviços de qualquer natureza.

II- as taxas:

- a) decorrentes das atividades do poder de policiamento do Município;
- b) decorrentes de atos relativos à utilização efetiva ou potencial de serviços públicos municipais específicos e divisíveis.

III-a contribuição de melhoria.

CAPÍTULO II

Da Legislação Fiscal

Artigo 3º - Nenhum tributo será exigido ou alterado, nem qualquer pessoa considerada como contribuinte ou responsável pelo cumprimento de obrigação tributária, senão em virtude deste Código ou de Lei.

Artigo 4º - A lei fiscal entra em vigor na data de sua publicação, salvo as disposições que aumentarem tributos que incidam sobre a propriedade predial e territorial urbana, as quais

[Handwritten signature and initials]
 Proc. 364-W

entrarão em vigor a 1ª de janeiro do ano seguinte.

Artigo 5º - As tabelas de tributos, com base no salário mínimo, anexas a este Código, serão revistas e publicadas integralmente, pelo Poder Executivo, sempre que houverem sido alteradas.

CAPÍTULO III

Da Administração Fiscal

Artigo 6º - Todas as funções referentes a cadastramento, lançamento, cobrança, recolhimento e fiscalização de tributos municipais, aplicação de sanções por infração de disposição deste Código, bem como as medidas de prevenção e repressão às fraudes, serão exercidas pelos órgãos fazendários e repartições a eles subordinadas, segundo o respectivo regulamento.

Artigo 7º - Os órgãos e servidores incumbidos da cobrança e fiscalização dos tributos, com prejuízo do rigor e vigilância indispensáveis ao bom desempenho de suas atividades darão assistência técnica aos contribuintes, prestando-lhes esclarecimentos sobre a interpretação e fiel observância das leis fiscais.

Artigo 8º - Os órgãos fazendários farão imprimir, sempre que necessário, modelos de declarações e de documentos que devam ser preenchidos obrigatoriamente pelos contribuintes, para efeito de fiscalização, lançamento, cobrança e recolhimento de impostos, taxas e contribuição de melhoria.

Artigo 9º - São autoridades fiscais, para efeito deste Código, as que têm jurisdição e competência definidas em leis e regulamentos.

CAPÍTULO IV

Do Domicílio Fiscal

Artigo 10 - Considera-se domicílio fiscal do contribuinte ou responsável por obrigação tributária:

I - tratando-se de pessoa física, o lugar onde habitualmente reside, e, não sendo este conhecido, o lugar onde se encontra a sede de suas atividades ou negócios ou onde preste serviço;

II - tratando-se de pessoa jurídica de direito privado, o local de qualquer de seus estabelecimentos ou onde preste serviço;

III - tratando-se de pessoa jurídica de direito público, o local da sede de qualquer de suas repartições administrativas.

Nº 364-0/189
 190
 Mm.

IV - o contribuinte poderá eleger, de acordo com sua condição econômica, qualquer local, na área urbana para o recolhimento de notificação de lançamento e cobrança fiscal.

V - se o contribuinte residir ou exercer qualquer atividade na zona rural, ou se deixar de mencionar seu endereço na ficha de cadastro, o domicílio fiscal será, para os efeitos legais, a sede da Prefeitura. Artigo 11 - O domicílio fiscal será consignado nas petições, guias e outros que o contribuinte dirija ou deva apresentar à Fazenda do Município.

Parágrafo único - Os inscritos como contribuintes comunicados a mudança ou alteração de domicílio fiscal, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da ocorrência, sob pena de multa, e determinação de ofício do fato não comunicado, cobrando-se-lhes sobretaxa de serviço, conforme tabela.

CAPÍTULO V

Das Obrigações Tributárias Especiais

Artigo 12 - Os contribuintes facultados, por todos os meios a seu alcance, o lançamento, a fiscalização e o pagamento, a fiscalização e a cobrança dos tributos devidos à Fazenda Municipal, quando especificamente obrigados a:

- I - apresentar declarações e guias, e a escriturar em livros próprios os fatos geradores de obrigação tributária, segundo as normas deste Código e dos regulamentos fiscais;
- II - conservar por três (3) anos - e apresentar ao Fisco, quando solicitado, qualquer documento que, de algum modo, se refira a operações ou situações que constituam fato gerador de obrigação tributária ou que sirva como comprovante de veracidade dos dados consignados em guias e documentos fiscais;

III - prestar, sempre que solicitadas pelas autoridades competentes, informações e esclarecimentos que, a juízo do Fisco, se refiram a fato gerador de obrigação tributária. Parágrafo único - Mesmo no caso de isenção, ficam os beneficiários sujeitos ao cumprimento de disposto neste artigo ou em leis especiais.

Artigo 13 - O Fisco poderá requisitar a terceiros, e estes ficam obrigados a fornecer-lhe, todas as informações e dados referentes a fatos geradores de obrigação tributária, para os quais tenham contribuído, salvo quando, por força da lei, estejam obrigados a guardar sigilo em relação a esses fatos.

[Handwritten signature]

354-00
190
191
[Handwritten signature]

- § 1º - As informações obtidas por força deste artigo têm caráter sigiloso e só poderão ser utilizadas em defesa dos interesses fiscais da União, do Estado e deste Município e dos contribuintes.
- § 2º - Constitui falta grave, punível nos termos do Estatuto dos Funcionários Municipais, a divulgação de informações obtidas no exame de contas ou documentos exibidos.

CAPÍTULO VI

Da Lançamento. -

- Artigo 14 - Lançamento é o procedimento privativo da autoridade administrativa municipal, destinado a constituir o crédito tributário mediante a verificação da ocorrência da obrigação tributária correspondente, a determinação da matéria tributável, o cálculo do montante do tributo devido, a identificação do contribuinte, e sendo o caso, a aplicação da penalidade cabível.
- Artigo 15 - O ato do lançamento é vinculado e obrigatório, sob pena de responsabilidade funcional, ressalvadas as hipóteses de exclusão ou suspensão do crédito tributário previstas neste Código.
- Artigo 16 - O lançamento reporta-se à data em que haja surgido a obrigação tributária principal e rege-se pela lei então vigente, ainda que posteriormente modificada ou revogada, salvo casos de precrição.
- Parágrafo único - O disposto neste artigo não se aplica aos impostos lançados por períodos certos de tempo, desde que a lei tributária respectiva fixe expressamente a data em que o fato gerador deva ser considerado para efeito de lançamento.
- Artigo 17 - Os atos formais relativos ao lançamento dos tributos ficarão a cargo do órgão fazendário competente.
- Parágrafo único - A omissão ou erro de lançamento não exime o contribuinte do cumprimento da obrigação fiscal, nem de qualquer modo lhe aproveita.
- Artigo 18 - O lançamento efetuar-se-á com base nos dados constantes do cadastro Fiscal e nas declarações apresentadas pelos contribuintes.

Livro 364-U
 Folha 192
 Rubrica
 191
 Mun.

[Handwritten signature]

contribuintes, na forma e nas épocas estabelecidas neste Código e em regulamento.

Parágrafo único - As declarações deverão conter todos os elementos e dados necessários ao conhecimento do fato gerador das obrigações tributárias e à verificação do montante do crédito tributário correspondente.

Artigo 19 - Far-se-á o lançamento de ofício, com base nos elementos - disponíveis:

- I - quando o contribuinte ou o responsável não houver prestado declaração, ou a mesma apresentar-se inexata, por serem falsos ou errôneos os fatos consignados;
- II- quando, tendo prestado declaração, o contribuinte ou responsável deixar de atender, satisfatoriamente, no prazo e na forma legais, pedido de esclarecimento formulado pela autoridade administrativa.

Artigo 20 - Com a finalidade de obter elementos que lhes permitam verificar a exatidão das declarações apresentadas pelos contribuintes e responsáveis, e de determinar, com precisão, a natureza e o montante dos créditos tributários, a Fazenda Municipal poderá:

- I - exigir, a qualquer tempo, a exibição de livros e comprovantes dos atos e operações que possam constituir fato gerador de obrigação tributária;
- II- fazer inspeções nos locais e estabelecimentos onde se exercerem as atividades sujeitas a obrigações tributárias, ou nos bens ou serviços que constituam matéria tributável;
- III- exigir informações e comunicações escritas ou verbais;
- IV -notificar o contribuinte ou responsável para comparecer às repartições da Fazenda Municipal.

Artigo 21 - A autoridade administrativa que proceder ou presidir a quaisquer diligências de fiscalização lavrará os termos necessários para que se documente o início do procedimento, na forma da legislação aplicável, que fixará prazo máximo para a conclusão daquelas.

Parágrafo único - Os termos a que se refere este artigo serão lavrados, sempre que possível, em um dos livros fiscais exibidos; -

R. M. M.

quando lavrados em separados dêles se entregará à pessoa sujeita à fiscalização cópia autenticada pela autoridade a que se refere este artigo.

Artigo 22 - As autoridades administrativas municipais poderão requisitar o auxílio da força pública estadual ou municipal, e reciprocamente, quando vítimas de embaraço ou desacato no exercício de suas funções, ou quando necessário à efetivação de medida prevista na legislação tributária, ainda que não se configure fato definido em lei como crime ou contravenção.

Artigo 23 - O lançamento e suas alterações serão comunicadas ao contribuinte por meio de edital afixado na Prefeitura ou por publicação em jornal local, ou mediante notificação direta, feita por meio de aviso, para servir como guia de pagamento.

Artigo 24 - Far-se-á a revisão do lançamento:

- I- quando a lei assim o determinar;
- II- quando a declaração não seja prestada, por quem de direito, no prazo e na forma da legislação tributária;
- III- quando a pessoa legalmente obrigada, embora tenha prestado declaração nos termos do inciso anterior, deixar de atender, no prazo e na forma da legislação tributária, a pedido de esclarecimento formulado pela autoridade administrativa, recuse-se a prestá-lo ou não o preste satisfatoriamente a juízo daquela autoridade;
- IV- quando se comprove falsidade, erro ou omissão quando a qualquer elemento definido na legislação tributária - como sendo de declaração obrigatória;
- V- quando se comprove ação ou omissão do sujeito passivo, ou de terceiro legalmente obrigado, que dê lugar à aplicação de penalidade pecuniária;
- VI- quando se comprove que o sujeito passivo, ou terceiro em benefício daquele, agiu com dolo, fraude ou simulação;
- VII- quando deva ser apreciado fato não conhecido ou não provado por ocasião do lançamento anterior;
- VIII- quando se comprove que, no lançamento anterior, ocorreu fraude ou falta funcional da autoridade que o efetuou,

Faint, illegible text, possibly bleed-through from the reverse side of the page. The text is arranged in several paragraphs and is too light to transcribe accurately.

264-11/195
 195
 Mm.

Luciano

competentes, para a correção monetária.

Artigo 30 - Nenhum recolhimento de tributo será efetuado sem que se expeça a competente guia ou conhecimento.

Artigo 31 - Nos casos de expedição fraudulenta de guias ou conhecimentos, responderão civil, criminal e administrativamente, os servidores que os houverem subscrito ou fornecido.

Artigo 32 - Pela cobrança menor de tributo responde, perante a Fazenda Municipal, solidariamente, o servidor culpado, cabendo-lhe direito regressivo contra o contribuinte.

Artigo 33 - Não procederá contra o contribuinte que tenha agido - ou pago tributo de acordo com decisão administrativa ou judicial transitada em julgado, mesmo que, posteriormente, venha a ser modificada a jurisprudência.

Artigo 34 - O Executivo poderá contratar com estabelecimentos de crédito com sede, agência ou escritório no Município, o recebimento de tributos, segundo normas especiais baixadas para esse fim.

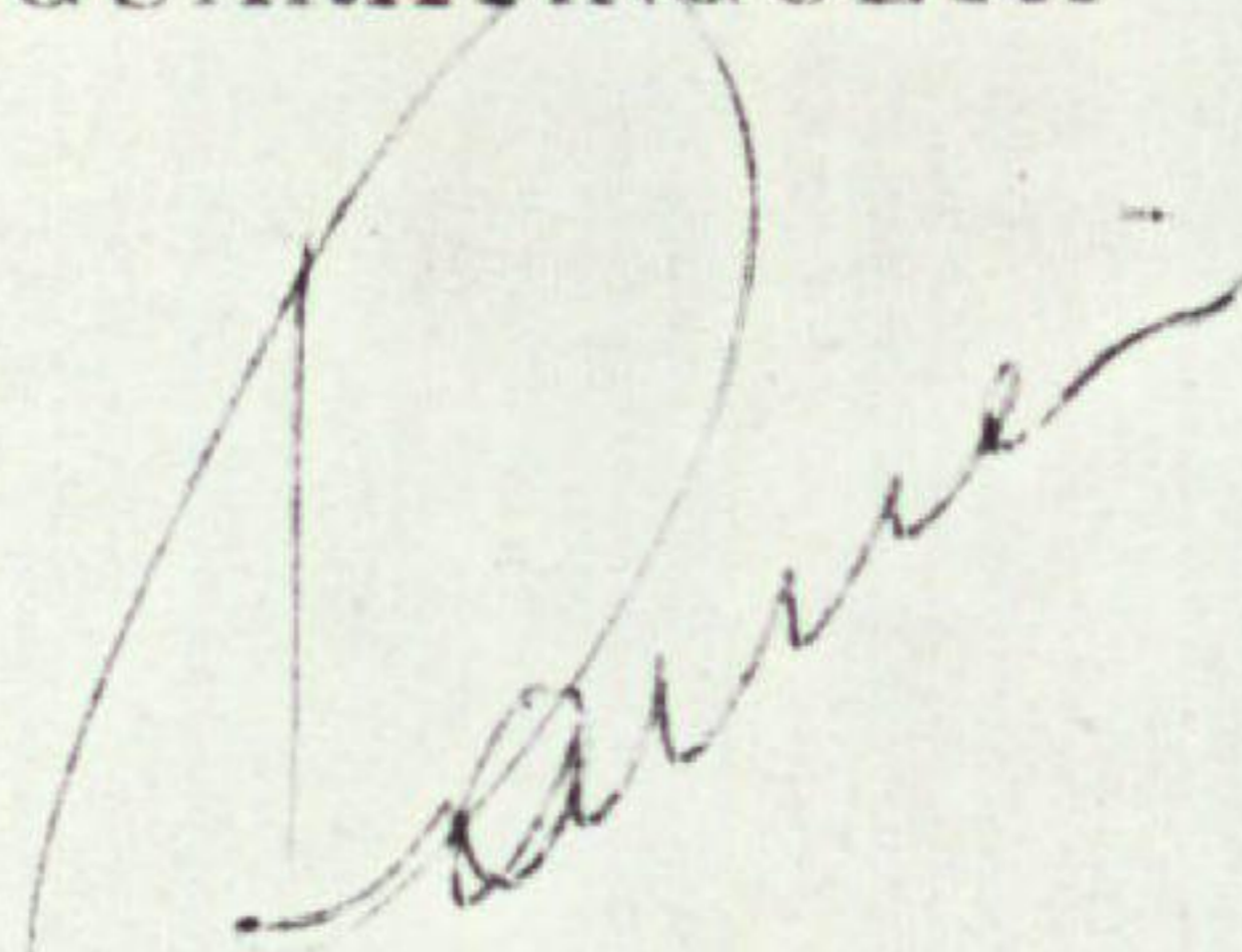
CAPÍTULO VIII
 Da Restituição.-

Artigo 35 - O contribuinte tem direito, independentemente de prévio protesto, à restituição total ou parcial de tributo, seja qual for a modalidade de seu pagamento, nos seguintes casos:

- I - cobrança ou pagamento espontâneo de tributo indevido ou maior que o devido em face deste Código, ou da natureza ou das circunstâncias materiais do fato gerador efetivamente ocorrido;
- II- erro na identificação do contribuinte, na determinação da alíquota aplicável, no cálculo do montante do tributo, ou na elaboração ou conferência de qualquer documento relativo ao pagamento;
- III- reforma, anulação, revogação ou rescisão de decisão condenatória.

Artigo 36 - A restituição total ou parcial de tributos abrangerá também, na mesma proporção, os juros de mora e as penalidades pecuniárias, salvo as referentes a infrações de caráter formal, que não devam reputar prejudicadas pela causa assecuratória da restituição.

Faint, illegible text, possibly bleed-through from the reverse side of the page. The text is arranged in several paragraphs and is too light to transcribe accurately.



Livro 364-U
 nº 196
 de 1977
 Rubrica

III- pela apresentação do documento comprobatório da dívida, em juízo de inventário ou concurso de credores.

Artigo 44 - Cessa em cinco (5) anos o poder de aplicar ou cobrar multas por infração a este Código, exceto nos casos de quantia inferior a um décimo do salário mínimo regional, em que o prazo será de dois (2) anos.

CAPÍTULO X

Das Imunidades e Isenções

Artigo 45 - Os impostos municipais não incidem sobre:

- I - o patrimônio, a renda ou os serviços da União, dos Estados, do Distrito Federal e de outros Municípios;
- II- templos de qualquer culto;
- III- o patrimônio, a renda ou os serviços de partidos políticos e de instituições de educação ou de assistência social, observados os requisitos fixados em lei complementar;
- IV- o livro, o jornal e os periódicos assim como o papel destinado a sua impressão;
- V - o tráfego intermunicipal de qualquer natureza, quando representarem limitações ao mesmo;

§ 1º - O disposto no número I deste artigo é extensivo às autarquias tão somente no que se refere ao patrimônio, à renda ou aos serviços vinculados às suas finalidades essenciais, ou delas decorrentes, mas não se estende aos serviços públicos concedidos nem exonera o promitente comprador da obrigação de pagar imposto que incidir sobre imóvel objeto de promessa de compra e venda.

§ 2º - O disposto neste artigo é extensivo aos serviços públicos concedidos pela União, quando a isenção geral for por ela instituída, por meio de lei especial, tendo em vista o interesse comum.

§ 3º - A imunidade tributária de bens imóveis dos templos se restringirá àqueles destinados ao exercício do culto.

§ 4º - As instituições de educação e assistência social somente gozarão da imunidade mencionada no número III, deste artigo, quando tratar de sociedades civis legalmente constituídas, sem fins lucrativos, e desde que não distribuam qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas ren-

rendas, a título de lucro ou participação no seu resultado.

§ 5º - Os serviços a que se refere o item III d'êste artigo, são exclusivamente os que se relacionam, de modo direto, com os objetivos institucionais das entidades em referência, previstos nos respectivos estatutos ou atos constitutos.

§ 6º - Na falta de cumprimento de qualquer dispositivo d'êste artigo, a autoridade competente pode suspender o benefício fiscal.

Artigo 46 - São isentas de impostos municipais as atividades individuais de pequeno rendimento, destinadas, exclusivamente, ao sustento de quem as exerce ou de sua família e como tais definidas em regulamento.

Artigo 47 - A critério do Prefeito, atendidas as exigências fixadas em Regulamento, o proprietário do único imóvel, em que reside só ou com sua família, gozará de isenção dos impostos territorial urbano e predial.

Artigo 48 - A concessão de isenções apoiar-se-á em fortes razões de ordem pública ou de interesse do Município e não poderá ter caráter pessoal.

Artigo 49 - Verificada, a qualquer tempo, a inobservância das formalidades exigidas para a concessão, ou o desaparecimento das condições que a motivaram, será isenção obrigatoriamente cancelada.

Artigo 50 - As imunidades e isenções não abrangem as taxas e a contribuição de melhoria, salvo as disposições expressamente estabelecidas neste Código.

Artigo 51 - O proprietário de terreno não edificado, cuja área seja equivalente à de lote oficial e destinado à construção da casa própria, ou aquele que possuir prédio em que reside com a família poderá, a juízo da Administração e a título precário, gozar da isenção da Contribuição de Melhoria.

§ 1º - Para a obtenção do favor fiscal, o proprietário provará na forma desta lei e do regulamento, sua incapacidade contributiva.

§ 2º - Se o proprietário não edificar no terreno, no prazo de 2 (dois) anos, a contar da data do lançamento, a Contribuição de Melhoria será cobrada de acordo com as normas

legais, cabendo-lhe o direito a parcelamento.

§ 3º - O proprietário do imóvel (terreno ou prédio), durante 15 (quinze) anos, a partir da data do lançamento, não poderá transferir o direito de propriedade a terceiros, salvo, se pagar o valor da Contribuição de Melhoria, com os acréscimos previstos nesta lei.

CAPÍTULO XI

Da Dívida Ativa

Artigo 52 - Constitui dívida ativa do Município a proveniente de impostos, taxas, contribuição de melhoria e multas de qualquer natureza regularmente inscrita na repartição administrativa competente, depois de esgotado o prazo fixado para pagamento pela lei ou por decisão final proferida em processo regular.

Artigo 53 - Para os efeitos legais, a dívida ativa é considerada inscrita quando registrada em livro para esse fim existente na repartição de tributação da Prefeitura.

Artigo 54 - Encerrado o exercício financeiro, a repartição competente providenciará, imediatamente, a inscrição dos débitos fiscais por contribuinte.

Parágrafo único - Independentemente, porém, do término do exercício financeiro, os débitos fiscais não pagos em tempo hábil poderão ser inscritos no livro próprio da Dívida Ativa Municipal.

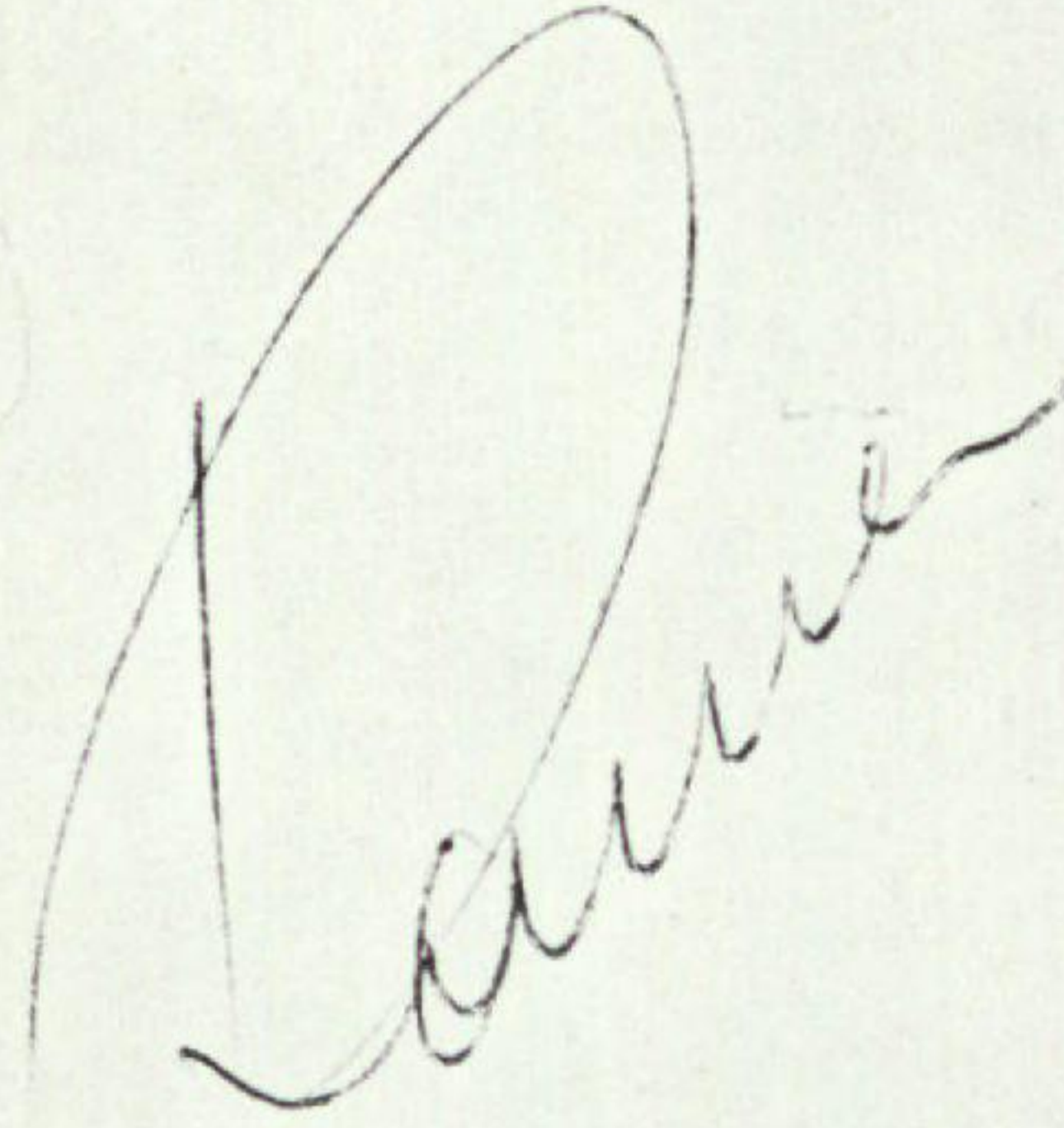
Artigo 55 - A fazenda Municipal, pela repartição competente, comunicará, por escrito, ao contribuinte, a origem e o valor da dívida e, na impossibilidade da notificação escrita, fará publicar em jornal local, dentro de 30 (trinta) dias subsequentes à inscrição, relação que contenha:

- a) nome do devedor e endereço relativo à dívida;
- b) origem da dívida e valor.

Parágrafo único - Dentro de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento do aviso ou da data da publicação da relação, será feita a cobrança amigável da dívida ativa, depois do que a Prefeitura encaminhará para cobrança judicial, à medida que forem sendo extraídas as certidões relativas aos débitos.

Artigo 56 - O termo de inscrição da dívida ativa, autenticado pela Autoridade competente, indicará, obrigatoriamente:

- I - o nome do devedor e, sendo o caso, os dos corresponsáveis, bem como, sempre que possível, o domicílio ou residência de um ou de outros;



- II- a origem e a natureza do crédito fiscal, mencionando a lei tributária respectiva;
- III- a quantia devida e a maneira de calcular os juros de mora e os acréscimos legais;
- IV - a data em que foi inscrita;
- V - o número do processo administrativo de que origina o crédito fiscal, sendo o caso.

Parágrafo único - A certidão, devidamente autenticada, conterá, além dos requisitos deste artigo, a indicação do livro e a folha de inscrição.

Artigo 57 - A omissão de quaisquer dos requisitos previstos no artigo anterior, ou o erro a eles relativo, são causas de nulidade da inscrição e do processo de cobrança dela decorrente, mas a nulidade poderá ser sanada até a decisão de primeira instância, mediante substituição de certidão nula, devolvido ao sujeito passivo, acusado ou interessado o prazo para defesa, que somente poderá versar sobre a parte modificada.

Artigo 58 - Serão cancelados, mediante despacho do Prefeito, os débitos fiscais:

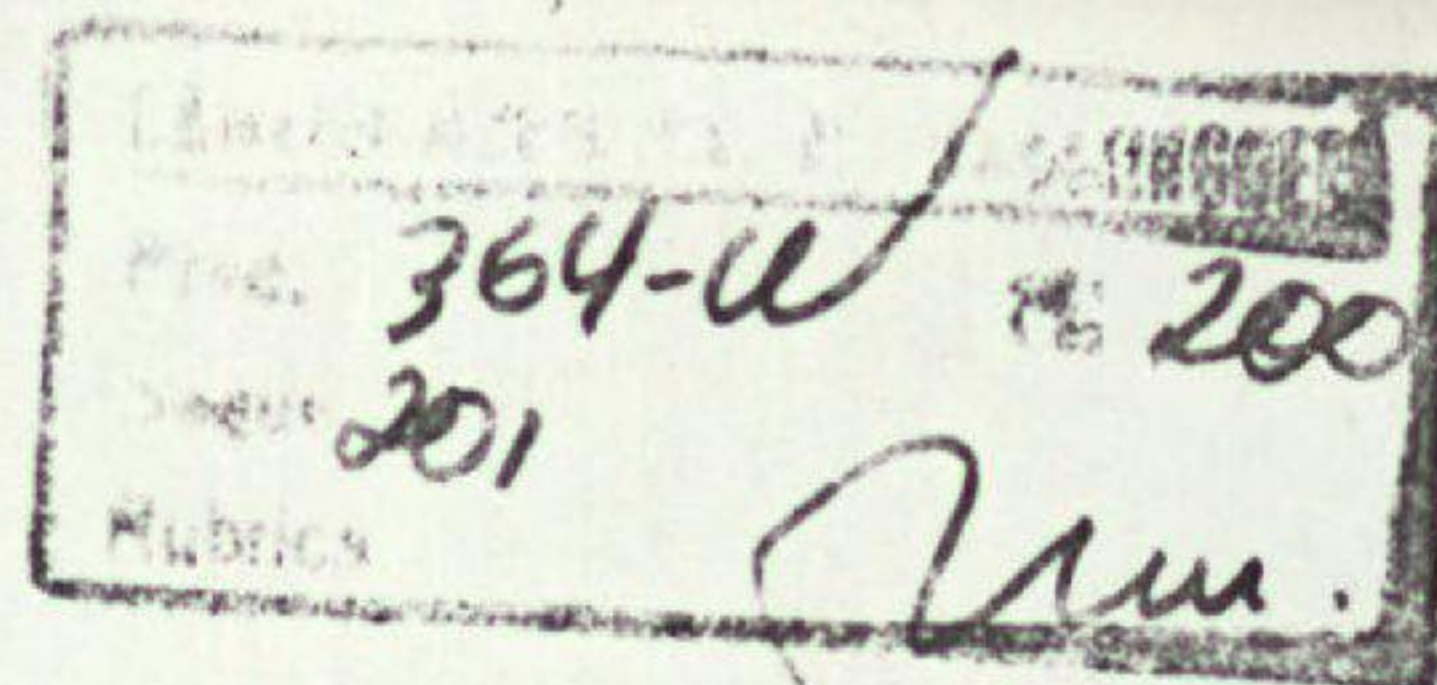
- I - legalmente prescritos;
- II- de contribuintes que hajam falecido sem deixar bens que exprimam valor.

Parágrafo único - O cancelamento será determinado de ofício ou a requerimento de pessoa interessada, desde que fiquem provadas a morte do devedor e a inexistência de bens, ouvidos os órgãos fazendários e jurídico da Prefeitura.

Artigo 59 - As dívidas relativas ao mesmo devedor, se conexas ou consequentes, serão, na medida do possível, reunidas em um só processo.

Artigo 60 - As certidões da dívida ativa, para cobrança judicial, deverão conter os elementos mencionados no artigo 56 deste Código.

Artigo 61 - O recebimento de débitos fiscais constantes de certidões já encaminhadas para cobrança executiva, será feito exclusivamente à vista de guia em duas vias, expedida pelos escrivões ou advogados, com o visto do órgão jurídico da Prefeitura.



incumbido da cobrança judicial da dívida.

Parágrafo único - A partir da data do recebimento do visto ou da publicação da relação, começará a fluir o prazo de 30 (trinta) dias, para a cobrança por procedimento amigável; decorrido esse prazo, ajuizar-se-á a competente ação executiva.

Artigo 62 - As guias, que serão datadas e assinadas pela emitente, conterão:

I - o nome do devedor e seu endereço;

II- o número da inscrição da dívida;

III- a importância total do débito e o exercício ou período a que se referir;

IV- a multa, os juros de mora e os acréscimos legais a que estiver sujeito o débito.

V - as custas judiciais.

Artigo 63 - Ressalvados os casos de autorização legislativa, não se efetuará o recebimento de débitos fiscais inscritos na dívida ativa com dispensa de multa, e dos juros de mora e dos acréscimos legais.

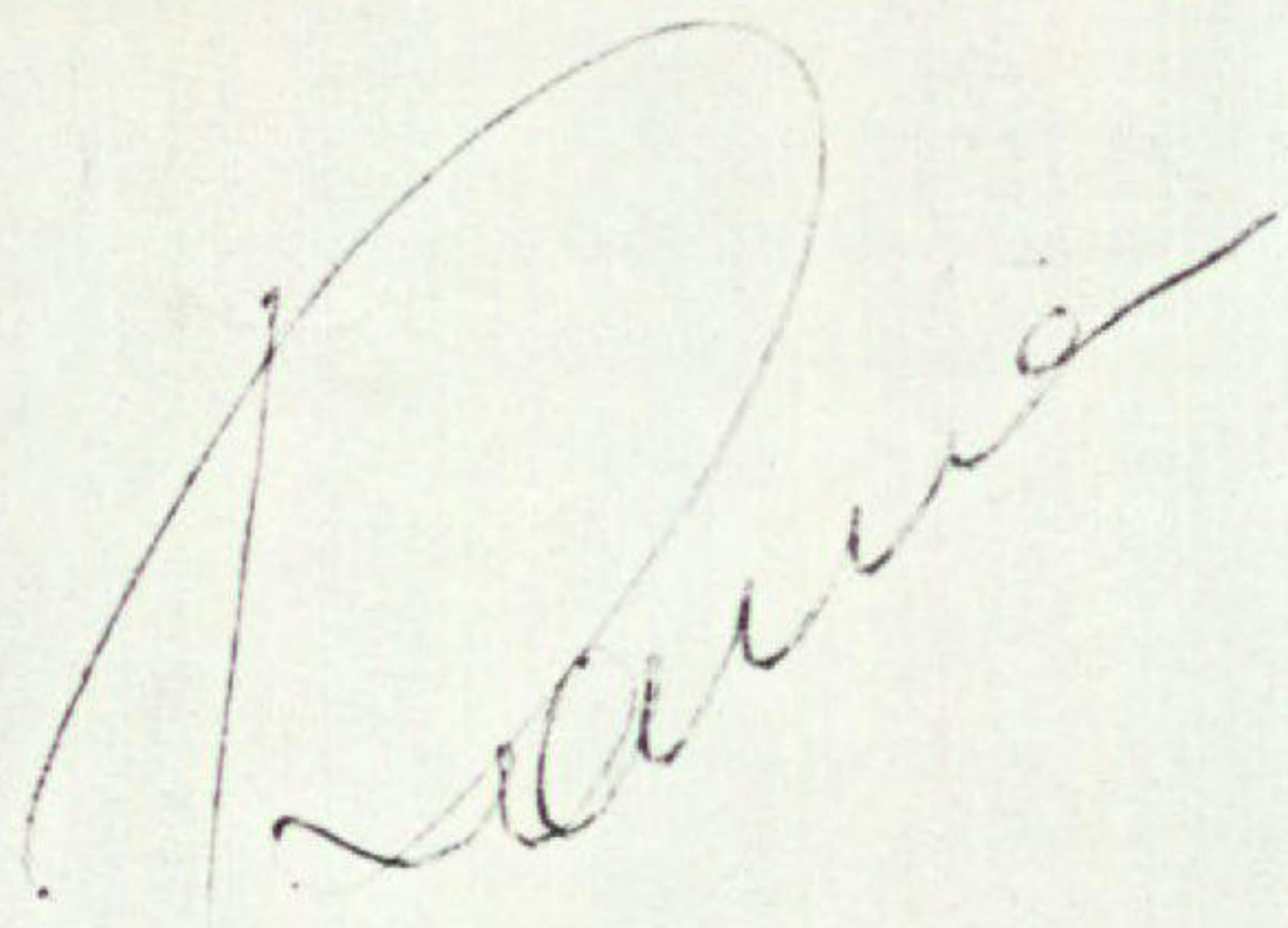
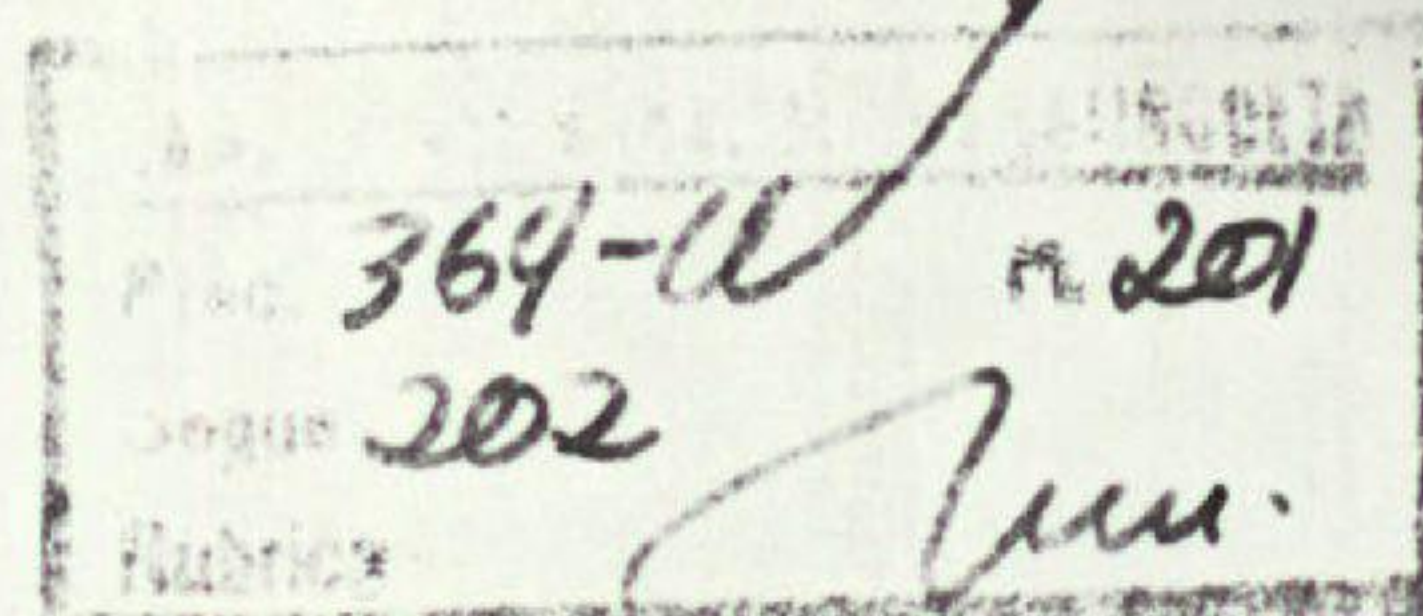
Parágrafo único- Verificada, a qualquer tempo, a inobservância do disposto neste artigo, é o funcionário responsável obrigado, além da pena disciplinar a que estiver sujeito, a recolher aos cofres do Município o valor da multa, dos juros de mora e dos acréscimos legais que houver dispensado.

Artigo 64 - O disposto no artigo anterior se aplica, também, ao servidor que reduzir graciosa, ilegal ou irregularmente, o montante de qualquer débito fiscal inscrito na dívida ativa, autorizado ou não por superior hierárquico.

Artigo 65 - É solidariamente responsável com o servidor, quanto à reposição das quantias relativas à redução, mencionada nos dois artigos anteriores, a autoridade superior que determinar aquelas concessões, salvo se o fizer em cumprimento de mandado judicial.

Artigo 66 - Encaminhada a certidão da dívida ativa para cobrança executiva, cessará a competência do órgão fazendário para agir ou decidir quanto a ela, cumprindo-lhe, entre tanto, prestar as informações solicitadas pelo órgão encarregado da execução e pelas autoridades judiciárias.

Artigo 67 - Excepcionalmente, a critério do Prefeito, será permitida a cobrança amigável da dívida ativa, concernente à

contribuição de Melhoria não paga nos prazos regulamentares, em até 12 (doze) prestações mensais.

CAPÍTULO XII

Das Penalidades

Seção 1ª

Disposições Gerais

- Artigo 68** - Sem prejuízo das disposições relativas a infração e penas - constantes de outras leis e códigos municipais, as infrações a este Código serão punidas com as seguintes penas:
- I - multa;
 - II- proibição de transacionar com as repartições municipais;
 - III- sujeição a regime especial de fiscalização;
 - IV- suspensão ou cancelamento da isenção de tributos;
 - V - cancelamento de licença decorrente do poder de polícia.
- Artigo 69** - A aplicação da penalidade de qualquer natureza, de caráter civil, criminal ou administrativa, e o seu cumprimento, em caso algum dispensam o pagamento de tributo devido e dos acréscimos previstos em lei.
- Artigo 70** - Não se procederá contra servidor ou contribuinte que tenha agido ou pago tributo de acordo com interpretação fiscal, constante de decisão de qualquer instância administrativa, mesmo que, posteriormente, venha a ser modificada essa interpretação.
- Artigo 71** - A omissão do pagamento de tributos e a fraude fiscal serão apurados mediante representação, notificação preliminar ou auto de infração, nos termos da lei.
- Artigo 72** - A co-autoria nas infrações ou tentativas de infração nos dispositivos da legislação municipal, implica os que a praticarem em responder solidariamente pelo pagamento do tributo devido.
- Artigo 73** - Apurando-se em único processo, infração da mesma natureza, praticada por pessoa física ou jurídica, em uma só ação, aplicar-se-á pena correspondente à infração mais grave.
- Artigo 74** - Apurada a responsabilidade de diversas pessoas, contribuintes ou não, não vinculadas por co-autoria, impor-se-á a cada uma delas a pena relativa à infração que houver cometido.
- Artigo 75** - A aplicação de multa não prejudicará a ação criminal que, no caso, couber.

Raimundo

Seção 2ª
Das Multas

Artigo 76 - As multas serão impostas em grau mínimo, médio ou máximo e segundo as suas circunstâncias atenuantes e agravantes.

Artigo 77 - Considerem-se infrações tributárias em:

a) GRAU MÍNIMO:

- I - deixar de fazer a inscrição no Cadastro Fiscal da Prefeitura, de seus bens ou atividades sujeitas à tributação Municipal;
- II- apresentar ou entregar à repartição competente ficha de inscrição cadastral, livros, documentos ou declarações relativos aos bens e atividades sujeitos à tributação, com omissões, falhas e dados incompletos que dificultem o lançamento; bem como deixar de entregar fichas de inscrição ou declaração estatística, fora do prazo legal ou regulamentar.
- III- deixar de comunicar, dentro dos prazos previstos, a mudança de domicílio fiscal, as alterações ou baixas que impliquem em modificação ou extinção do lançamento;
- IV - deixar de apresentar, dentro dos respectivos prazos os elementos básicos à identificação ou à caracterização de fatos geradores ou base de cálculo dos tributos municipais;
- V - deixar de remeter à Prefeitura, em sendo obrigado a fazê-lo, documento exigido por lei ou por regulamento fiscal;
- VI- localizar-se nas vias ou logradouros públicos para o exercício de atividade mercantil, usando veículo ou instalação ou sem a utilização destes.
- VII- colocar na calçada objetos, utensílios ou material em geral; depositar na via pública terra, entulhos, animais mortos ou resíduos de qualquer espécie; instalar toldos ou fixar mercadorias nestes, de maneira que prejudiquem a passagem de transeuntes na calçada;
- VIII- possibilitar, de qualquer modo, que animais, de pequeno ou grande porte, transitem, às soltas, nas vias públicas.
- IX - transitar pelas vias públicas com veículos de tração animal ou pessoal, sem a devida licença;

[Handwritten signature]

P. 364-11
 nº 203
 Rubrica
[Handwritten initials]

- X - antecipar ou prorrogar a abertura ou o fechamento de estabelecimento comercial, sem o competente alvará de licença especial;
- XI- deixar de construir muro, deixar de fazer ou consertar calçadas em terrenos vagos, localizados em zonas urbanas onde existam - iluminação, água e esgoto;
- XII-não providenciar a execução de calçada nos prédios situados nos locais beneficiados com os melhoramentos públicos, citados no - item XI.

b) GRAU MÉDIO:

- I - iniciar atividade profissional, comercial, industrial ou praticar ato sujeito à taxa de licença, sem a concessão deste;
- II- deixar de cumprir qualquer outra obrigação estabelecida na legislação vigente ou no regulamento a ela referente.

c) GRAU MÁXIMO:

- I - não possuir livros, documentos ou impressos, exigidos por lei - ou regulamento;
- II- negar-se a exibir ao Fisco livros, documentos, dados estatísticos e outros elementos informativos imprescindíveis à fiscalização;
- III-não emitir nota fiscal; não escriturar-la; não possuir talonários;
- IV- negar-se a prestar informações ou, por qualquer outro modo, tentar embarçar, iludir, dificultar ou impedir a ação dos agentes do Fisco, a serviço dos interesses da Fazenda Municipal;
- V - sonegar, por qualquer forma, pagamento de tributos;
- VI- viciar, ou falsificar a escrituração dos livros, ou documentos fiscais;
- VII-instruir pedidos de favores fiscais com documentos falsos ou - obitados por meios ilícitos.

Artigo 78 - As infrações tributárias serão punidas com as seguintes multas:

a) GRAU MÍNIMO:

20% (vinte por cento) sobre o salário mínimo;

b) GRAU MÉDIO:

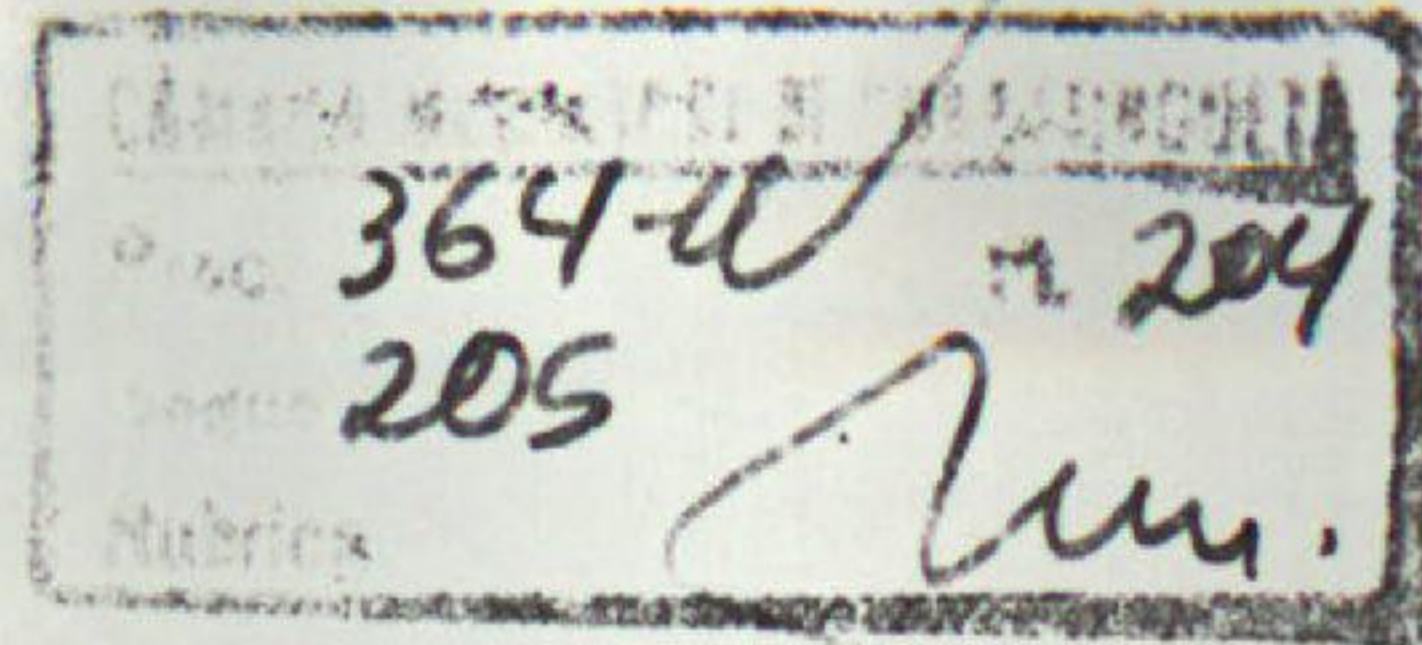
50% (cincoenta por cento) sobre o salário mínimo;

c) GRAU MÁXIMO:

100% (cem por cento) sobre o salário mínimo.

Artigo 79 - As multas de que tratam os artigos anteriores serão aplicadas sem prejuízo de outras penalidades, por motivo de fraude ou sonegação de tributo.

Américo



Artigo 80 - Salvo prova em contrário, presume-se o dolo em qualquer - das seguintes circunstâncias:

- a) contradição evidente entre os livros e documentos da escrita fiscal e os elementos das declarações e guias apresentadas às Repartições Municipais;
- b) manifesto desacôrdo entre os preceitos legais e regulamentares no tocante às obrigações tributárias e a sua aplicação por parte do contribuinte ou responsável;
- c) remessa de informes e comunicações falsas ao Fisco com respeito aos fatos geradores e à base de cálculo de obrigações tributárias;
- d) omissão do lançamento nos livros, fichas, declarações ou guias, de bens e atividades que constituem fatos geradores de obrigações tributárias.

Seção 3ª

DA PROIBIÇÃO DE TRANSACIONAR COM AS REPARTIÇÕES MUNICIPAIS.

Artigo 81 - As pessoas físicas ou jurídicas que estiverem em débito - de tributos e multas não poderão receber quaisquer quan - tias ou créditos que tiverem com a Prefeitura, participar de concorrência, coleta ou tomada de preços, celebrar con - tratos ou termos de qualquer natureza, ou transacionar a qualquer título com a administração do Município.

Seção 4ª

DA SUJEIÇÃO A REGIME ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO

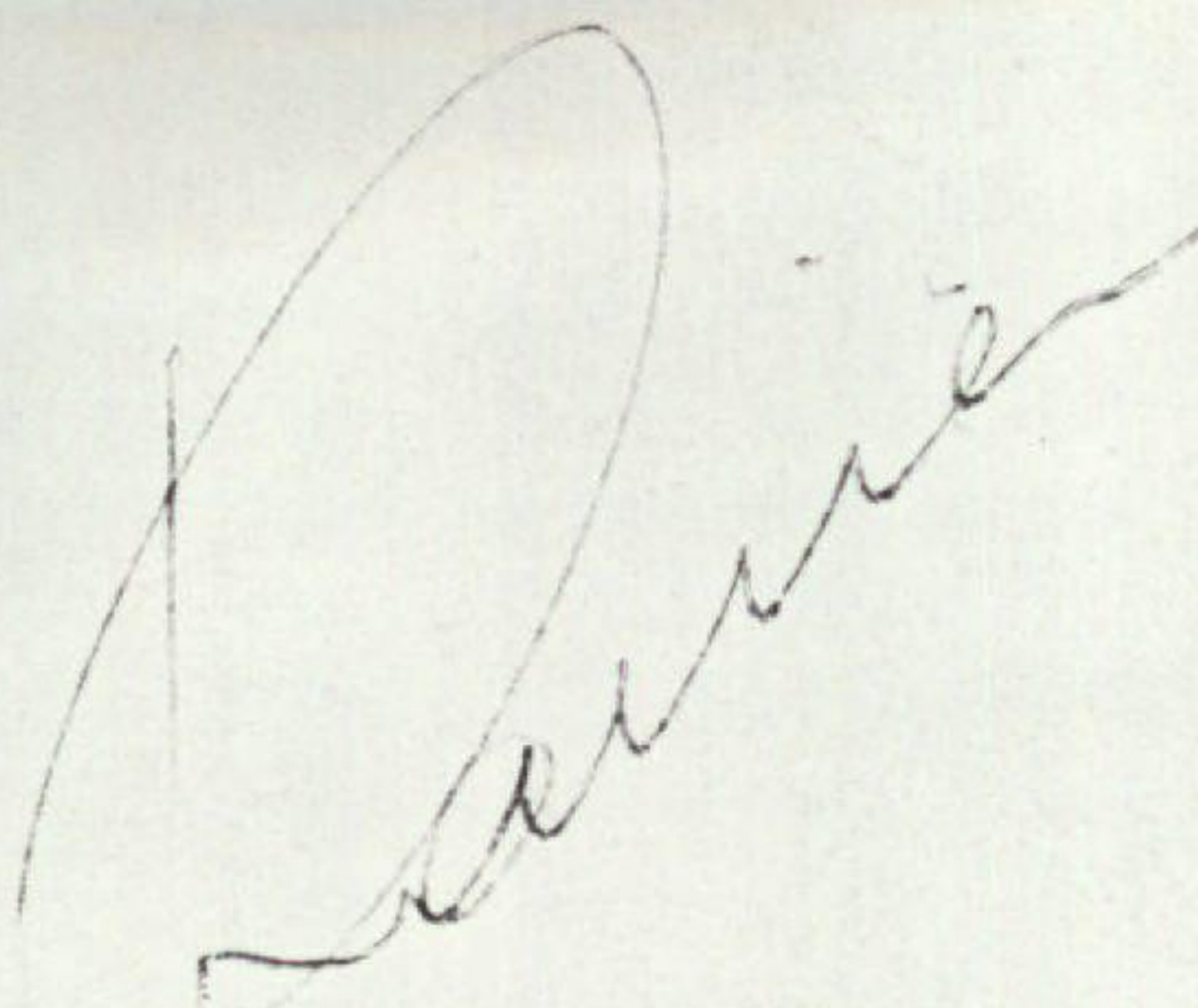
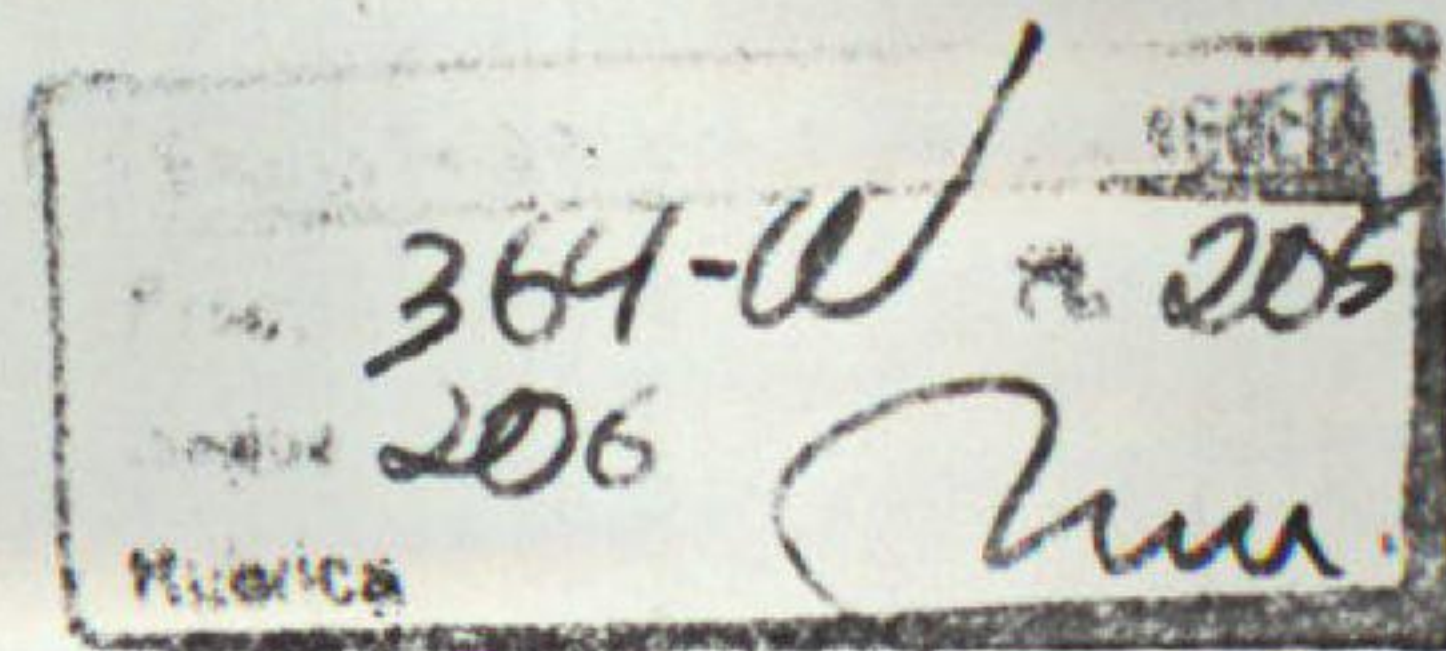
Artigo 82 - O contribuinte que houver cometido infração punida em - grau máximo, ou reincidir na violação das normas estabele - cidas neste Código e em outras leis e regulamentos municí - pais, poderá ser submetido a regime especial de fiscaliza - ção.

Artigo 83 - O regime especial de fiscalização de que trata este capí - tulo será definido em regulamento.

Seção 5ª

DA SUSPENSÃO OU CANCELAMENTO DE ISENTÕES DE TRIBUTOS

Artigo 84 - Todas as pessoas físicas ou jurídicas que gozarem de i - senção de tributos municipais e infringirem disposições - deste Código ficarão privadas, por um exercício, da con - cessão e, no caso de reincidência, dela privadas definiti - vamente.

Parágrafo único - As penas previstas neste artigo serão aplicadas em face de representação nesse sentido, devidamente comprovada, feita em processo próprio, depois de aberta defesa ao interessado, nos prazos legais.

Seção 6ª

DO CANCELAMENTO DE LICENÇA DECORRENTE DO PODER DE POLÍCIA

Artigo 85 - Nenhuma atividade sujeita ao pagamento da taxa de licença poderá ser exercida antes da expedição da licença devida.

Parágrafo único - Quando se tratar de atividade favorecida com horário especial, o interessado pagará o quanto previsto na tabela anexa a este Código.

Artigo 86 - A continuação do funcionamento em cada exercício posterior, fica sujeita à taxa estabelecida por este Código.

Artigo 87 - Caducará a licença de estabelecimento que permanecer fechada por mais de 30 (trinta) dias, sem justificção da causa.

Artigo 88 - O estabelecimento ou o interessado que funcionar sem licença ou sem a renovação dela em cada exercício posterior, será fechado ou impedido de exercer a atividade, sujeitando-se às penalidades legais.

Artigo 89 - Se o funcionamento do estabelecimento ou o exercício de qualquer atividade se tornar danoso à saúde pública ou prejudicar o sossego e o bem-estar geral, ou os bons costumes ou, ainda, contrariar dispositivo em lei especial para localização, a licença para o funcionamento será cassada.

§ 1º - A cassação da licença também se fará quando o contribuinte cometer pela terceira vez reincidência específica ou genérica.

§ 2º - O contribuinte que fôr incurso nas penalidades previstas - Neste artigo e no parágrafo anterior, ficará impedido de exercer atividade idêntica no Município, durante 5 (cinco) anos.

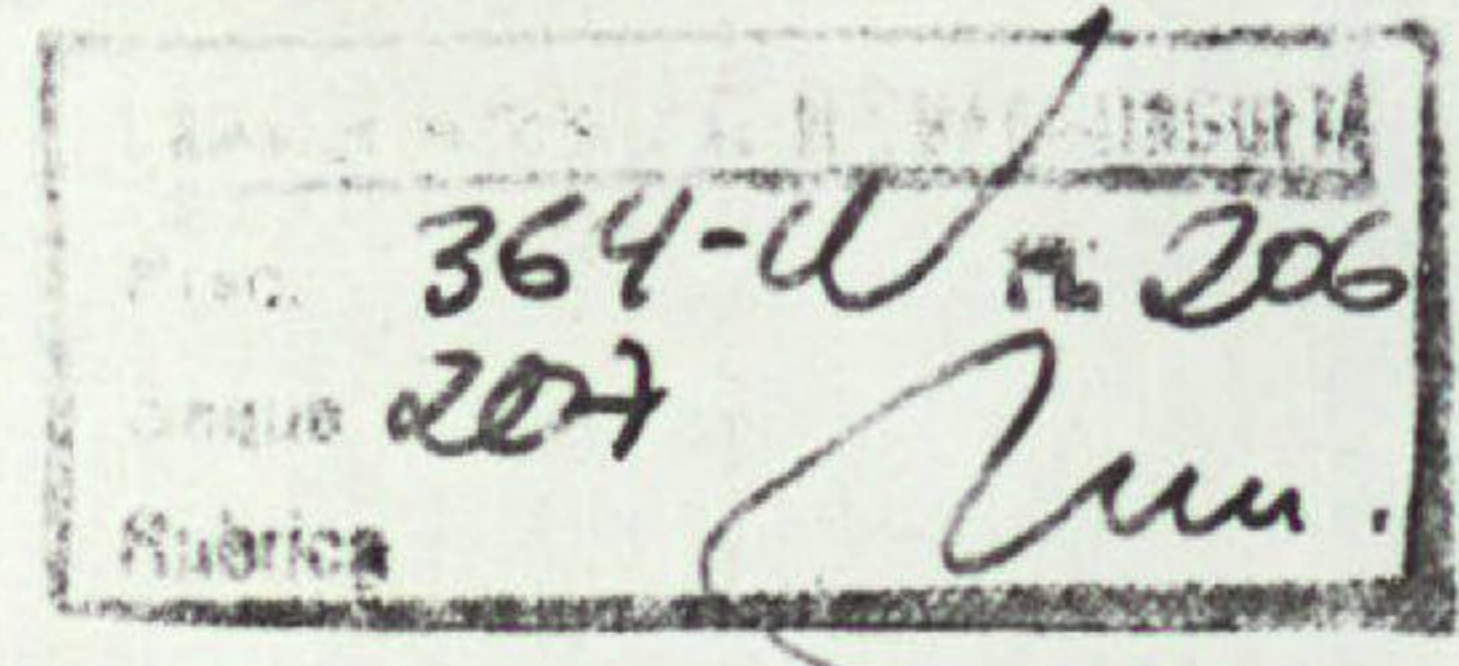
Seção 7ª

DAS PENALIDADES FUNCIONAIS

Artigo 90- Serão punidos com multa equivalente a cinco dias de respectivo vencimento ou remuneração:

I - os funcionários que se negarem a prestar assistência - ao contribuinte, quando por este solicitada na forma

[Handwritten signature]



dêste Código;

II- os agentes fiscais que, por negligência ou má fé, lavrarem autos sem obediência aos requisitos legais, de forma a lhes acarretar nulidade.

Artigo 91 - As multas serão impostas pelo Prefeito, mediante representação da autoridade fazendária competente, se de outro modo não dispuser o Estatuto dos Funcionários Municipais.

Artigo 92 - O pagamento da multa decorrente de processo fiscal de torna-
rá exigível depois de transitada em julgado a decisão que a impôs.

Seção 8ª

DA REINCIDÊNCIA

Artigo 93 - O contribuinte terá o prazo de 20 (vinte) dias, a contar da intimação da autuação, para regularizar sua situação tributária, sob pena de ser considerada reincidente.

Artigo 94 - Na reincidência específica as multas serão aplicadas em dobro; na genérica, com 50% (cincoenta por cento) de acréscimo.

Parágrafo único - Não se considera reincidência genérica a prática de nova infração depois de 1 (um) ano e, específica, depois de 2 (dois) anos.

Artigo 95 - Se, no mesmo processo, apurar-se a prática de mais de uma infração, desde que afins, aplicar-se-á a multa correspondente à infração mais grave.

Artigo 96 - Considera-se reincidência específica a repetição de infração punida pelo mesmo inciso.

Artigo 97 - Considera-se reincidência genérica a repetição de infração de natureza diversa da anterior ou anteriores.

TÍTULO II

DO PROCESSO FISCAL

CAPÍTULO I

Das Medidas Preliminares e Incidentes

Seção 1ª

Dos Termos de Fiscalização

Artigo 98 - A autoridade ou o funcionário fiscal que presidir ou proceder a exames e diligências, fará ou lavrará, sob sua assinatura, termo circunstanciado do que apurar, do qual constará, além do mais que possa interessar, as datas iniciais

[Handwritten signature]

364-0 n. 207
208
Rubrica

e finais do período fiscalizado e a relação dos livros e documentos examinados.

- § 1º - O termo será lavrado no estabelecimento ou local onde se verificar a fiscalização ou a constatação da infração, ainda que aí não resida o fiscalizado ou infrator, e poderá ser datilografado ou impresso em relação às palavras rituais, devendo os claros ser preenchidos a mão e inutilizadas as entrelinhas em branco.
- § 2º - Ao fiscalizado ou infrator dar-se-á cópia do termo autêntica da pela autoridade, contra recibo no original.
- § 3º - A recusa do recibo, que será declarada pela autoridade, não aproveita ao fiscalizado ou infrator, nem o prejudica.
- § 4º - Os dispositivos do parágrafo anterior são aplicáveis extensivamente, aos fiscalizados e infratores, analfabetos ou impossibilitados de assinar o documento de fiscalização ou infração, mediante declaração da autoridade fiscal, ressalvadas as hipóteses dos incapazes, definidas pela lei civil.

Seção 2ª

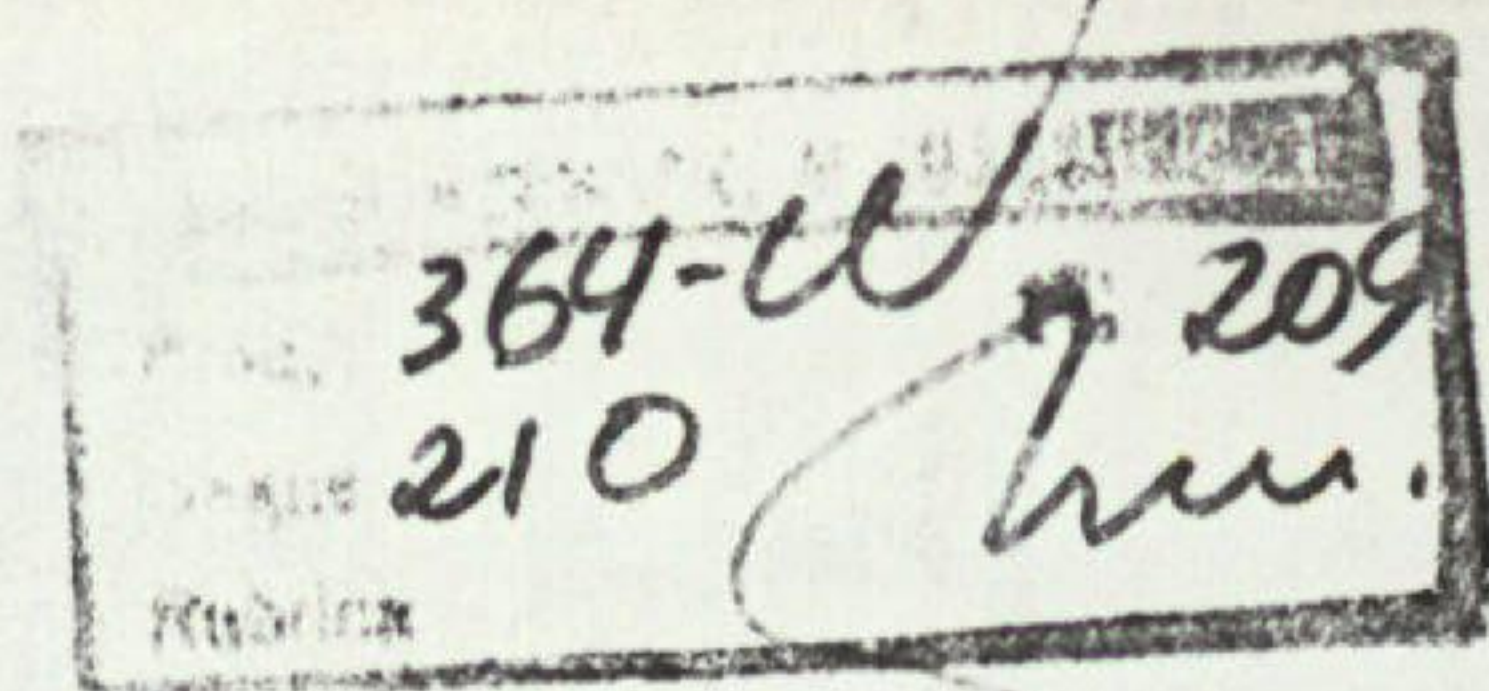
Da Apreensão de Bens e Documentos

Artigo 99 - Poderão ser apreendidos semoventes ou coisas móveis, inclusive mercadorias e documentos do contribuinte, responsável ou de terceiros, em qualquer local ou em trânsito, desde que constituam prova material de infração tributária, estabelecida neste Código, em lei ou regulamento.

Parágrafo único - Havendo prova ou fundada suspeita de que o móvel originário da infração se encontra em residência particular ou local utilizado com moradia, serão promovidas a busca e apreensão judiciais, sem prejuízo das medidas necessárias para evitar a remoção clandestina.

Artigo 100- Da apreensão lavrar-se-á auto, com os elementos do auto de infração, observando-se, no que couber, o disposto neste Código, na lei ou regulamento.

Parágrafo único - O auto de apreensão conterá a descrição das coisas ou dos documentos apreendidos, a indicação do lugar onde ficaram depositados e a assinatura do depositário, o qual será designado pelo atuante, podendo a designação recair no pró-



- III- descrição do fato que a motivou e a citação do dispositivo legal;
- IV - valor do tributo e da multa se devidas;
- V - assinatura do notificante.

Parágrafo 1º - O não atendimento à notificação preliminar sujeita o notificado à lavratura de auto de infração, considerada esta infração para os efeitos fiscais, desde a data do recebimento da notificação.

Parágrafo 2º - Aplicam-se a este artigo as disposições constantes dos parágrafos 1º a 4º do artigo 98.

Artigo 106 - Considera-se convencido do débito fiscal o contribuinte que pagar o tributo mediante notificação preliminar, não se eximindo, por esse fato, do cumprimento da obrigação.

Artigo 107 - Não caberá notificação preliminar, devendo o contribuinte ser imediatamente autuado:

- I - quando houver provas de tentativa para eximir-se ou furtar-se ao pagamento do tributo;
- II- quando fôr manifesto o ânimo de sonegar.

Seção 4ª
DA REPRESENTAÇÃO

Artigo 108 - Quando incompetente para notificar preliminarmente ou para autuar, o agente da Fazenda Municipal deve, e qualquer pessoa pode, representar contra toda ação ou omissão contrária a disposições deste Código ou de outras leis e regulamentos fiscais.

Artigo 109 - A representação far-se-á em petição assinada e mencionará em letra legível, o nome, a profissão e o endereço de seu autor; será acompanhada de provas ou indicará elementos desta e mencionará os meios ou as circunstâncias em razão dos quais se tornou conhecida a infração.

Parágrafo único - Não se admitirá representação feita por quem haja sido sócio, diretor, preposto ou empregado do contribuinte, quando relativa a fatos anteriores à data em que tenham perdido essa qualidade.

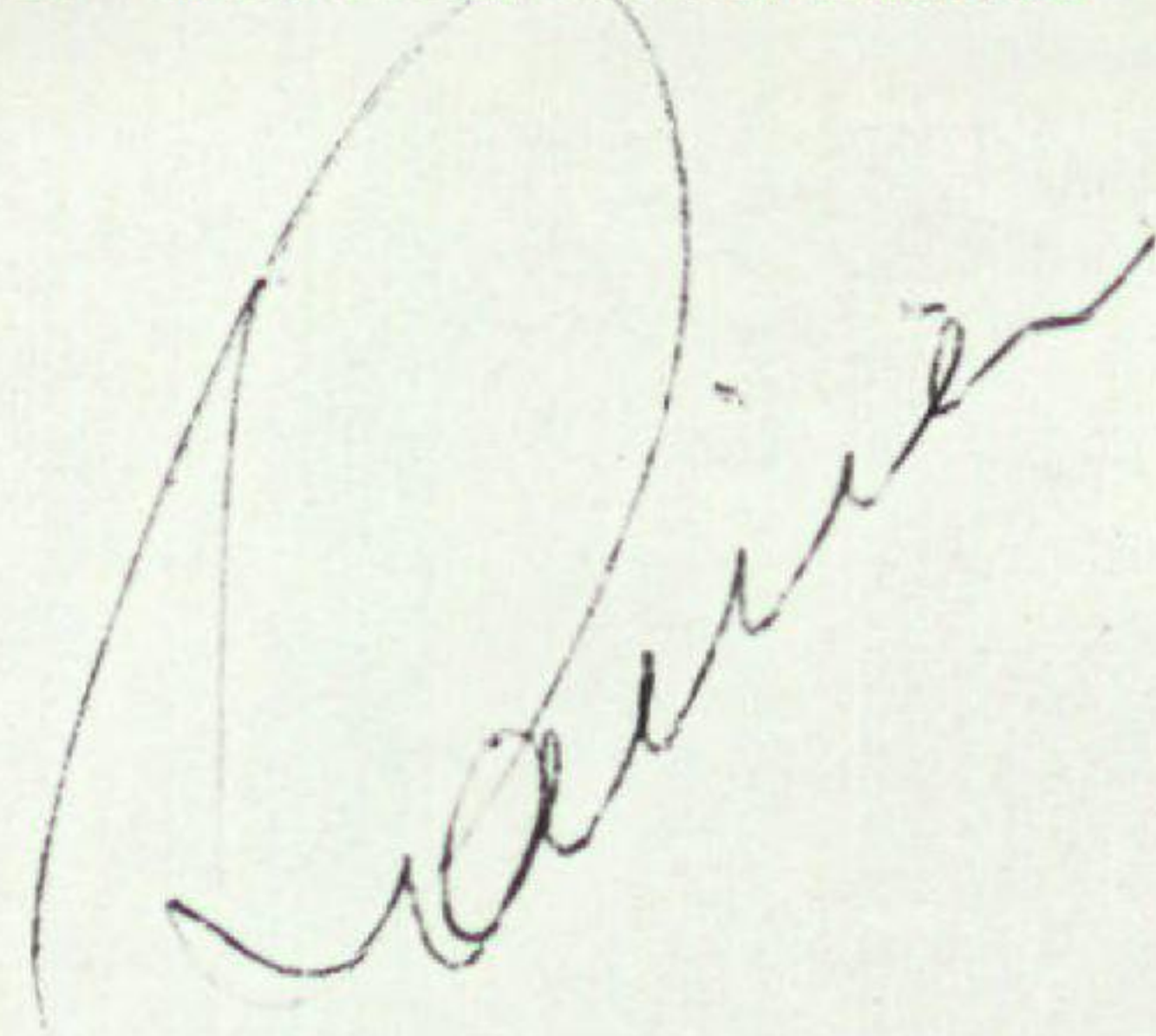
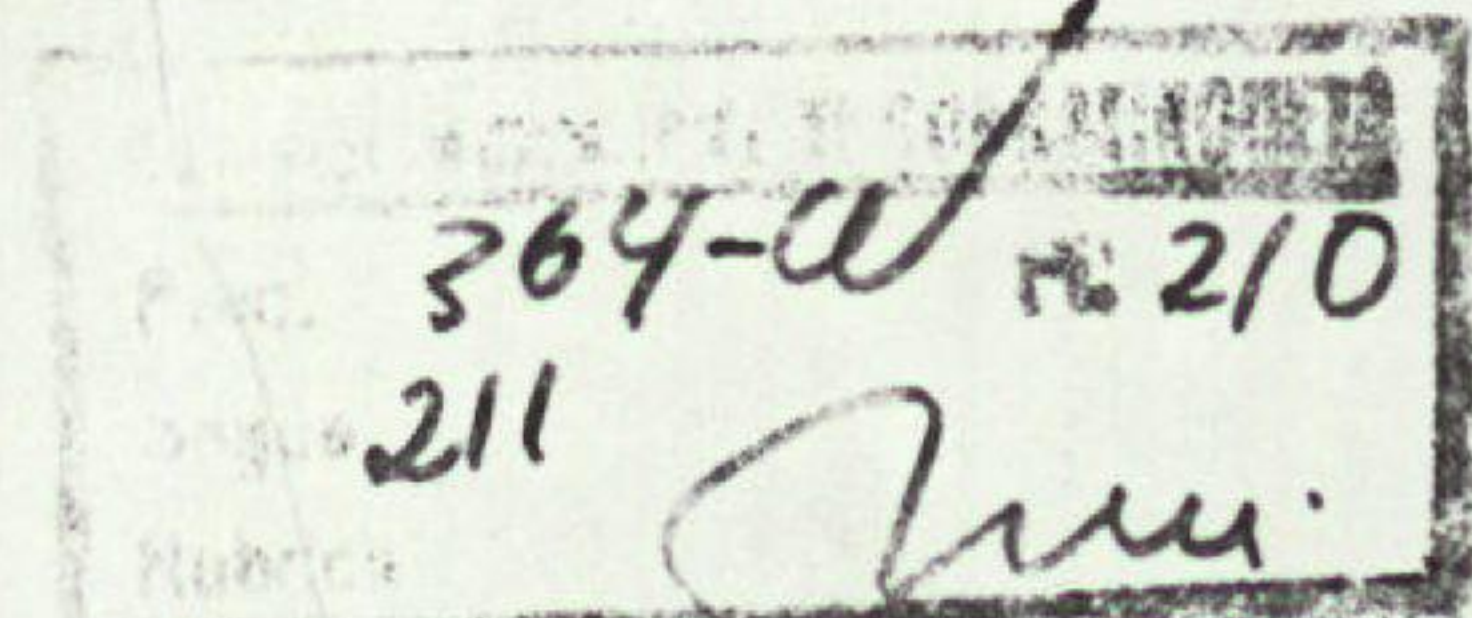
Artigo 110- Recebida a representação, a autoridade competente providenciará imediatamente as diligências para verificar a respectiva veracidade e, conforme couber, notificará preliminarmente o infrator, autua-lo-á ou arquivará a representação.

CAPÍTULO II

Dos Atos Iniciais

Seção 1ª

Do Auto de Infração.

Artigo 111 - O auto de infração, lavrado com precisão e clareza, sem entrelinhas, emendas ou rasuras, deverá:

- I - mencionar o local, o dia e a hora da lavratura;
- II- referir ao nome do infrator e das testemunhas, se -
houver;
- III- descrever o fato que constitui a infração e as cir-
cunstâncias pertinentes, indicar o dispositivo legal
ou regulamentar violado e fazer referência ao termo
de fiscalização, em que se consignou a infração, quan-
do fôr o caso;
- IV- conter notificação ao infrator para que, dentro do
prazo regulamentar, apresente defesa e provas.

§ 1º - As omissões ou incorreções do auto não acarretarão nulidade, quando do processo constarem elementos suficientes para a determinação da infração e do infrator.

§ 2º - A assinatura não constitui formalidade essencial à validade do auto, não implica em confissão, nem a recusa agravará a pena.

§ 3º - Se o infrator, ou quem o represente, não puder ou não -
quizer assinar o auto, far-se-á menção dessa circunstância.

Artigo 112 - O auto de infração poderá ser lavrado cumulativo com o de apreensão, e então conterá, também, os elementos -
dêste (artigo 100 e parágrafo único).

Artigo 113 - Da lavratura do auto será intimado o infrator:

- I - pessoalmente, sempre que possível, mediante entrega
de cópia do auto ao autuado, seu representante ou
preposto, contra recibo datado no original;
- II- por carta, acompanhada de cópia do auto, com aviso -
de recebimento (AR) datado e firmado pelo destinatário
ou alguém de seu domicílio;
- III- por edital, com prazo de 30 (trinta) dias, se desco-
nhecido o domicílio fiscal do infrator;

Artigo 114 - A intimação presume-se feita:

- I - quando pessoal, na data do recibo;
- II- quando por carta, na data do recibo de volta, e se
fôr esta emitida, 15 (quinze) dias após a entrega da
carta no Correio;

Rainier

| | | |
|---------|--------|----------------|
| Proc. | 364-11 | n.º 211 |
| Segue | 212 | |
| Rubrica | | <i>Rainier</i> |

III-quando por edital, no termo do prazo, contando êste da data da afixação ou da publicação.

Artigo 115 - As intimações subsequentes à inicial far-se-ão pessoalmente, caso em que serão certificadas no processo, e por carta ou edital, conforme as circunstâncias, observado o disposto nos artigos 113 e 114 d'êste Código.

Seção 2ª

Das Reclamações Contra Lançamento

Artigo 116 - O contribuinte que não concordar com lançamento poderá reclamar o prazo de 20 (vinte) dias, contados da publicação no órgão oficial, da afixação do edital, ou do recebimento do aviso.

Artigo 117 - A reclamação contra lançamento far-se-á por petição, facultada a juntada de documentos.

Artigo 118 - É cabível a reclamação por parte de qualquer pessoa, contra a omissão ou exclusão do lançamento.

Artigo 119 - A reclamação contra lançamento terá efeito suspensivo da cobrança dos tributos lançados.

CAPÍTULO III

Da Defesa

Artigo 120 - O autuado apresentará defesa no prazo de vinte (20) dias, contados da intimação.

Artigo 121 - A defesa do autuado será apresentada por petição por onde correr o processo, contra-recibo. Apresentada a defesa, terá o autuante o prazo de 10 (dez) dias para impugná-la.

Artigo 122 - Na defesa, o autuado alegará t'oda a matéria que entender útil, indicará e requererá as provas que pretenda produzir, juntará logo as que constarem de documentos.

Artigo 123 - Nos processos iniciados mediante reclamação contra lançamento, será dada vista ao funcionário da repartição fazendária, o qual apresentará as razões do ato fiscal no prazo de 10 (dez) dias, contados da data em que receber o processo.

CAPÍTULO IV

Das Provas

Artigo 124 - Findos os prazos a que se referem os artigos 120 e 121 d'êste Código, órgão fiscal competente deferirá, no prazo de 5 (cinco) dias, a produção das provas que não sejam manifestamente inúteis ou protelatórias, ordenará a produção -

CÂMARA MUNICIPAL DE GUARATINGUETÁ
Proc. 364-U

CÂMARA MUNICIPAL DE GUARATINGUETÁ
Proc. 364-U n. 2/2
Asses 213
Rubrica

Luciano

de outras que entender necessárias, e fixará o prazo - superior a 20 (vinte) dias, em que uma e outras devam ser produzidas.

Parágrafo único - Desde que não haja manifestação das partes - autuante - autuado - para a realização de perícias ou obtenção de provas, o recurso dever - ser encaminhado à autoridade superior no prazo de 5 (cinco) dias, contado do recebimento do processo.

Artigo 125 - As perícias deferidas competirão ao perito designado pela autoridade competente, na forma do artigo anterior; quando requeridas pelo autuante, ou nas reclamações - contra lançamento pelo funcionário da Fazenda, ou - quando ordenada de ofício, poderão ser atribuídas a agente de fiscalização.

Artigo 126 - O autuado e o reclamante poderão participar das diligências, e as alegações que tiverem serão juntadas ao processo ou constarão do termo de diligência, para serem apreciadas no julgamento.

Artigo 127 - Os processos não poderão ser, pelo autuado, sob nenhuma hipótese, retirados das dependências da Prefeitura.

Artigo 128 - Findo o prazo para a produção de provas, ou perempto o direito de apresentar a defesa, o processo será pre sente à autoridade julgadora, que proferirá decisão, no prazo de 10 (dez) dias.

§ 1º - Se entender necessário, a autoridade poderá, no prazo deste artigo, a requerimento da parte ou de ofício, - dar vista, sucessivamente, ao autuado e ao autuante, ou ao reclamante e ao impugnante, por 5 (cinco) dias a cada um, para alegações finais.

§ 2º - Verificada a hipótese do parágrafo anterior, a autori dade terá novo prazo de 10 (dez) dias, para proferir decisão.

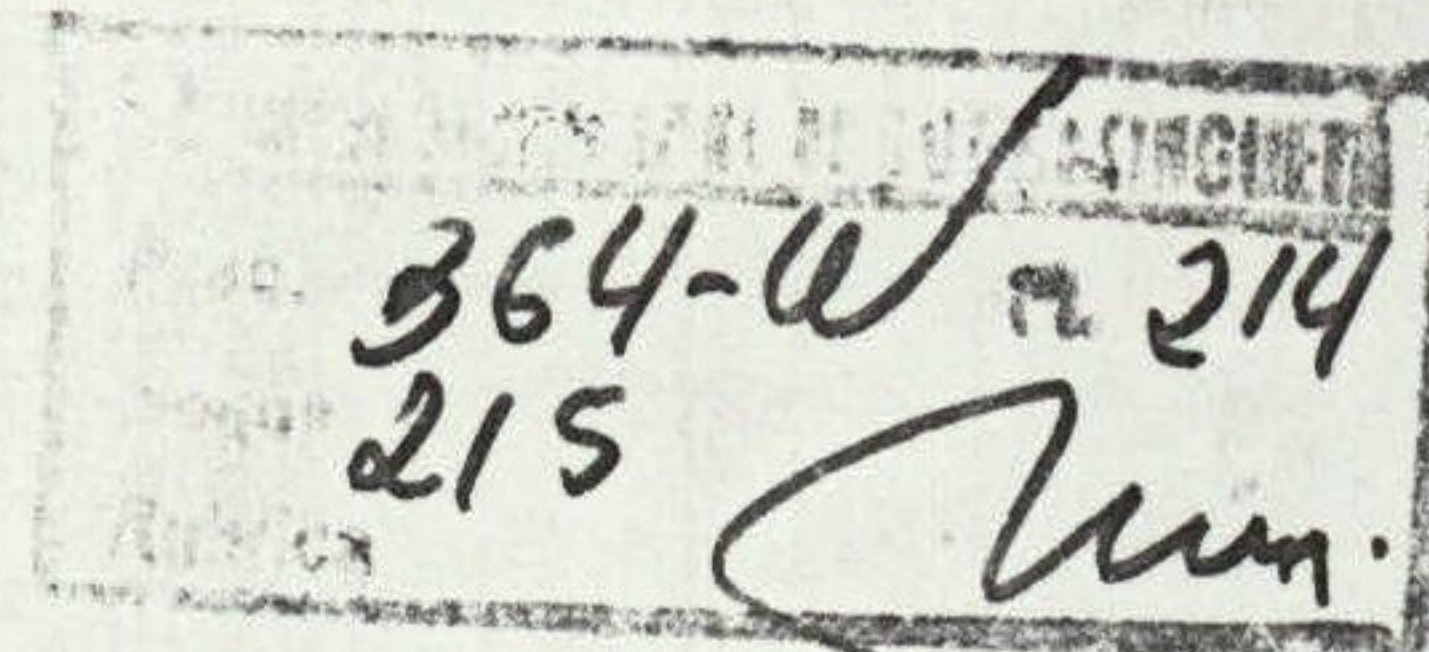
§ 3º - A autoridade não fica adstrita às alegações das partes, devendo julgar de acôrdo com sua convicção, em face das provas produzidas no processo.

§ 4º - Se não se considerar habilitada a decidir, a autorida de poderá converter o julgamento em diligência e determinar a produção de novas provas, observado o disposto no Capítulo IV e prosseguindo-se na forma deste Capítulo, na parte aplicável.

Artigo 129 - A decisão, redigida com simplicidade e clareza, con -



Ranieri



pela administração.

§ 2º - Ficará anexado ao processo o requerimento que indicar fiador, com a expressa equiescência deste e, se fôr casado, também de sua mulher, sob pena de indeferimento.

§ 3º - A fiança mediante caução far-se-á no valôr dos tributos e multas exigidos e pela cotação dos títulos no mercado, devendo o recorrente declarar no requerimento que se obriga a efetuar o pagamento do remanescente da dívida, no prazo de 20 (vinte) dias, contados da notificação, se o produto da venda dos títulos não fôr suficiente para alliquidação do débito.

Artigo 135 - Julgado inidôneo o fiador, poderá o recorrente, depois de intimado e dentro do prazo de 8 (oito) dias, do recebimento da intimação, oferecer outro fiador, indicando os elementos comprovantes da idoneidade do mesmo.

Parágrafo único - Não se admitirá como fiador o sócio solidário, quotista ou comanditário da firma recorrente, nem o devedor da Fazenda Municipal.

Artigo 136 - Recusados dois fiadores, será o recorrente intimado a efetuar o depósito, dentro de 20 (vinte) dias.

Seção 3ª

Do Recurso de Ofício

Artigo 137 - Das decisões de primeira instância, contrárias, no todo ou em parte, à Fazenda Municipal, inclusive por desclassificação da infração, será obrigatoriamente interposto recurso de ofício, com efeito suspensivo, sempre que importância em litígio exceder de duas vezes o salário-mínimo regional.

Parágrafo único - Se a autoridade julgadora deixar de recorrer de ofício, quando couber a medida, cumpre ao funcionário que subcreveu a inicial do processo, ou que do fato tomar conhecimento, interpor recurso, em petição encaminhada por intermédio daquela autoridade.

CAPÍTULO VII

Da Execução das Decisões Fiscais

Artigo 138 - As decisões definitivas serão cumpridas:

I - pela notificação ao contribuinte e, quando fôr o caso, também do seu fiador, para, no prazo de 20 (vinte) dias, satisfazerem ao pagamento do valor da condenação e, em consequência, receberem os títulos deposita

Amorim

Proc. 364-*u*
 Segun. 266
 Rubrica
 215
Am.

- dos em garantia da instância;
- II - pela notificação ao contribuinte para vir receber importância recolhida indevidamente como tributo ou multa;
- III- pela notificação ao contribuinte para vir receber ou, - quando fôr o caso, pagar, no prazo de vinte (20) dias, a diferença entre o valor da condenação e importância depositada em garantia de instância;
- IV - pela notificação do contribuinte para vir receber ou, quando fôr o caso, pagar, no prazo de 20 (vinte) dias, a diferença entre o valor da condenação e o produto da venda dos títulos caucionados, quando não satisfeito o pagamento no prazo legal;
- V - pela liberação das mercadorias apreendidas e depositadas, ou pela restituição do produto de sua venda, se houver ocorrido alienação, com fundamento no artigo 103 e seus parágrafos, deste Código;
- VI- pela imediata inscrição, como dívida ativa, e remessa da certidão à cobrança executiva, dos débitos a que se referem os números I, III e IV, se não satisfeitos no prazo estabelecido.

Artigo 139 - A venda de títulos da dívida pública aceitos em caução não se realizará abaixo da cotação; e, deduzidos as despesas legais da venda, inclusive taxa oficial de corretagem, proceder-se-á, em tudo o que couber, de acordo com o artigo 138, número IV, e com o § 3º do artigo 134, deste Código.

TÍTULO III

Do Cadastro Fiscal

CAPÍTULO I


Disposições Gerais

Artigo 140 - O Cadastro Fiscal compreende:

- I - O Cadastro Imobiliário;
- II- O Cadastro dos Produtores, Industriais e Comerciantes;
- III- O Cadastro dos Prestadores de Serviços de Qualquer Natureza;
- IV- O Cadastro dos Veículos e Aparêlhos Automotores.

§ 1º - O Cadastro Imobiliário compreende:

- a) os terrenos vagos existentes ou que venham a existir - nas áreas urbanas ou destinadas à urbanização;
- b) as edificações existentes, ou que vierem a ser construídas, nas áreas urbanas e urbanizáveis.



| | |
|---------|--------------------|
| Proc. | 364-119.216 |
| Segue | 217 |
| Rubrica | <i>[Signature]</i> |

§ 2º - O Cadastro dos Produtores, Industriais e Comerciantes compreende os estabelecimentos de produção, inclusive agropecuários, de indústria e de comércio, habituais e lucrativas, exercidas no âmbito do Município, em conformidade com as disposições do Código Tributário Nacional e da Lei estadual, relativa ao imposto incidente sobre a circulação de mercadorias.

§ 3º - O Cadastro dos Prestadores de Serviços de Qualquer Natureza compreende as empresas ou profissionais autônomos, com ou sem estabelecimento fixo, de serviço sujeito à tributação municipal.

§ 4º - O Cadastro dos Veículos e Aparelhos Automotores compreende o registro geral, para fins de identificação da propriedade ou de posse, de todos os bens de tração ou propulsão motora, animal ou humana, inclusive embarcações e elevadores sujeitos ao licenciamento e a tributação pelas autoridades municipais, para uso ou tráfego.

§ 5º - Ficam igualmente sujeitos à inscrição no Cadastro de Veículos e aparelhos automotores os bens destinados a puxar ou arrastar maquinaria de qualquer natureza ou a executar trabalhos agrícolas e de construção ou de pavimentação, desde que lhes sejam facultado transitar em vias terrestres.

Artigo 141 - Todos os proprietários ou possuidores, a qualquer título, de imóveis e aqueles que, individualmente ou sob razão social de qualquer espécie, exercerem atividade lucrativa no Município, estão sujeitos à inscrição obrigatória no Cadastro Fiscal, nos termos do artigo anterior.

Artigo 142 - O Poder Executivo poderá celebrar convênios com a União e os Estados visando a utilizar os dados e os elementos cadastrais disponíveis, bem como o número de inscrição do Cadastro Geral de Contribuintes, de âmbito federal, para melhor caracterização de seus registros.

Artigo 143 - A Prefeitura poderá quando necessário, instituir outras modalidades acessórias de cadastros a fim de atender à organização fazendária dos tributos de sua competência, especialmente, os relativos à contribuição de melhoria.

[Handwritten signature]

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARATINGUETÁ
 Proc. 364-U n.º 220
 Data 221
 Rubrica *[Handwritten signature]*

produtiva, industrial, comercial ou similar, em caráter permanente ou eventual, ainda que no interior de residência, desde que a atividade não seja caracterizada como de prestação de serviços.

[Handwritten signature]

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARATINGUETÁ
 Proc. 364-U n.º 217
 Data 218
 Rubrica *[Handwritten signature]*

CAPITULO II

Da inscrição no Cadastro Imobiliário

Artigo 144 - A inscrição dos imóveis urbanos do Cadastro Imobiliário será promovida:

- I - pelo proprietário ou responsável legal, ou pelo respectivo possuidor a qualquer título;
- II- por qualquer dos condôminos, em se tratando de condomínio;
- III- pelo comissionário comprador, nos casos de compromisso de compra e venda;
- IV- pelo possuidor do imóvel a qualquer título;
- V - de ofício, em se tratando de próprio federal, estadual, municipal ou entidade autárquica, ou, ainda, quando a inscrição deixar de ser feita no prazo regulamentar;
- VI- pelo inventariante, síndico ou liquidante, quando se tratar de imóvel pertencente a espólio, massa falida ou sociedade em liquidação.

Artigo 145 - Para efetivar a inscrição, no Cadastro Imobiliário, dos imóveis urbanos, são os responsáveis obrigados a preencher e entregar na repartição competente uma ficha de inscrição de cada imóvel, conforme modelo fornecido pela Prefeitura.

§ 1º - A inscrição será efetuada no prazo de 20 (vinte) dias, contados da data do registro no Cartório competente.

§ 2º - For ocasião da entrega da ficha de inscrição, devidamente preenchida, deverá ser exibido o título de propriedade, para as necessárias verificações.

§ 3º - Não sendo feitas a inscrição no prazo estabelecido no § 1º, deste artigo, o órgão competente, valendo-se dos elementos de que dispuser, preencherá a ficha de inscrição e expedirá edital convocando o proprietário para, no prazo de 8 (oito) dias, cumprir as exigências deste artigo, sob pena de multa prevista neste Código para os faltosos.

Artigo 146 - Em caso de litígio sobre o domínio do imóvel, a ficha de inscrição mencionará tal circunstância, bem como os nomes dos litigantes e dos possuidores do imóvel, a natureza do feito, juízo e o cartório por onde ocorrer a ação.

Parágrafo único - Incluem-se também na situação prevista neste artigo os espólio, a massa falida e as sociedades em liquidação.

Artigo 147 - Em se tratando de área loteada, cujo loteamento houver sido licenciado pela Prefeitura, deverá o impresso de inscrição ser acompanhada de uma planta completa, em escala que permit

1877
244



[The main body of the page contains several paragraphs of extremely faint, illegible text. The text is mirrored across the page, suggesting it is bleed-through from the reverse side. The content is too light to transcribe accurately.]

[The bottom section of the page contains a few lines of faint, illegible text, likely bleed-through from the reverse side.]

[Handwritten signature]

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARATINGUETÁ
 Proc. 364-U n. 218
 Data 219
 Rubrica *[Handwritten signature]*

a anotação dos desdobramentos e designar o valor da aquisição, os logradouros, as quadras e os lotes, a área total, as áreas cedidas ao patrimônio municipal, as áreas compromissadas e as áreas alienadas.

Artigo 148 - Os responsáveis por loteamentos ficam obrigados a fornecer, no mês de junho de cada ano ao órgão fazendário competente, relação dos lotes que no ano anterior tenham sido alienados definitivamente, mencionando o nome do comprador e do endereço, os números do quarteirão e do lote e o valor do contrato de venda, a fim de ser feita a anotação no Cadastro Imobiliário.

Artigo 149 - Deverão ser obrigatoriamente comunicadas à Prefeitura, dentro do prazo de 20 (vinte) dias, as ocorrências verificadas com relação ao imóvel, que possa efetuar as bases de cálculo do lançamento dos tributos municipais.

Parágrafo único - A comunicação a que se refere este artigo, devidamente processada e informada, servirá de base à alteração respectiva na ficha de inscrição.

Artigo 150 - A concessão de "HABITE-SE" à edificação nova ou a aceitação de obras em edificação reconstruída ou reformada, só se completará com a remessa do processo respectivo à repartição fazendária competente e a certidão desta que foi atualizada a respectiva inscrição no Cadastro Imobiliário.

CAPÍTULO III

Da Inscrição no Cadastro de Produtores, Industriais e Comerciantes.

Artigo 151 - A inscrição no Cadastro de Produtores, Industriais e Comerciantes será feita pelo responsável, ou seu representante legal, que preencherá e entregará na repartição competente ficha própria para cada estabelecimento, fornecida pela Prefeitura.

Parágrafo único - Entende-se por Produtor, Industrial ou Comerciante, para os efeitos de tributação municipal do imposto incidente sobre a circulação de mercadorias, aquelas pessoas físicas ou jurídicas, estabelecidas ou não, assim definidas e qualificadas como responsável pelo tributo, pela legislação estadual e regulamentos.

Luiz

| | |
|---------------------------------------|---------------------|
| PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARATINGUETÁ | |
| Proc. | 364-11.219 |
| Seq. | 220 |
| Rubrica | <i>[Assinatura]</i> |

Artigo 152 - A ficha de inscrição do Cadastro de Produtores, Industriais e Comerciantes deverá conter:

- I - o nome, a razão social, ou a denominação sob cuja responsabilidade deva funcionar o estabelecimento ou ser exercidos os atos do comércio, produção e indústria;
- II- a localização do estabelecimento, seja na zona urbana ou rural, compreende a numeração do prédio, do pavimento e da sala ou outro tipo de dependência ou sede, conforme o caso, ou de propriedade rural a êle sujeita;
- III- as espécies principal e acessórias da atividade;
- IV- o imóvel, ou parte d'êle, ocupada pelo estabelecimento e suas dependências;
- V - outros dados previstos em regulamento.

Parágrafo único - A entrega da ficha de inscrição deverá ser feita:

- a) quanto aos estabelecimentos novos, antes da respectiva abertura ou início dos negócios;
- b) quanto aos já existentes, dentro do prazo de 20 (vinte) dias, a contar da vigência d'êste Código.

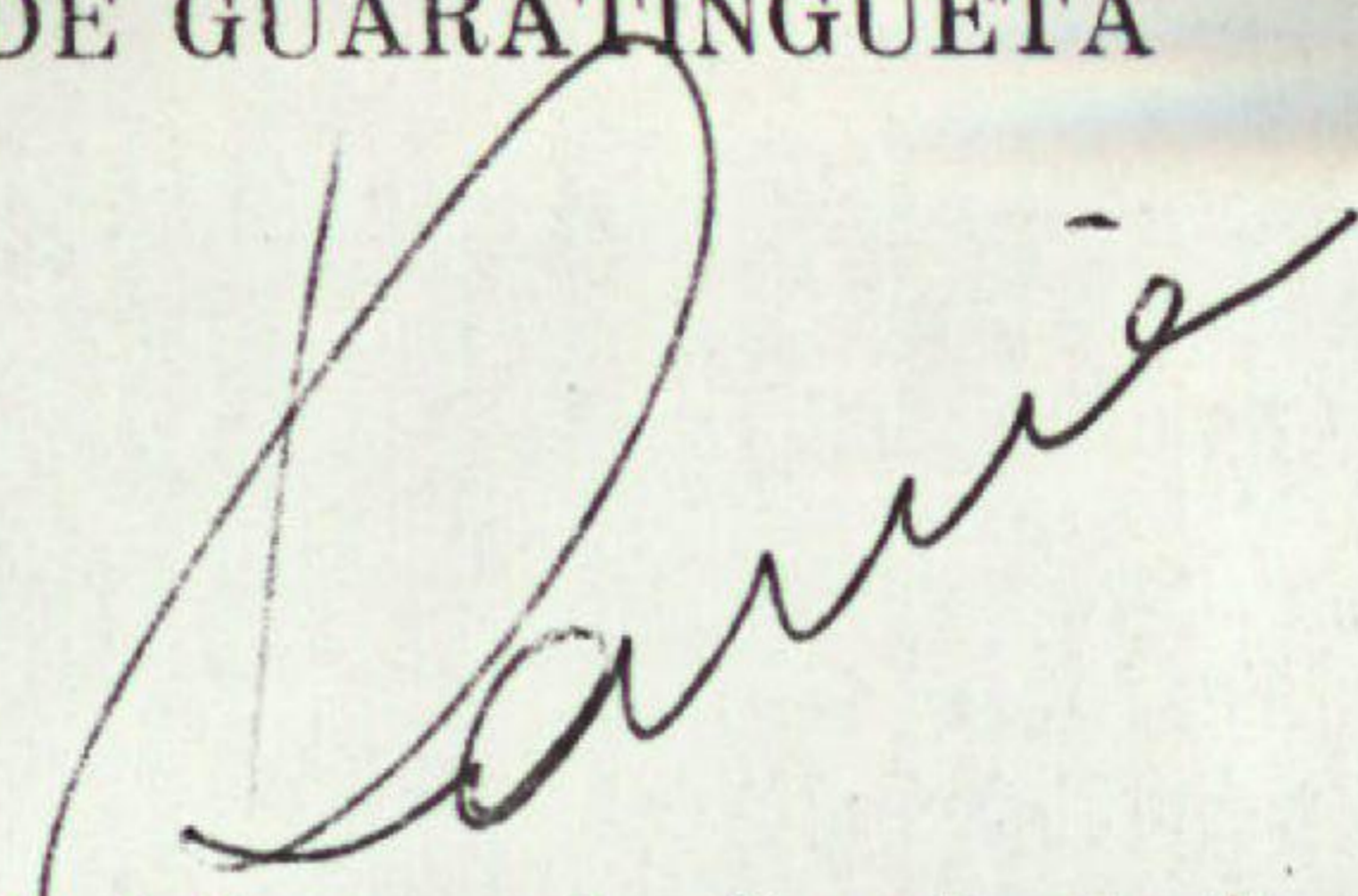
Artigo 153 - A inscrição deverá ser permanentemente atualizada, ficando o responsável obrigado a comunicar à repartição competente, dentro de 8 (oito) dias, a contar da data em que ocorrerem, as alterações que se verificarem em qualquer das características mencionadas no artigo anterior.

Parágrafo único - No caso de venda ou transferência do estabelecimento sem a observância do disposto neste artigo, o adquirente ou sucessor responsável pelos débitos e multas do contribuinte inscrito.

Artigo 154 - A cessão do estabelecimento será comunicada à Prefeitura, dentro do prazo de (oito) 8 dias, a fim de ser anotada no Ca dastro.

Parágrafo único - A anotação no Cadastro será feita após a verificação da veracidade da comunicação, sem prejuízo de qualquer débitos de tributos pelo exercício de atividades ou negócios de produção, indústria ou comércio.

- Para os efeitos d'êste capítulo considera-se estabelecimento o local fixo ou não, de exercício de qualquer atividade



| | | |
|---------|--------|---------|
| Proc. | 364-11 | n.º 220 |
| Seq. | 221 | |
| Fabrica | | Am. |

produtiva, industrial, comercial ou similar, em caráter permanente ou eventual, ainda que no interior de residência, desde que a atividade não seja caracterizada como de prestação de serviço.

Artigo 156 - Constituem estabelecimentos distintos, para efeito de inscrição no Cadastro:

I - os que, embora no mesmo local, ainda que com idêntico ramo de atividade, pertençam a diferentes pessoas físicas ou jurídicas;

II- os que, embora sob a mesma responsabilidade e com o mesmo ramo de negócio, estejam localizados em prédios distintos ou locais diversos.

Parágrafo único - Não são considerados como locais diversos dois ou mais imóveis contíguos e com comunicação interna, nem os vários pavimentos de um mesmo imóvel.

CAPÍTULO IV

Da Inscrição no Cadastro de Prestadores de Serviços de Qualquer Natureza

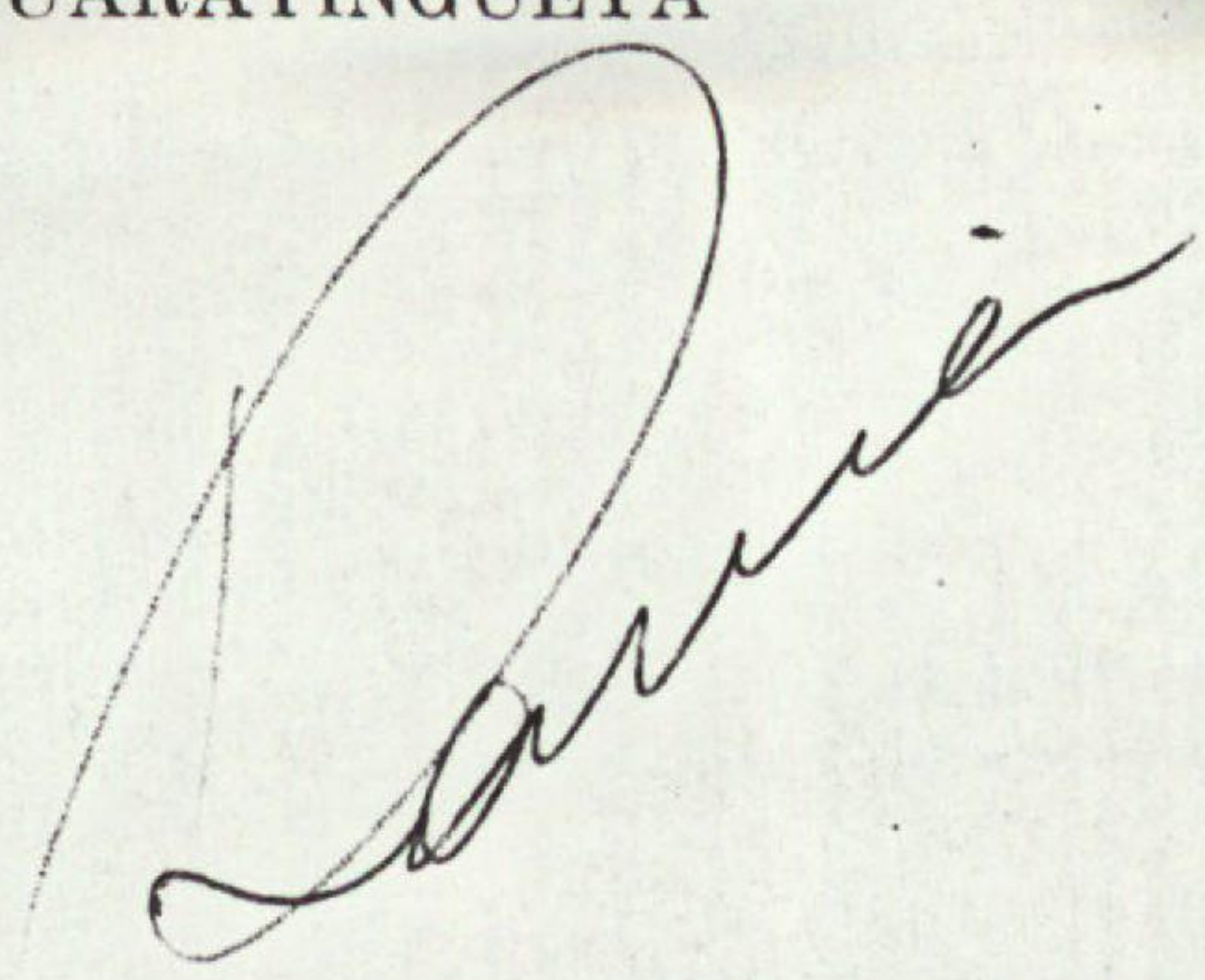
Artigo 157 - A inscrição no Cadastro de Prestadores de Serviços de Qualquer Natureza será feita pelo responsável, empresa ou profissional autônomo, ou seu representante legal, - que preencherá e entregará na repartição competente ficha própria para cada estabelecimento fixo, ou para o local, em que normalmente se desenvolva atividade de prestação de serviços.

CAPÍTULO V

Da Inscrição no Cadastro de Veículos e Aparelhos Automotores

Artigo 158 - A inscrição de veículos e aparelhos automotores no Cadastro Fiscal da Prefeitura será promovida pelos proprietários ou possuidores, a qualquer título, mediante preenchimento e entrega na repartição competente de ficha própria que os caracterize.

Parágrafo único - A inscrição de que trata este artigo deverá ser permanentemente atualizada, ficando os proprietários ou possuidores dos veículos e aparelhos automotores obrigados a comunicar à repartição competente, para esse fim as modificações que ocorrerem nas suas características, assim como transferência de posse ou domínio.



364-0
 222
 Rubrica

PARTE ESPECIAL
 TÍTULO IV
 DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL URBANA
 CAPÍTULO I
 DA INCIDÊNCIA, DAS ISENÇÕES E DAS REDUÇÕES

Artigo 159 - O imposto Territorial Urbano tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de terrenos, construídos ou não, localizados nas zonas urbanas ou urbanizáveis do Município.

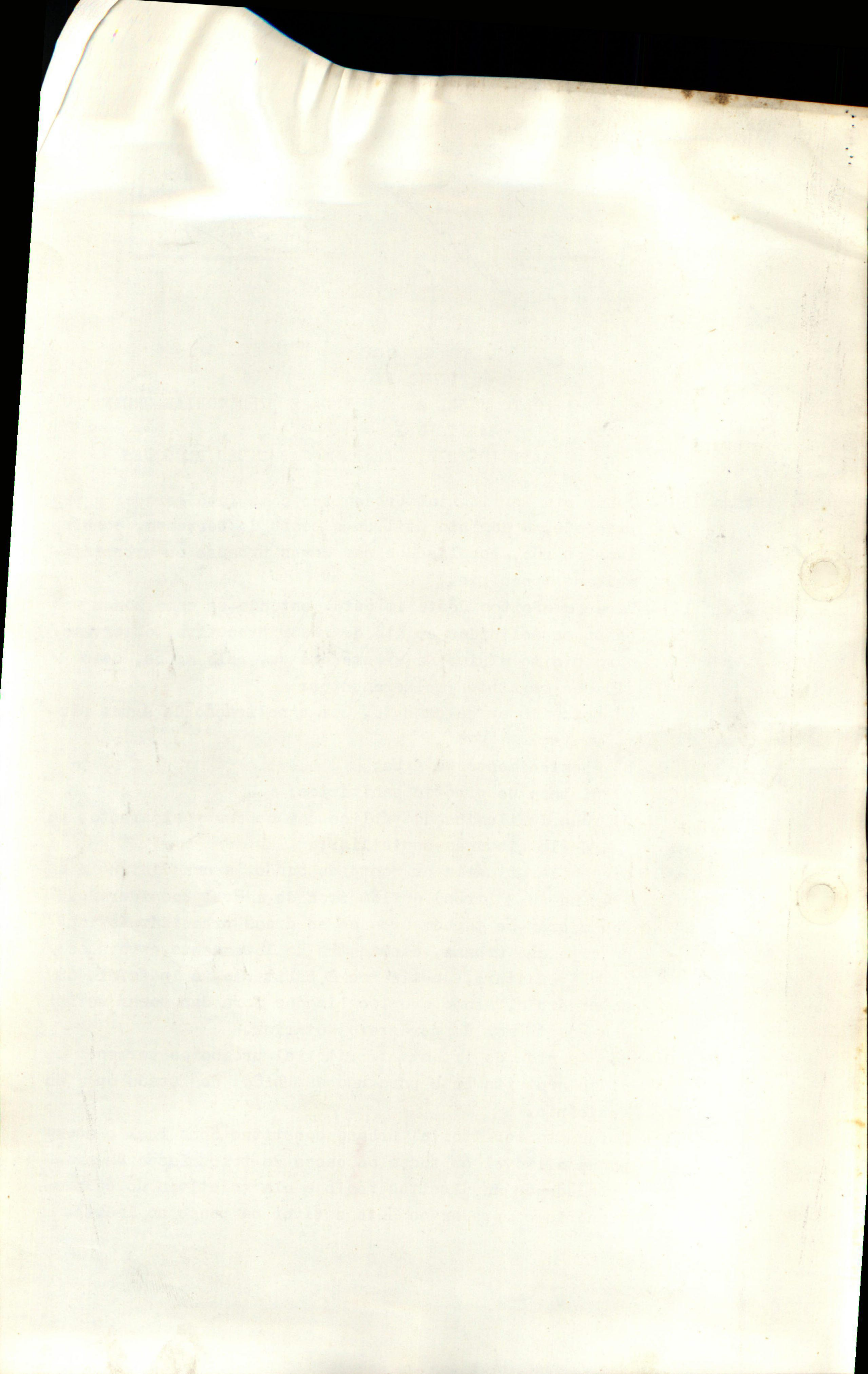
§ 1º - Para os efeitos deste imposto, entende-se como zonas urbanas as definidas em ato do Poder Executivo, observado o requisito mínimo da existência de, pelo menos, dois / (2) dos seguintes melhoramentos:

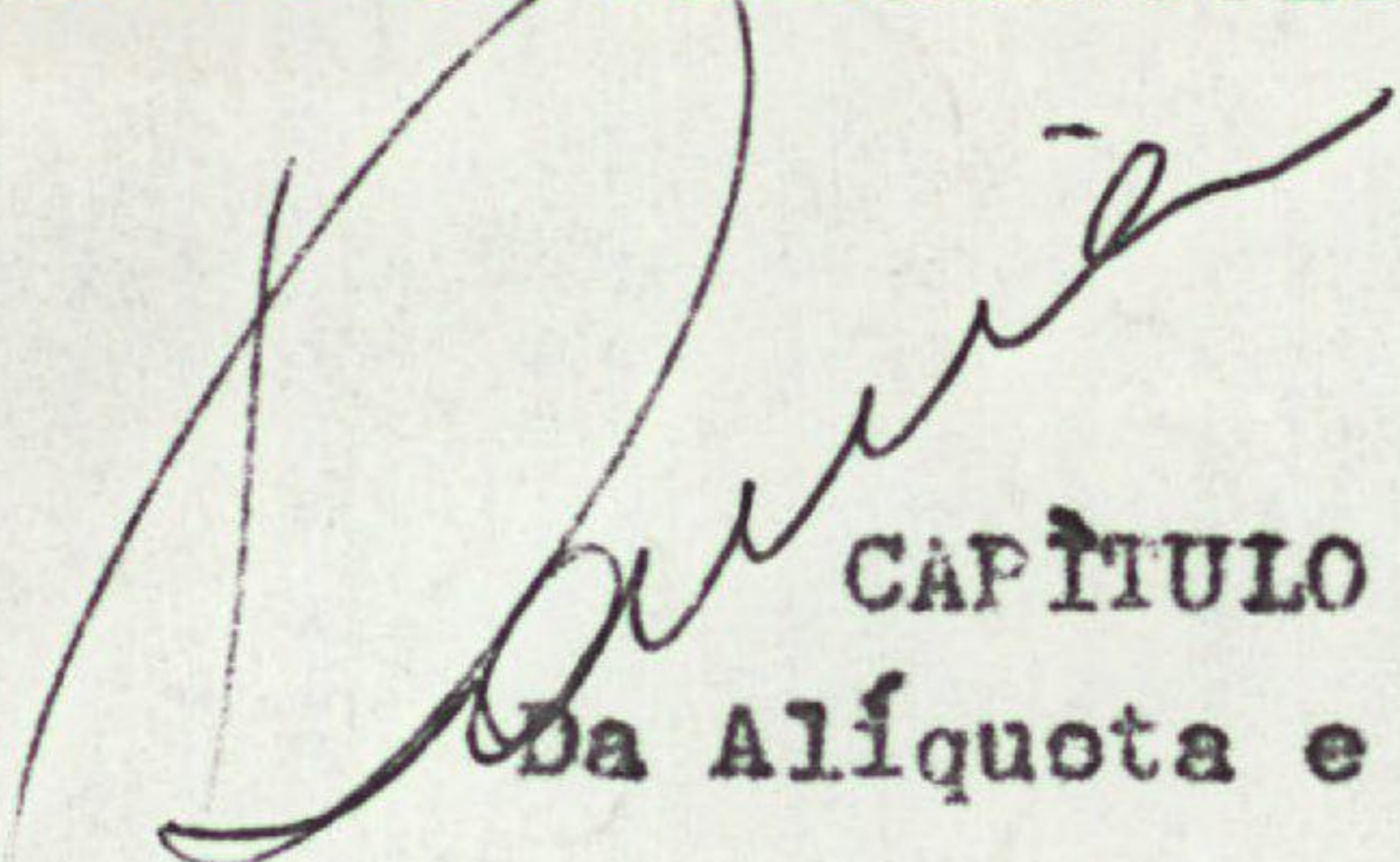
- a) meio fio ou calçamento, com canalização de águas pluviais;
- b) abastecimento de água;
- c) sistema de esgotos sanitários;
- d) rede de iluminação pública com ou sem posteamento, para distribuição domiciliar;
- e) escola primária ou posto de saúde, a uma distância máxima de 3 (três) quilômetros de imóvel considerado.

§ 2º - Consideram-se também urbanas as áreas urbanizáveis, ou / de expansão urbana, constantes de loteamento aprovados / pela Prefeitura, destinados à habitação, à indústria ou / ao comércio, mesmo que localizadas fora das zonas definidas nos termos do parágrafo anterior.

Artigo 160 - São isentos do imposto territorial urbano os terrenos cedidos gratuitamente para uso da União, do Estado ou do Município.

Artigo 161 - O imposto territorial urbano constitui ônus real e acompanha o imóvel em todos os casos de transmissão da propriedade ou de direitos reais a ela relativos do promissário comprador se este estiver na posse do imóvel.





CADASTRO MUNICIPAL DE GUARATINGUETÁ
 Proc. 369-4 n. 222
 Segue 223
 Rubrica

CAPÍTULO II

Da Alíquota e Base de Cálculo

Artigo 162 - O imposto territorial urbano será cobrado na base de -
 3% (três por cento) sobre o valor venal do terreno.

§ 1º - O terreno sem calçada e sem muro, servido por ilumina-
 ção, água, esgoto e guia, será tributado na base de -
 5% (cinco por cento) sobre o valor venal.

§ 2º - No terreno que se edificar prédio destinado à residên-
 cia do proprietário, o valor venal do imóvel será redu-
 zido de 20% (vinte por cento).
*revogado pela
 Lei n.º 1324*

Artigo 163 - O valor venal dos terrenos será apurado com base nos -
 dados fornecidos pelo Cadastro Imobiliário, levando-se
 em conta, à critério da repartição, os seguintes ele-
 mentos:

- I - o valor declarado pelo contribuinte;
- II - o índice médio de valorização correspondente à -
 zona em que esteja situado o imóvel;
- III - o preço do terreno nas últimas transações de com-
 pra e venda realizada nas zonas respectivas;
- IV - a forma, as dimensões, os acidentes naturais, e-
 outras características do terreno;
- V - quaisquer outros dados informativos obtidos pelas
 repartições competentes.

Artigo 164 - Na determinação da base de cálculo, não se considera o
 valor dos bens móveis mantidos, em caráter permanente-
 ou temporário, no imóvel, para efeito de sua utiliza-
 ção, exploração, aformoseamento ou comodidade.

Artigo 165 - O critério a ser utilizado para a apuração dos valores
 que servirão de base de cálculo para o lançamento de -
 imposto territorial urbano será definido em regulamen-
 to baixado pelo Executivo.

Artigo 166 - O mínimo do imposto territorial urbana será de 0,03% -
 (três centésimos) de salário mínimo regional.

CAPÍTULO III

De Lançamento e da Arrecadação

Artigo 167 - O lançamento de imposto territorial urbano, sempre que
 possível, será feito em conjunto com os demais tribu-
 tos que recaem sobre o imóvel, tomando-se por base a -
 situação existente ao encerrar-se o exercício anterior.

Artigo 168 - Far-se-á o lançamento no nome sob o qual estiver ins-
 crito o terreno no Cadastro Imobiliário.

[Handwritten signature]

Proc. 364-*u* nº. 223
Segue 224
Rubrica *[Signature]*

- § 1º - No caso de condomínio, figurará o lançamento em nome de todas os condôminos, respondendo cada um, na proporção de sua parte, pelo ônus do tributo.
- § 2º - Não sendo conhecido o proprietário, o lançamento será feito em nome de quem esteja na posse do terreno.
- § 3º - Quando o imóvel estiver sujeito a inventário, far-se-á o lançamento em nome do espólio, e, feita a partilha, será transferido para o nome dos sucessores; para esse fim os herdeiros são obrigados a prover a transferência perante o órgão fazendário competente, dentro do prazo de vinte (20) dias, a contar da data do julgamento da partilha ou da adjudicação.
- § 4º - Os terrenos pertencentes a espólio, cujo inventário esteja sobrestado, serão lançados em nome do mesmo, que responderá pelo tributo, até que, julgado o inventário, se faça as necessárias modificações.
- § 5º - O lançamento do terreno pertencente às massas falidas ou sociedades em liquidação será feito em nome das mesmas, mas os avisos ou modificações serão enviados aos seus representantes legais, anotando-se os nomes e endereços nos registros.
- § 6º - No caso do terreno objeto de compromisso de compra e venda, o lançamento será feito em nome do Promitente vendedor e do promissário se este estiver na posse do imóvel.

Artigo 169 - O lançamento e o recolhimento do imposto serão efetuados na época pela forma estabelecida no regulamento.

Parágrafo Único - O lançamento anual será anual e o recolhimento se fará no número de quotas que o regulamento fixar.

TÍTULO V

Do Imposto Sobre a Propriedade Predial Urbana

CAPÍTULO I

Da Incidência e das Isenções

Artigo 170 - O imposto predial tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse, conjuntamente ou não, com os respectivos terrenos, de prédios situados nas zonas urbanas ou urbanizáveis do Município.

Paulo

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARATINGUETÁ
 Proc. 364-0 n. 224
 Livro 225
 Rubrica *mm*

§ 1º - Considera-se prédios, para os efeitos dêste artigo, todas as edificações ou construções que possam servir à habitação, a uso ou recreio, seja qual fôr a sua denominação, forma ou destino.

§ 2º - Para efeito dêste imposto, entende-se como zona urbana a definida nos termos dos parágrafos 1º e 2º do artigo 159 dêste Código.

Artigo 171 - São isentos do imposto os prédios cedidos gratuitamente, em sua totalidade, para uso da União, do Estado ou do Município.

CAPÍTULO II

DA ALÍQUOTA E BASE DE CÁLCULO

Artigo 172 - O imposto predial será cobrado na base de 1% (hum por cento) sôbre o valor venal.

revogado pela lei n.º 1324
 Parágrafo Único - Sôbre o valor venal da edificação ou construção serão reduzidos 20% (vinte por cento), quando seu proprietário nela residir.

Artigo 173 - O valor venal da edificação ou construção será calculado levando-se em conta os seguintes fatores:

- I - a área construída;
- II - o valor unitário da construção;
- III - o estado de conservação da edificação;
- IV - a localização.

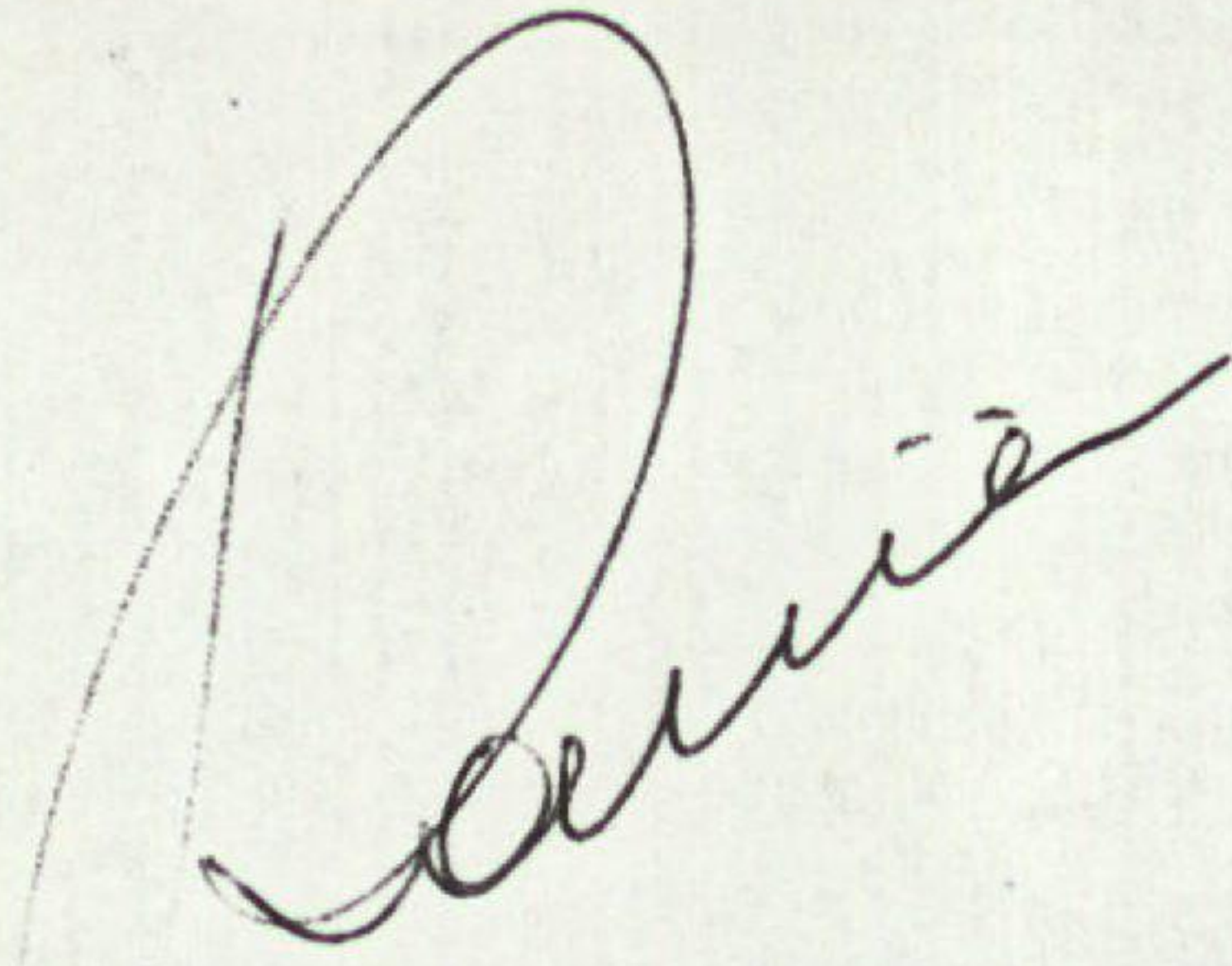
Artigo 174 - O critério a ser utilizado para a apuração dos valores que servirão de base de cálculo para o lançamento do imposto predial será definido em regulamento baixado pelo Executivo.

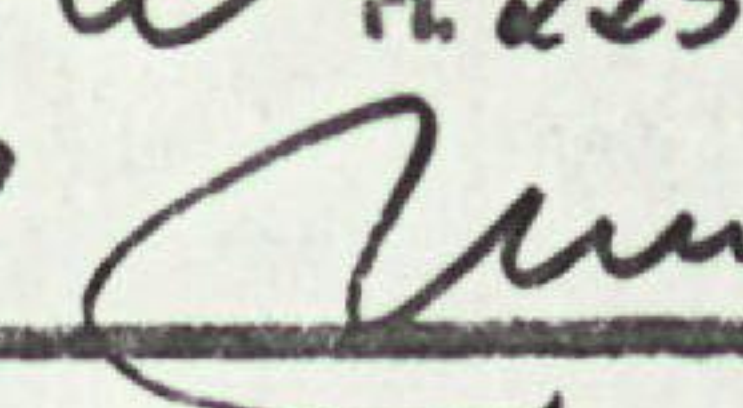
Parágrafo Único - O mínimo do imposto predial será de 0,03 (três centésimos) de salário mínimo regional.

CAPÍTULO III

DO LANÇAMENTO E DA ARRECADAÇÃO

Artigo 175 - O lançamento e a arrecadação do imposto predial será feito, sempre que possível, em conjunto com o imposto territorial urbano incidente sôbre o terreno em que esteja situado o prédio, tomando-se por base a situação existente ao encerrar-se o exercício anterior e observando-se, no que couber, o disposto no capítulo III, do Título IV dêste Código.



| | |
|---------------------------------------|---|
| PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARATINGUETÁ | |
| Proc. 364-A | n. 225 |
| Reg. 226 | |
| Assinatura |  |

Parágrafo Único - Os apartamentos, unidades ou dependências com economias autônomas serão lançados um a um, em nome de seus proprietários condôminos.

Artigo 176 - O lançamento e o recolhimento do imposto serão efetuados na época e pela forma estabelecida no regulamento.

TÍTULO VI

CAPÍTULO I

Do Imposto de Serviço de Qualquer Natureza

Da Incidência e das Isenções

Artigo 177 - O imposto, de competência do Município, sobre serviços de qualquer natureza, tem como fato gerador a prestação, por empresa ou profissional autônomo, com estabelecimento fixo, de serviço constante da lista anexa a este Código.

§ 1º - Os serviços incluídos na lista ficam sujeitos ao imposto previsto neste artigo, ainda que sua prestação envolva fornecimento de mercadorias (Decreto-Lei nº 406, de 31 de dezembro de 1.968, artigo 8º, § 1º).

§ 2º - O fornecimento de mercadorias com prestação de serviços não especificados na lista fica sujeito ao imposto sobre circulação de mercadorias.

Artigo 178 - A base de cálculo do imposto é o preço de serviço ou a receita bruta do contribuinte, conforme dispuser o Regulamento.

§ 1º - Quando se tratar de prestação de serviços sob a forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte, o imposto será calculado por meio de alíquotas fixas ou variáveis, em função da natureza do serviço ou de outros fatores pertinentes, nestes não compreendida a importância paga a título de remuneração do próprio trabalho.

§ 2º - Na prestação dos serviços a que se referem os itens 19 e 20 da lista anexa, o imposto será calculado sobre o preço deduzido das parcelas correspondentes:

- a) Ao valor dos materiais fornecidos pelo prestador dos serviços;
- B) ao valor das subempreitadas já tributadas pelo imposto.

[Handwritten signature]

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARATINGUETÁ
Proc. 364-ll n. 226
Segue 207
Rubrica *[Signature]*

§ 3º - Quando os serviços a que se referem os itens 1,2,3,5, 6,11,12 e 17, da lista anexa, forem prestados por sociedades, estas ficarão sujeitas ao impôsto na forma do parágrafo 1º, calculado em relação a cada profissional habilitado, sócio, empregado ou não, que preste serviço em nome da sociedade, embora assumindo responsabilidade pessoal, nos termos da lei aplicável.

Artigo 179 - Contribuinte é o prestador de serviço.

Parágrafo Único - Não são contribuintes os que prestem serviços em relação de emprêgo, os trabalhadores avulsos, os diretores e membros de conselhos consultivos ou fiscal de sociedades.

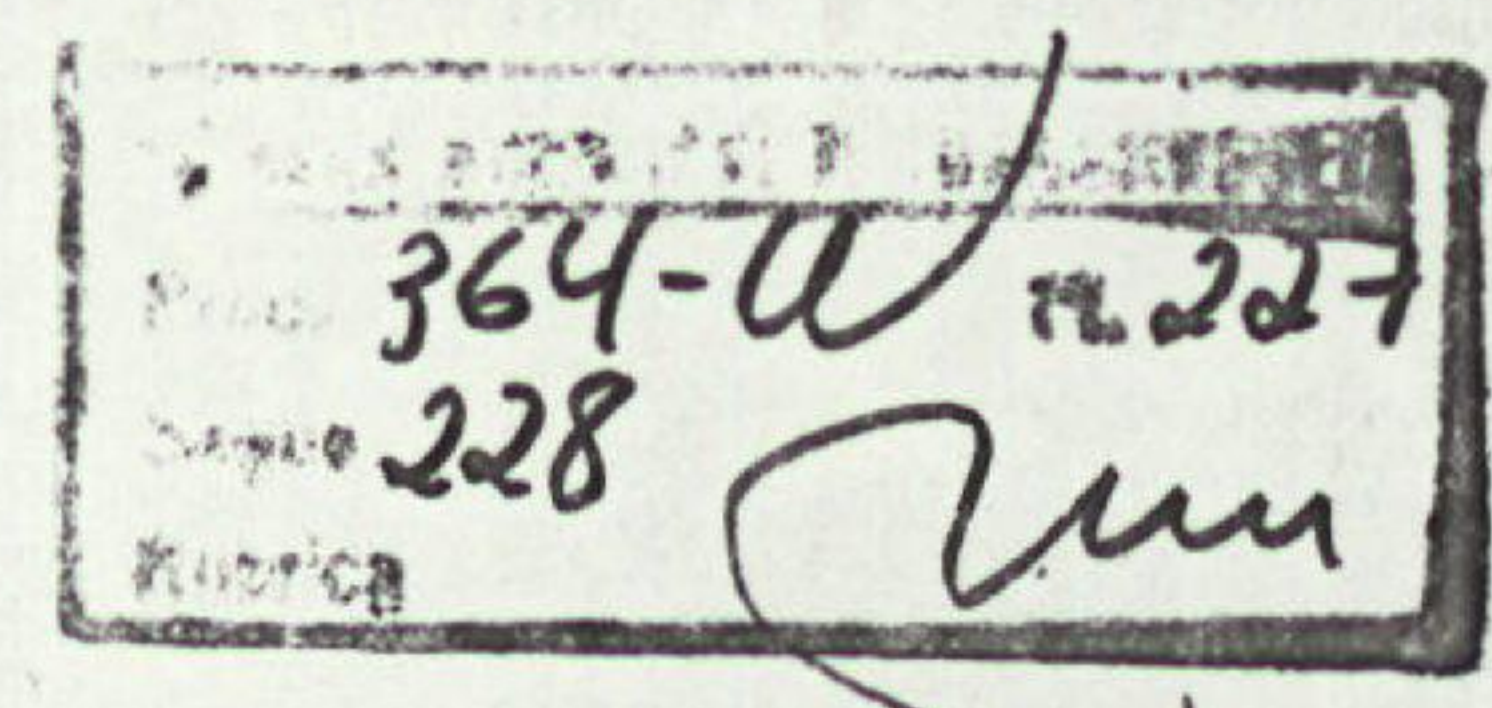
Artigo 180 - As pessoas físicas ou jurídicas que, na condição de prestadores de serviço de qualquer natureza, no decorrer do exercício financeiro se tornarem sujeitas à incidência do impôsto, serão lançadas a partir do mês em que iniciarem as atividades.

Artigo 181 - As empresas ou profissionais autônomos de prestação de serviço de qualquer natureza, que desempenham atividades classificadas em mais de um dos grupos de atividades constantes da lista de serviços, anexa a este Código, estarão sujeitos ao impôsto com base na alíquota imediatamente inferior à mais elevada e correspondente a uma dessas atividades.

Artigo 182 - O impôsto devido por estabelecimento ou empresa, cujo volume ou modalidade de serviços aconselhe tratamento fiscal mais simples e econômico, poderá ser calculado por estimativa, a juízo do Fisco, observadas as normas regulamentares.

Parágrafo Único - Conforme concessão legal, as empresas cinematográficas e outras poderão recolher, mensalmente, o impôsto segundo importância fixa ou arbitrada pelo Executivo, ou de acordo com o que estabelecer a lei pertinente.

Artigo 183 - O impôsto não incide sobre a saída, de estabelecimento prestador de serviços a que se refere o artigo 177 deste Código, de mercadorias a serem ou que tenham sido utilizadas na prestação de tais serviços, ressalvados os casos de incidência previstos na lista de serviços tributados.



Artigo 184 - Estão isentas de impôsto:

- a) a saída, de estabelecimento de construção civil, obras hidráulicas e outras obras semelhantes inclusive serviços auxiliares ou complementares, de mercadorias adquiridas de terceiros e destinadas às construções, obras ou serviços referidos, a cargo do remetente;
- B) a execução por administração ou empreitada, de obras hidráulicas ou de construção civil contratadas com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios, autarquias e empresa concessionárias de serviços públicos, assim como as respectivas subempreitadas, a requerimento do interessado e devidamente instruído com os documentos comprobatórios.

Artigo 185 - Considera-se local de prestação de serviço:

- a) o do estabelecimento prestador ou, na falta de estabelecimento, o do domicílio do prestador;
- b) no caso de construção civil, o local onde se efetuar a prestação.

CAPÍTULO II

Da Alíquota e da Base de Cálculo

Artigo 186 - Ficam estabelecidas as seguintes alíquotas máximas para a cobrança deste impôsto (Ato Complementar nº 34, de 30.01.67):

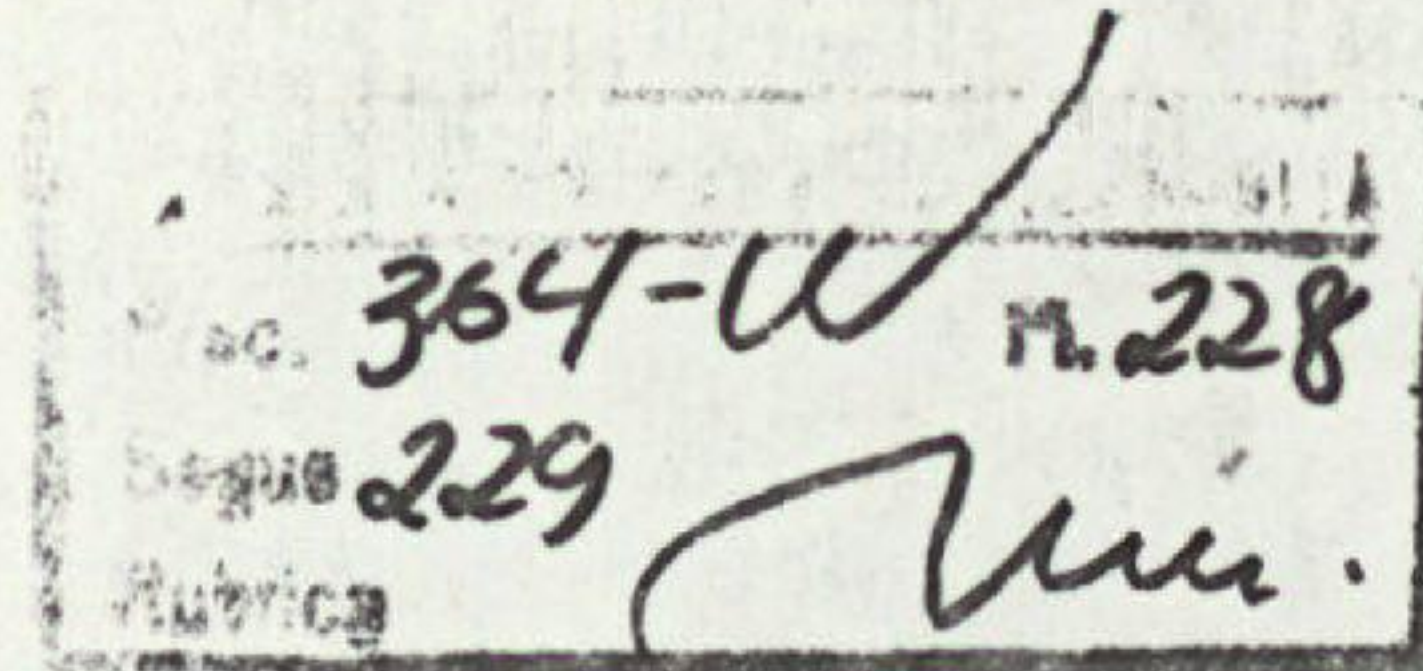
- a) até 2% (dois por cento): execução de obras hidráulicas ou de construção civil;
- b) até 10% (dez por cento): jogos e diversões públicas;
- c) até 5% (cinco por cento) : demais serviços.

Artigo 187 - A lista de serviços de qualquer natureza, a que se refere o artigo 177, constitui parte integrante deste Código.

Artigo 188 - O impôsto será calculado sobre o preço do serviço ou sobre a receita bruta mensal do contribuinte, conforme dispuser o regulamento.

Artigo 189 - Quando não puder ser conhecido o valor efetivo da receita bruta resultante da prestação de serviços ou quando os registros relativos ao impôsto não merecerem fé pelo Fisco, tomar-seá para base do cálculo a receita bruta arbitrada, a qual não poderá, em hipótese alguma, ser inferior ao total das seguintes parcelas:

Quirino



- I - valor das matérias primas, combustíveis e outros materiais consumidos ou aplicados durante o ano;
- II - a folha de salários pagos durante o ano, adicionada de honorários de Diretores e retiradas de proprietários, sócios ou gerentes;
- III - 10% (dez por cento) do valor venal do imóvel, ou parte dêle, e dos equipamentos utilizados pela empresa ou pelo profissional autônomo;
- IV - despesas com o fornecimento de água, luz, força, telefone e demais encargos mensais obrigatórios do contribuinte.

Artigo 190 - O disposto no artigo 188 e 189 não se aplica nos casos em que a receita bruta corresponder, exclusivamente, à remuneração de trabalho pessoal do contribuinte.

Parágrafo Único - Na hipótese deste artigo, o imposto será cobrado por meio de alíquotas fixas.

CAPÍTULO III

Do Lançamento e do Recolhimento

Artigo 191 - O imposto será recolhido por meio de guia preenchida pelo próprio contribuinte, de acordo com o modelo, forma e prazo estabelecido no regulamento.

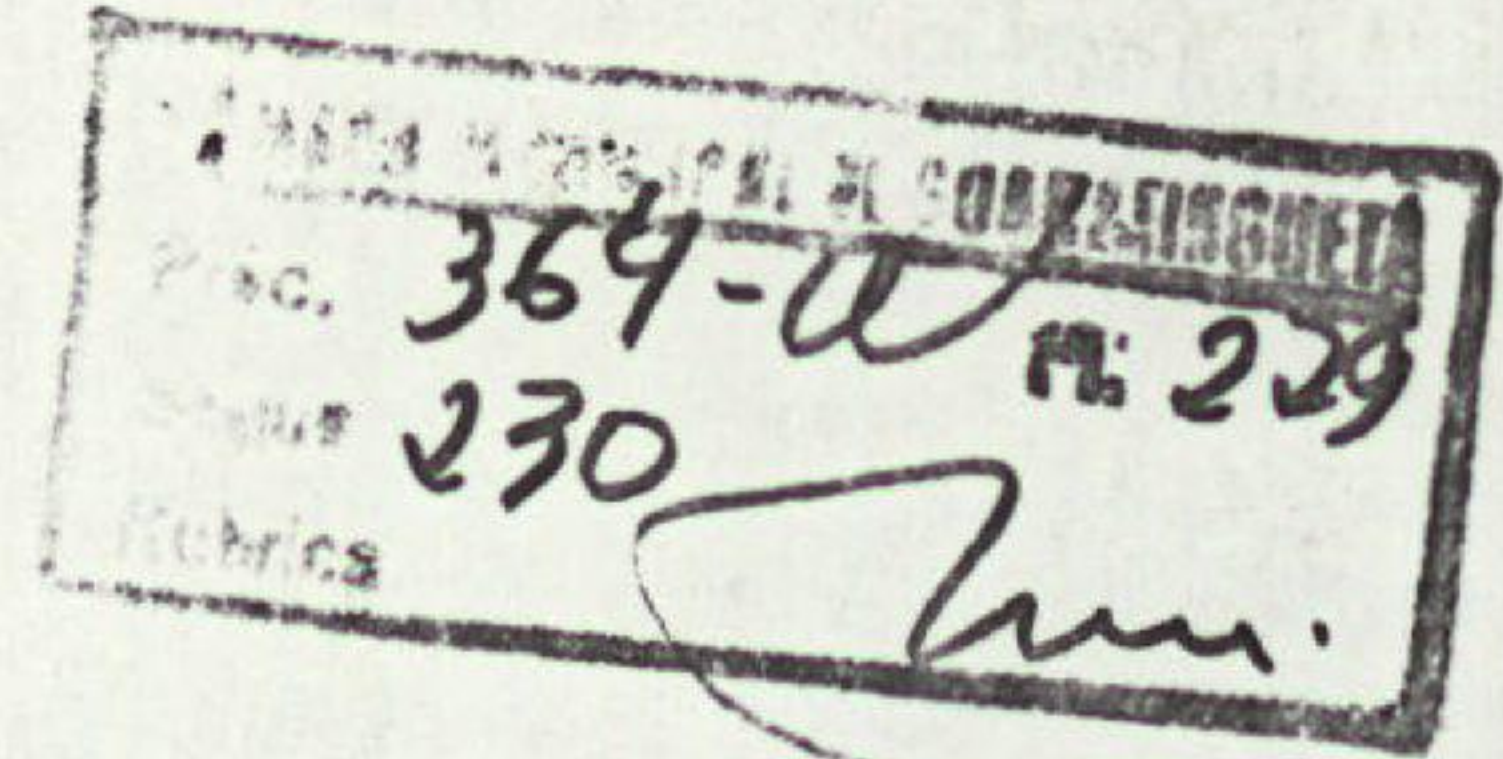
Artigo 192 - Os contribuintes sujeitos ao imposto com base na receita bruta mensal manterão, obrigatoriamente, sistema de registro do valor dos serviços prestados, na forma do regulamento.

Artigo 193 - O montante do imposto a recolher será arbitrado pela autoridade competente:

- I - quando o contribuinte deixar de apresentar a guia de recolhimento no prazo regulamentar;
- II - quando o contribuinte apresentar guia com omissão dolosa ou fraude;
- III - quando inexisterem os registros a que se refere o artigo 192 ou fôr dificultado o exame dos mesmos.

Artigo 194 - O procedimento de ofício de que trata o artigo anterior, prevalecerá até prova em contrário, feita antes do lançamento do imposto.

Artigo 195 - O lançamento do imposto de serviço será feito pela forma e nos prazos estabelecidos em regulamento, de todos es -



contribuintes inscritos existentes no Cadastro dos -
Prestadores de Serviços de Qualquer Natureza.

Parágrafo Único - O valor do imposto não será nunca inferior a 0,03.
(três centésimos) do salário mínimo.

Artigo 196 - Consideram-se empresas distintas, para efeito de lançamento a cobrança do imposto:

- I - as que, embora no mesmo local, ainda que com idêntico ramo de atividade, pertençam a diferentes -
pessoas físicas ou jurídicas;
- II - as que, embora pertencentes à mesma pessoa física ou jurídica, tenham funcionamento em locais diversos.

Parágrafo Único - Não são considerados como locais diversos dois ou mais imóveis contíguos e com comunicação interna, nem os vários pavimentos de um mesmo imóvel.

TÍTULO VII
DAS TAXAS
CAPÍTULO I
DA INCIDÊNCIA E DAS ISENÇÕES

Artigo 197 - Pelo exercício regular do poder de polícia ou em razão de utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição pela Prefeitura, serão cobradas, pelo Município, as seguintes taxas:

- I - de licença;
- II - de expediente e serviços diversos;
- III - de serviços urbanos.

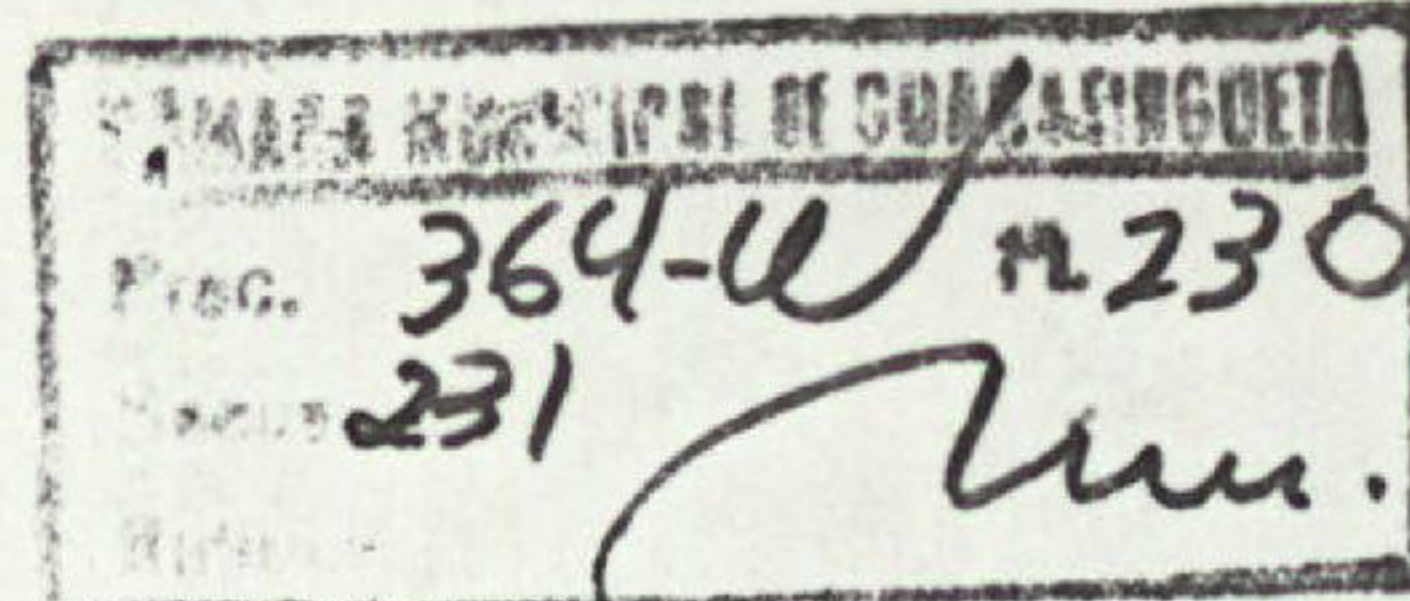
Parágrafo Único - Os contribuintes que, a critério do Prefeito, provarem, por escrito, absoluta carência de recurso financeiro consequente de estado de incapacidade física, orfanidade, viuvez e outros, poderão ser isentos do pagamento das taxas.

Artigo 198 - São isentos das taxas de serviços urbanos:

- I - os prédios federais e estaduais, quando exclusivamente utilizados por serviços da União ou do Estado;
- II - os templos, de qualquer culto.

Artigo 199 - São isentos da taxa da licença para tráfego os veículos de propriedade da União, dos Estados e do Distrito Federal.

CAPÍTULO II
Das Taxas de Licença
Seção 1ª
Disposições Gerais



Artigo 200 - As taxas de licença têm como fato gerador o poder de polícia do Município na outorga de permissão para o exercício de atividades ou para a prática de atos dependentes, por sua natureza, de prévia autorização pelas autoridades municipais.

Artigo 201 - As taxas de licença são exigidas para:

- I** - localização de estabelecimento de produção, comércio, indústria ou prestação de serviços, na jurisdição do Município;
- II** - renovação da licença para localização de estabelecimentos de produção, comércio, indústria ou prestação de serviços;
- III** - funcionamento de estabelecimentos industriais, comerciais e de prestação de serviços em horários especiais;
- IV** - exercício, na jurisdição do Município, do comércio eventual ou ambulante;
- V** - execução de obras particulares;
- VI** - tráfego de veículos e outros aparelhos automotores;
- VII** - publicidade;
- VIII** - ocupação de áreas em vias e logradouros públicos;
- IX** - abate de gado fora do Matadouro Municipal.

Artigo 202 - Para efeito da cobrança da taxa de licença são considerados estabelecimentos de produção, comércio, indústria ou de prestação de serviços, os definidos nos artigos 151 e 157 deste Código.

Seção 2ª

Da Taxa de Licença para localização de Estabelecimento de Produção, Comércio, Indústria e Prestação de Serviços.

Artigo 203 - Nenhum estabelecimento de produção, comércio, indústria ou prestação de serviço de qualquer natureza poderá instalar-se ou iniciar suas atividades no Município sem prévia licença de localização outorgada pela Prefeitura e sem que hajam seus responsáveis efetuado o pagamento da taxa devida.

§ 1º - As atividades cujo exercício dependam de autorização de competência exclusiva da União ou do Estado não estão isen-

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARATINGUETÁ
Proc. 364-11 Fl. 237
Data 232
Rubrica

tas da taxa desta licença cuja concessão será dada mediante prova legal.

§ 2º - As atividades que o fisco julgar não serem de interesse social ou de interesse público, conforme dispuser o Regulamento deste Código, poderão ter o lançamento da taxa de licença acrescido em até 50% (cinquenta por cento) do valor fixado na respectiva tabela.

Artigo 204 - O pagamento da licença a que se refere o artigo anterior será exigido por ocasião da abertura, instalação, venda ou transferência do estabelecimento, ou cada vez que se verificar mudança do nome da atividade.

Artigo 205 - A taxa de licença para localização de estabelecimento de produção, comércio, indústria e prestação de serviços de qualquer natureza, a que se refere o Artigo 203, Seção 2ª, Capítulo II, Título VII, será cobrada de conformidade com a Tabela I, anexa a este Código.

Artigo 206 - Os pedidos de licença para abertura ou instalação de estabelecimento de produção, comércio, indústria ou de prestação de serviços serão acompanhados da competente ficha de inscrição no Cadastro Fiscal, pela forma e dentro dos prazos estabelecidos para esse fim.

Artigo 207 - A licença para localização e instalação inicial é concedida mediante despacho da repartição competente, expedindo-se alvará respectivo, o qual é intransferível.

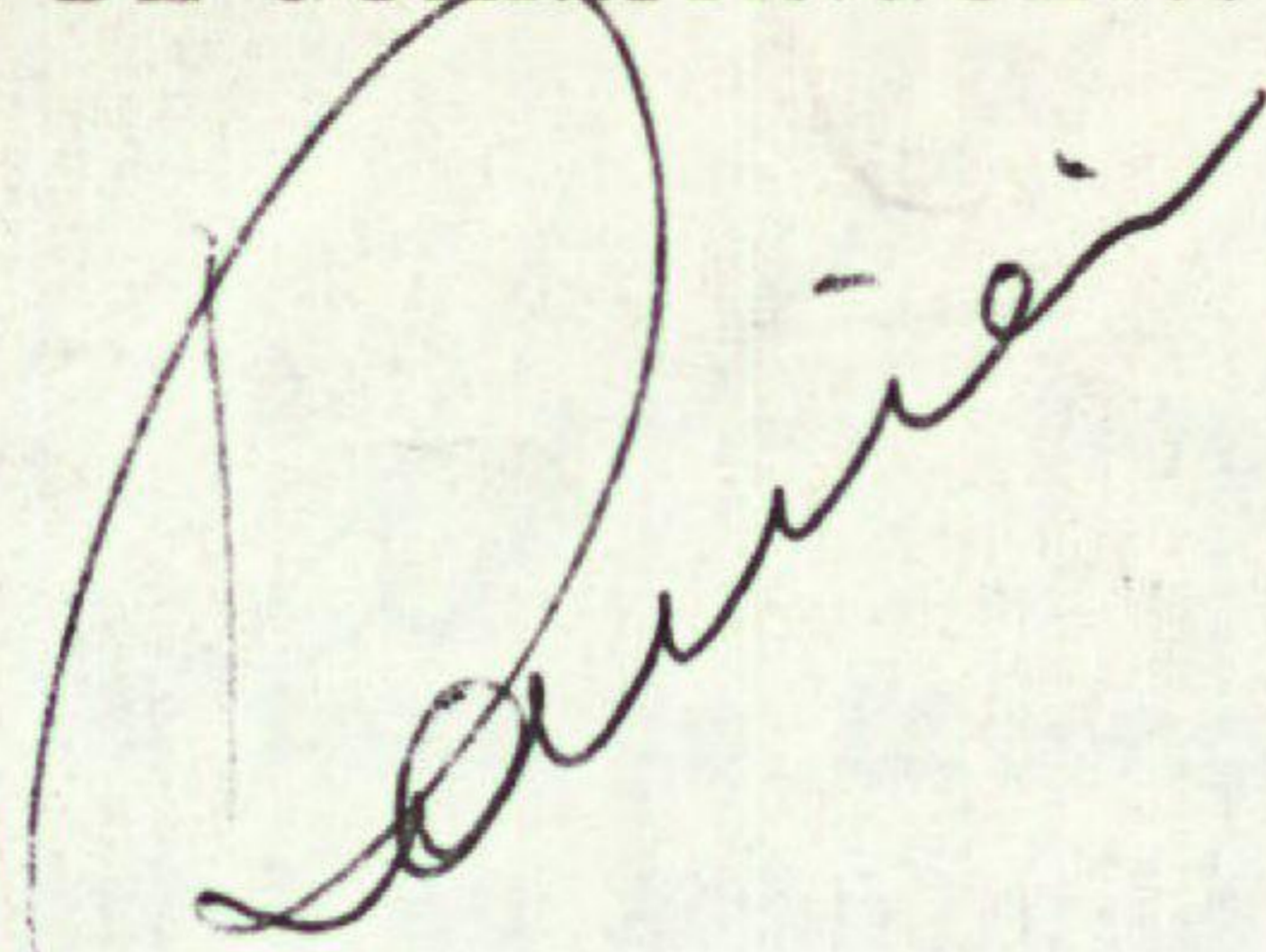
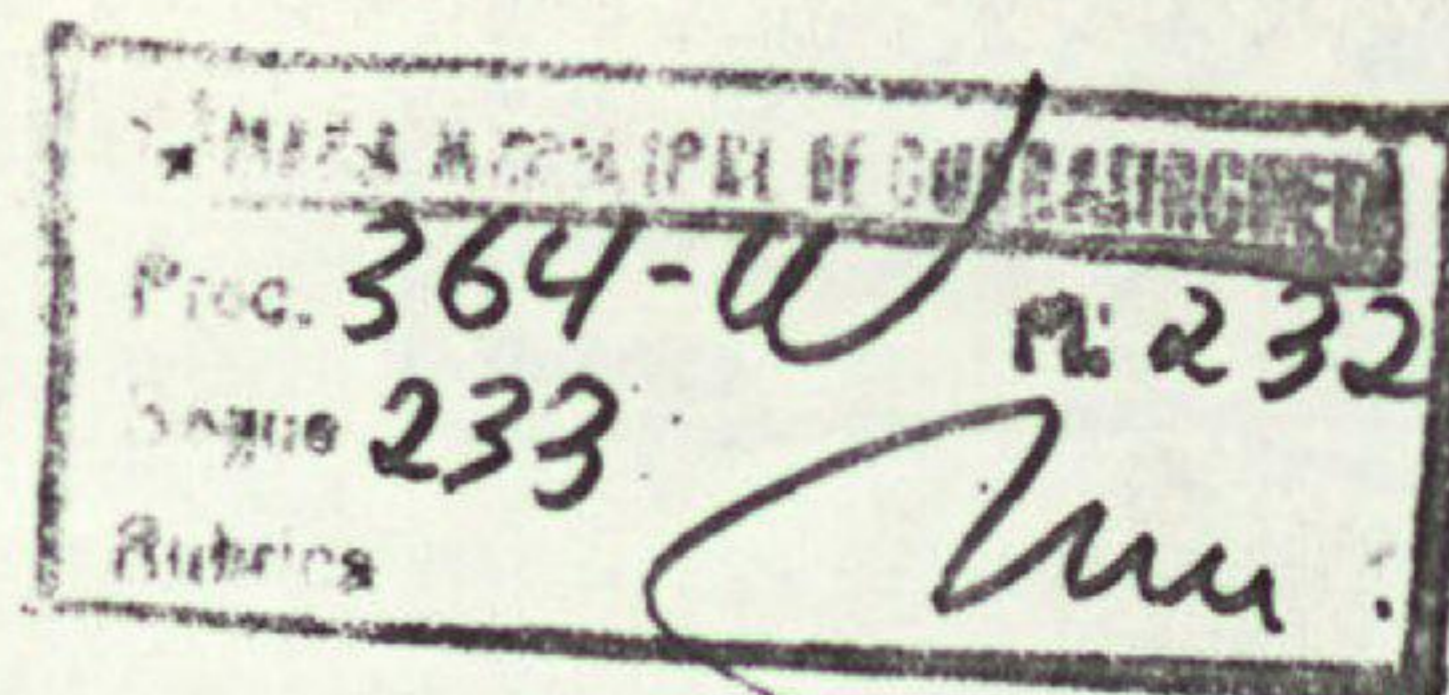
Artigo 208 - A taxa de licença de que trata esta Seção independe de lançamento e será arrecadada quando da concessão da licença; a licença inicial, concedida depois de 30 de junho será arrecadada pela metade.

Seção 3ª

Da Taxa de Renovação da Licença para localização de Estabelecimentos de Produção, Comércio, Indústria e Prestação de Serviços.

Artigo 209 - Os estabelecimentos de produção, comércio, indústria ou de prestação de serviços, estão sujeitos, anualmente, à taxa de renovação da licença para localização, cobrada de acordo com a Tabela I, deste Código.

Artigo 210 - O alvará de licença será também renovado anualmente e fornecido independentemente de novo requerimento, desde que

o contribuinte haja efetuado o pagamento da taxa a que se refere o artigo anterior.

Parágrafo Único - A expedição de alvará de renovação da licença ficará sujeita à taxa de expediente, à razão de 10% (dez por cento), e nunca inferior a \$2,00 (dois cruzeiros), sobre o valor do lançamento relativo à localização.

Artigo 211 - Nenhum estabelecimento poderá prosseguir nas suas atividades sem estar na posse do alvará de que trata o artigo anterior, após decorrido o prazo para pagamento da taxa de renovação.

Parágrafo Único - O alvará de licença será conservado em lugar visível.

Artigo 212 - O não cumprimento do disposto no artigo anterior poderá acarretar a interdição do estabelecimento mediante ato da autoridade competente.

§ 1º - A interdição será precedida de notificação preliminar ao responsável pelo estabelecimento, dando-se-lhe o prazo de oito (8) dias para que regularize sua situação.

§ 2º - A interdição não exime o faltoso do pagamento da taxa e das multas devidas e dos acréscimos legais.

Artigo 213 - Far-se-á, anualmente, o lançamento da taxa de renovação da licença de localização e funcionamento, a ser arrecadada nas épocas determinadas em regulamento.

Seção 4ª

Da Taxa de Licença para Funcionamento em Horário Especial

Artigo 214 - Poderá ser concedida licença para funcionamento de estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços fora do horário normal de abertura e fechamento, mediante o pagamento de uma taxa de licença especial.

Artigo 215 - A taxa de licença para funcionamento dos estabelecimentos em horários especiais será cobrada por dia, por mês ou ano, de acordo com a Tabela II - Inciso I, anexa a este Código e independentemente de lançamento.

Artigo 216 - É obrigatória a fixação, junto do alvará de licença de localização, em local visível e acessível à fiscalização, de comprovante de pagamento da taxa funcionamento em horário especial em que conste claramente esse horário sob pena das sanções previstas neste Código.

autorizada para o efeito de levantamento de terreno.

III - a construção de murallas destinadas a guardar de -
a construção de muros
ou grades;

IV - a limpeza ou a pintura exterior de prédios, muros
ou cercas;

V - a limpeza de casa de licença para execução de obras
para a sede do Colégio.

VI - a limpeza de casa de licença para execução de obras
de obras de conservação com a Taboala II-Incluído III -
de -

VII - a limpeza de casa de licença para execução de obras
de -

VIII - a limpeza de casa de licença para execução de obras
de -

IX - a limpeza de casa de licença para execução de obras
de -

X - a limpeza de casa de licença para execução de obras
de -

XI - a limpeza de casa de licença para execução de obras
de -

XII - a limpeza de casa de licença para execução de obras
de -

XIII - a limpeza de casa de licença para execução de obras
de -

XIV - a limpeza de casa de licença para execução de obras
de -

XV - a limpeza de casa de licença para execução de obras
de -

XVI - a limpeza de casa de licença para execução de obras
de -

XVII - a limpeza de casa de licença para execução de obras
de -

XVIII - a limpeza de casa de licença para execução de obras
de -

XIX - a limpeza de casa de licença para execução de obras
de -

XX - a limpeza de casa de licença para execução de obras
de -

Seção 7a

| | |
|-------------|--------|
| Proc. 369-W | n. 235 |
| Segue 236 | |
| Rubrica | Mm. |

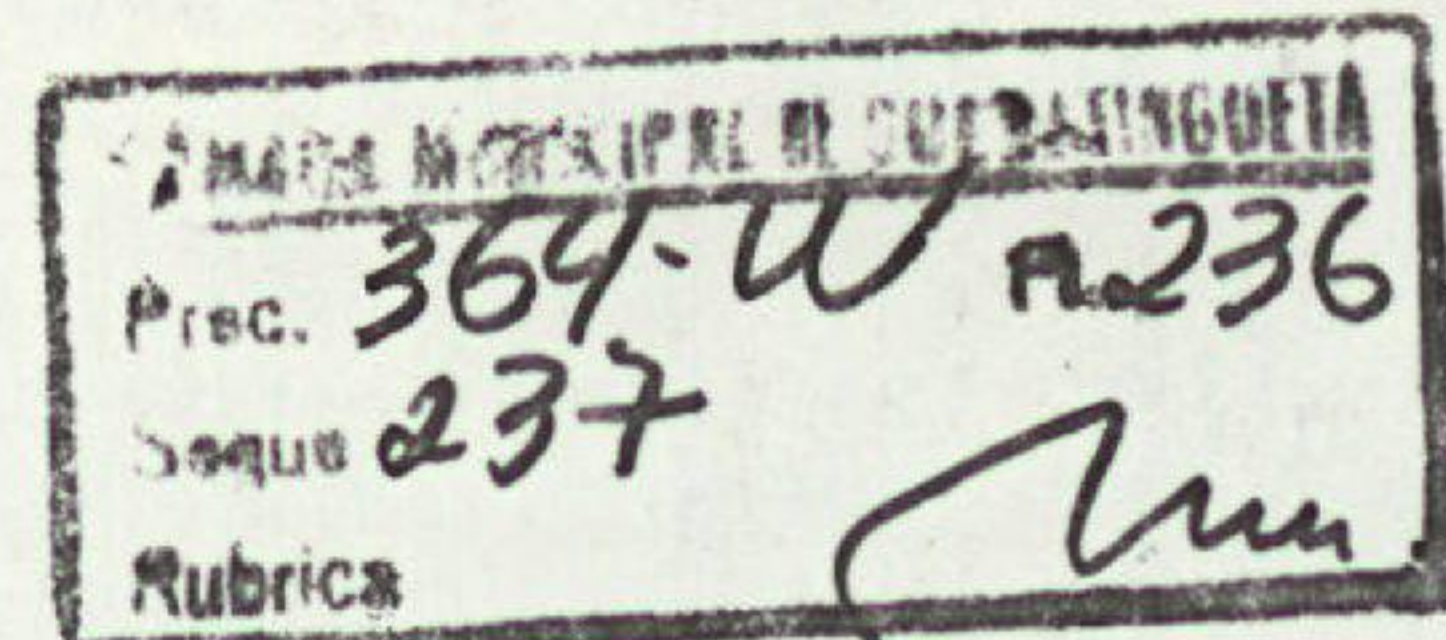
DA Taxa de Licença para Execução de Loteamentos de Terrenos Particulares.

- Artigo 229** - A taxa de licença para execução de loteamentos de terrenos particulares é exigível pela permissão outorgada pela Prefeitura, na forma da lei, e mediante prévia a provação dos respectivos projetos, segundo o zoneamento em vigor no Município.
- Artigo 230** - Nenhum projeto de loteamento poderá ser executado sem prévia pagamento da taxa de que trata esta Seção.
- Artigo 231** - A licença concedida constará de ato administrativo, no qual se mencionarão as obrigações do loteador, com referências a obras de terraplanagem e urbanização, nos termos da legislação específica.
- Artigo 232** - A taxa de que trata esta Seção será cobrada de conformidade com a Tabela II - inciso IV a este Código.

Seção 8a

Da Taxa de Licença para o Tráfego de Veículos

- Artigo 233** - A taxa de licença para o tráfego de veículos de tração animal e humana é devida por todos os proprietários ou possuidores de veículos em circulação no Município e será cobrada anualmente, de conformidade com a Tabela II - Inciso V anexa a este Código.
- Artigo 234** - O pagamento da taxa será feito de uma só vez, anualmente, antes de ser feita a renovação do respectivo emplacamento, na época e na forma estabelecidas no regulamento.
- Artigo 235** - A baixa de veículos no registro, quando requerida depois do mês de janeiro, sujeita o proprietário ao pagamento da taxa correspondente a todo o exercício.
- Artigo 236** - São isentos da taxa de licença para o tráfego de veículos:
- I - os veículos de tração animal pertencentes aos pequenos lavradores, quando se destinarem exclusivamente aos serviços de suas lavouras e ao transporte de seus produtos;
 - II - os veículos destinados aos servidores agrícolas usados unicamente dentro das propriedades rurais de seus possuidores.



SEÇÃO 9ª

Da Taxa de Licença Para Publicidade

Artigo 237 - A exploração ou utilização de meios de publicidade nas - vias e logradouros públicos do Município, bem como nos lu - gares de acesso ao público, fica sujeita à prévia licença da Prefeitura e ao pagamento da taxa devida.

Artigo 238 - Encluem-se na obrigatoriedade do artigo anterior e por u - nidade:

- I - os cartazes, letreiros, programas, quadros, painéis, placas, anúncios e mostruários, fixos ou volantes, lu - minosos ou não, afixados, distribuídos ou pintados - em paredes, muros, postes, veículos ou calçadas;
- II - a propaganda falada, em lugares públicos, por meio - de amplificadores de voz, alto-falantes e propagan - distas.

Parágrafo Único - Compreende-se neste artigo os anúncios colocados em - lugares de acesso ao público, ainda que mediante cobrança - de ingresso, assim como os que forem, de qualquer forma, - visíveis da via pública.

Artigo 239 - Respondem pela observância das disposições desta seção tô - das as pessoas físicas ou jurídicas, às quais, direta ou - indiretamente, a publicidade venha a beneficiar, uma vez - que a tenham autorizado.

Artigo 240 - Sempre que a licença depender de requerimento, êste deverá ser instruído com a descrição da posição, da situação, das côres, dos dizeres, das alegorias e de outras característi - cas do meio de publicidade, de acôrdo com as instruções e regulamentos respectivos.

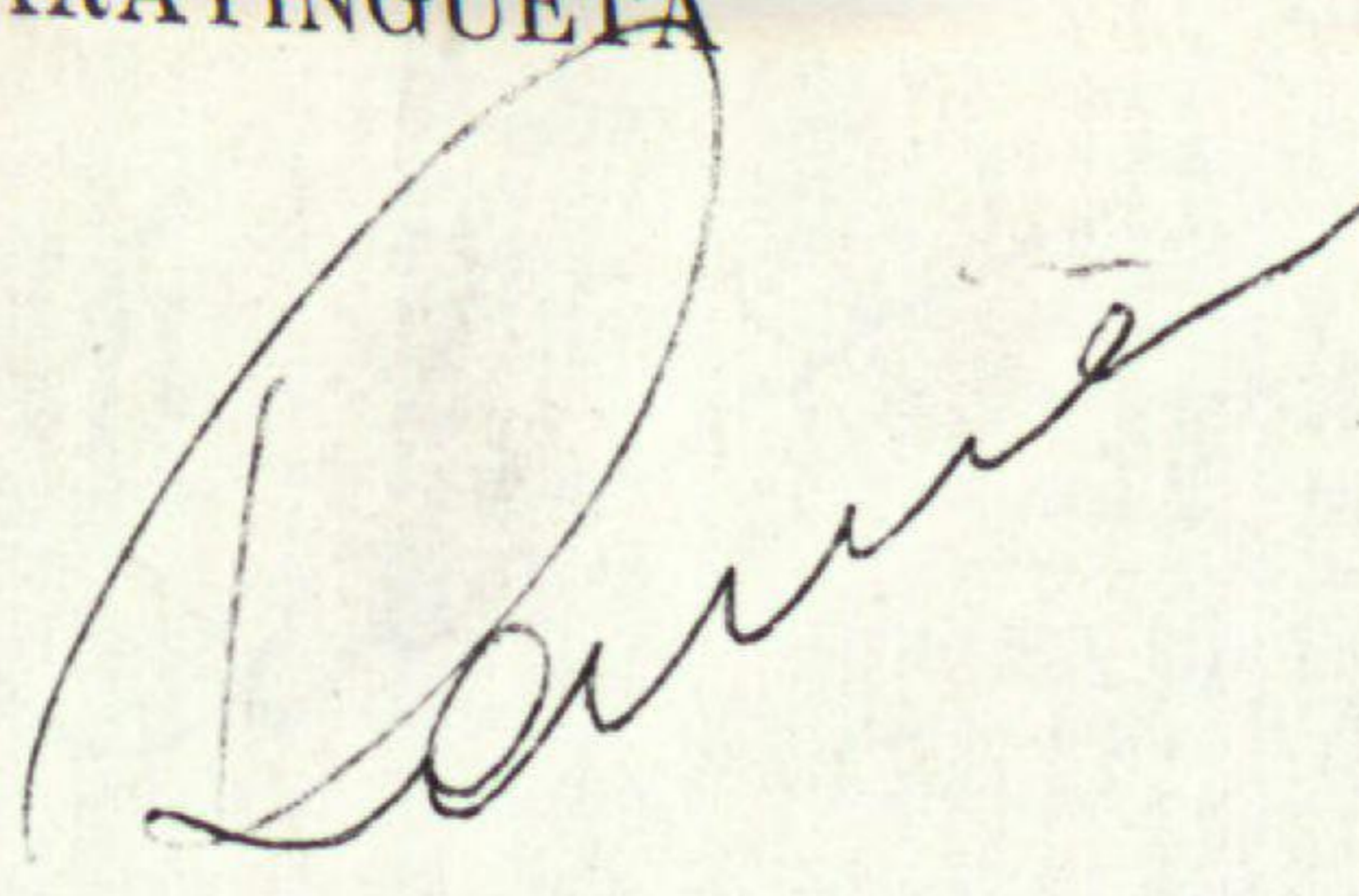
Parágrafo Único - Quando o local em que se pretender colocar o anúncio - não fôr de propriedade do requerente, deverá êste juntar - ao requerimento a autorização do proprietário.

Artigo 241 - Ficam os anunciantes obrigados a colocar nos painéis e a - núncios, sujeitos à taxa, um número de identificação forne - cido pela repartição competente.

Artigo 242 - Os anúncios devem ser escritos em boa e pura linguagem, fi - cando por isso, sujeitos à revisão da repartição competen - te.

Artigo 243 - A taxa de licença para publicidade é cobrada segundo o pe - ríodo fixado para a publicidade e de conformidade da Tabela II - Inciso VI anexa a êste Código.

§ 1º - Ficam sujeitos ao acréscimo de 100% (cem por cento), da ta - xa os anúncios de qualquer natureza, referentes a bebidas -



| | | | |
|---------|-------|-----|-----|
| Proc. | 364-0 | n.º | 237 |
| Segue | 238 | | mu. |
| Rubrica | | | |

alcoólicas, bem como os redigidos em língua estrangeira.
§ 2º - A taxa será paga adiantadamente, por ocasião da outorga da licença.

§ 3º - Nas licenças sujeitas à renovação anual, a taxa será paga no prazo estabelecido em regulamento.

Artigo 244 - São isentas de taxa de licença para publicidades:

I - os cartazes ou letreiros destinados a fins educativos, religiosos ou eleitorais;

II - as tabuletas indicativas de sítios, granjas ou fazendas, bem como as de rumo da direção de estradas;

III - as denominações de estabelecimentos comerciais e industriais apostos nas paredes e vitrines internas;

IV - os anúncios publicados em jornais, revistas ou catálogos e os irradiados em estações de radiofusão.

Seção 10ª

Da Taxa de Licença para Ocupação do Solo nas Vias e Logradouros Públicos.

Artigo 245 - Entende-se por ocupação do solo aquela feita mediante colocação definitiva ou provisória de postes de madeira, de ferro e de cimento para qualquer fim; de instalação definitiva ou provisória de balcão, barraca, mesa, tabuleiro, quiosque, toldo e qualquer outro móvel ou utensílio; depósitos de materiais para fins comerciais ou de prestação de serviços e estacionamento privativo de veículos, em locais permitidos.

Artigo 246 - Sem prejuízo do tributo e multa devidos, a Prefeitura arremanejará, apreenderá e removerá para os seus depósitos qualquer objeto fincado nas vias e logradouros públicos ou mercadorias, móveis e utensílios deixados em locais não permitidos, sem o pagamento da taxa de que trata esta Seção, conforme o disposto na Tabela II - Inciso VII.

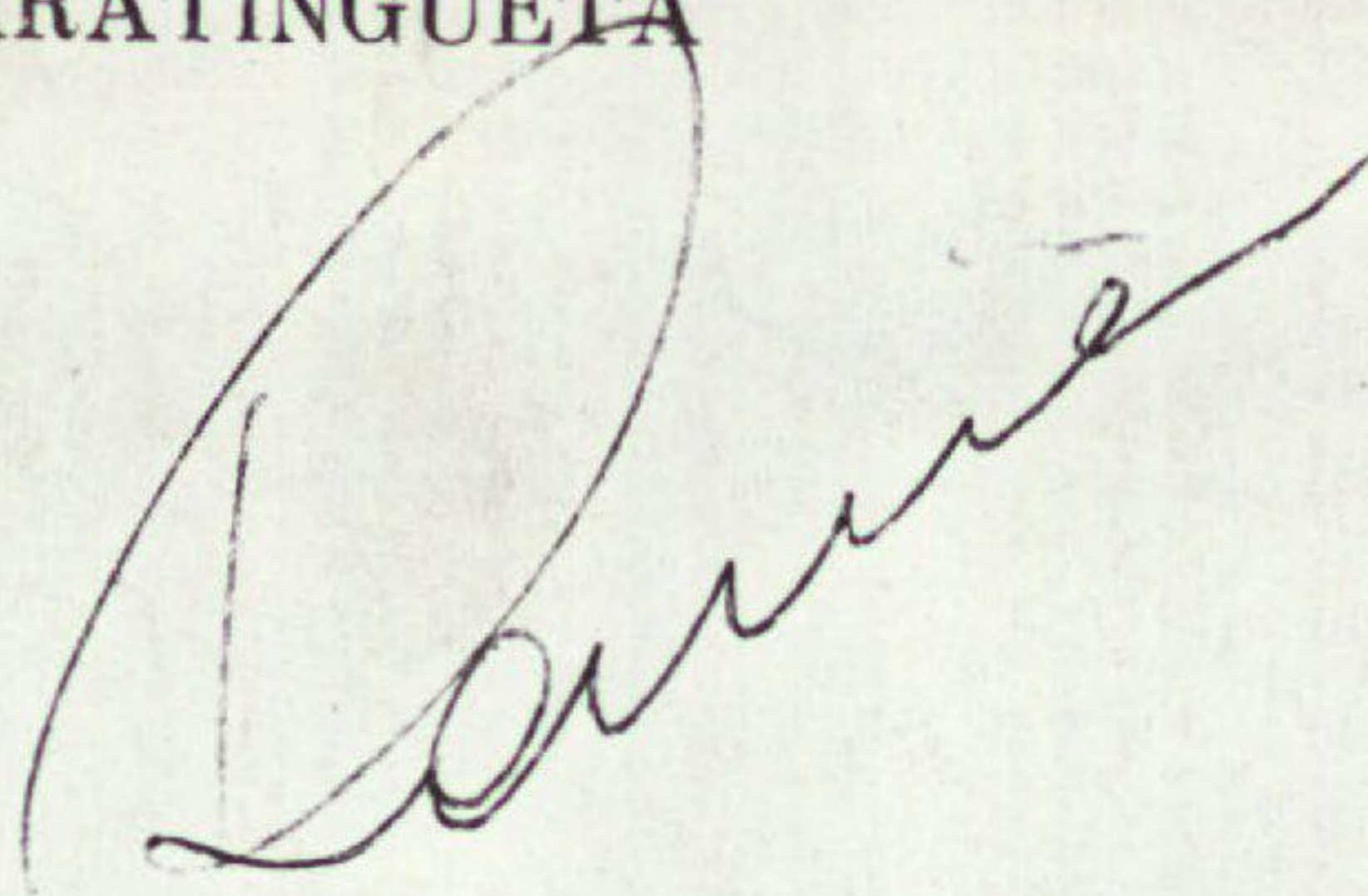
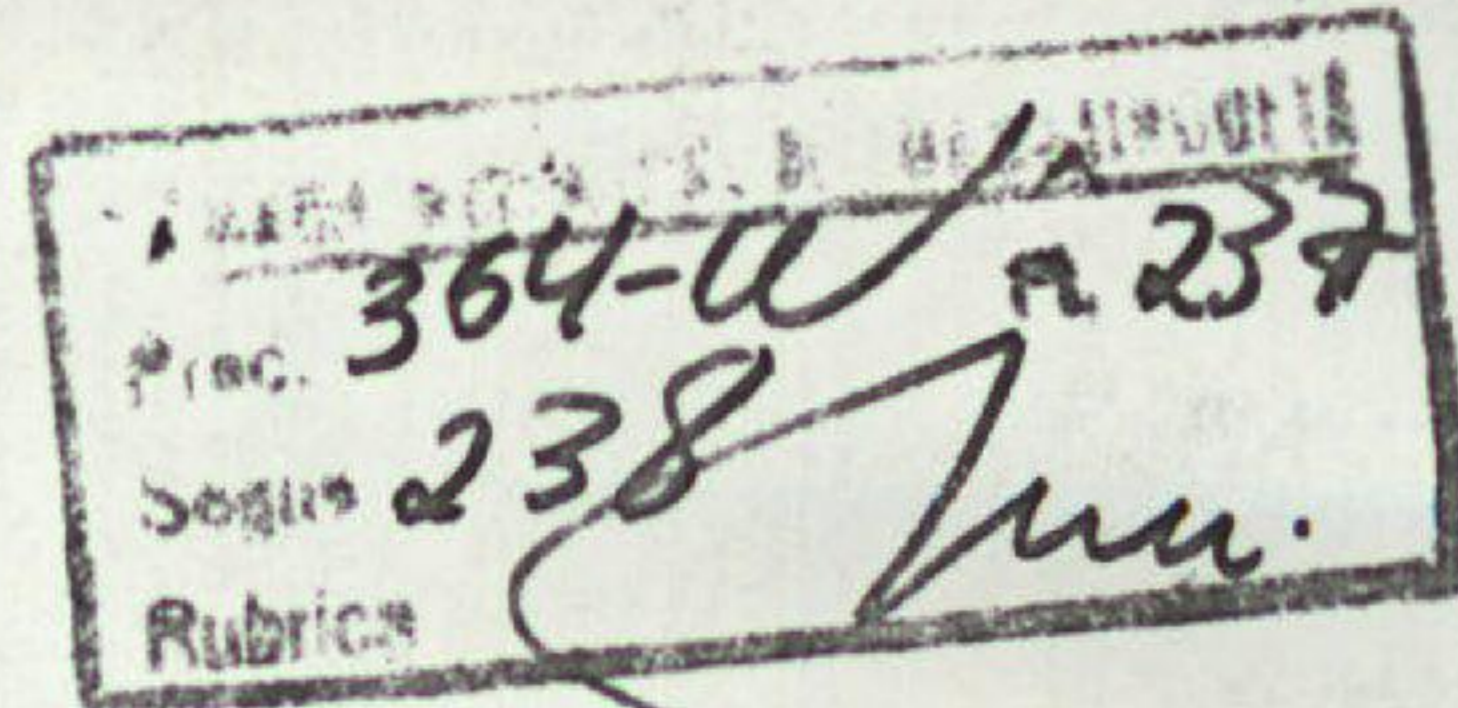
Seção 11ª

Da Taxa de Licença para Abate de Gado fora do Matadouro Municipal.

Artigo 247 - O abate de gado destinado ao consumo público, quando não for feito no Matadouro Municipal, só será permitido mediante licença da Prefeitura, procedida da Inspeção Sanitária feita nas condições previstas na legislação específica.

Artigo 248 - Concedida a licença de que trata o artigo anterior o abate do gado fica sujeito ao pagamento da taxa respectiva, co-

Faint, illegible text, likely bleed-through from the reverse side of the page. The text is mirrored and difficult to decipher.

alcoólicas, bem como os redigidos em língua estrangeira.

§ 2º - A taxa será paga adiantadamente, por ocasião da outorga da licença.

§ 3º - Nas licenças sujeitas à renovação anual, a taxa será paga no prazo estabelecido em regulamento.

Artigo 244 - São isentas de taxa de licença para publicidade:

- I - os cartazes ou letreiros destinados a fins educativos, religiosos ou eleitorais;
- II - as tabuletas indicativas de sítios, granjas ou fazendas, bem como as de rumo da direção de estradas;
- III - as denominações de estabelecimentos comerciais e industriais apostos nas paredes e vitrines internas;
- IV - os anúncios publicados em jornais, revistas ou catálogos e os irradiados em estações de radiofusão.

Seção 10ª

Da Taxa de Licença para Ocupação do Solo nas Vias e Logradouros Públicos.

Artigo 245 - Entende-se por ocupação do solo aquela feita mediante colocação definitiva ou provisória de postes de madeira, de ferro e de cimento para qualquer fim; de instalação definitiva ou provisória de balcão, barraca, mesa, tabuleiro, quiosque, toldo e qualquer outro móvel ou utensílio; depósitos de materiais para fins comerciais ou de prestação de serviços e estacionamento privativo de veículos, em locais permitidos.

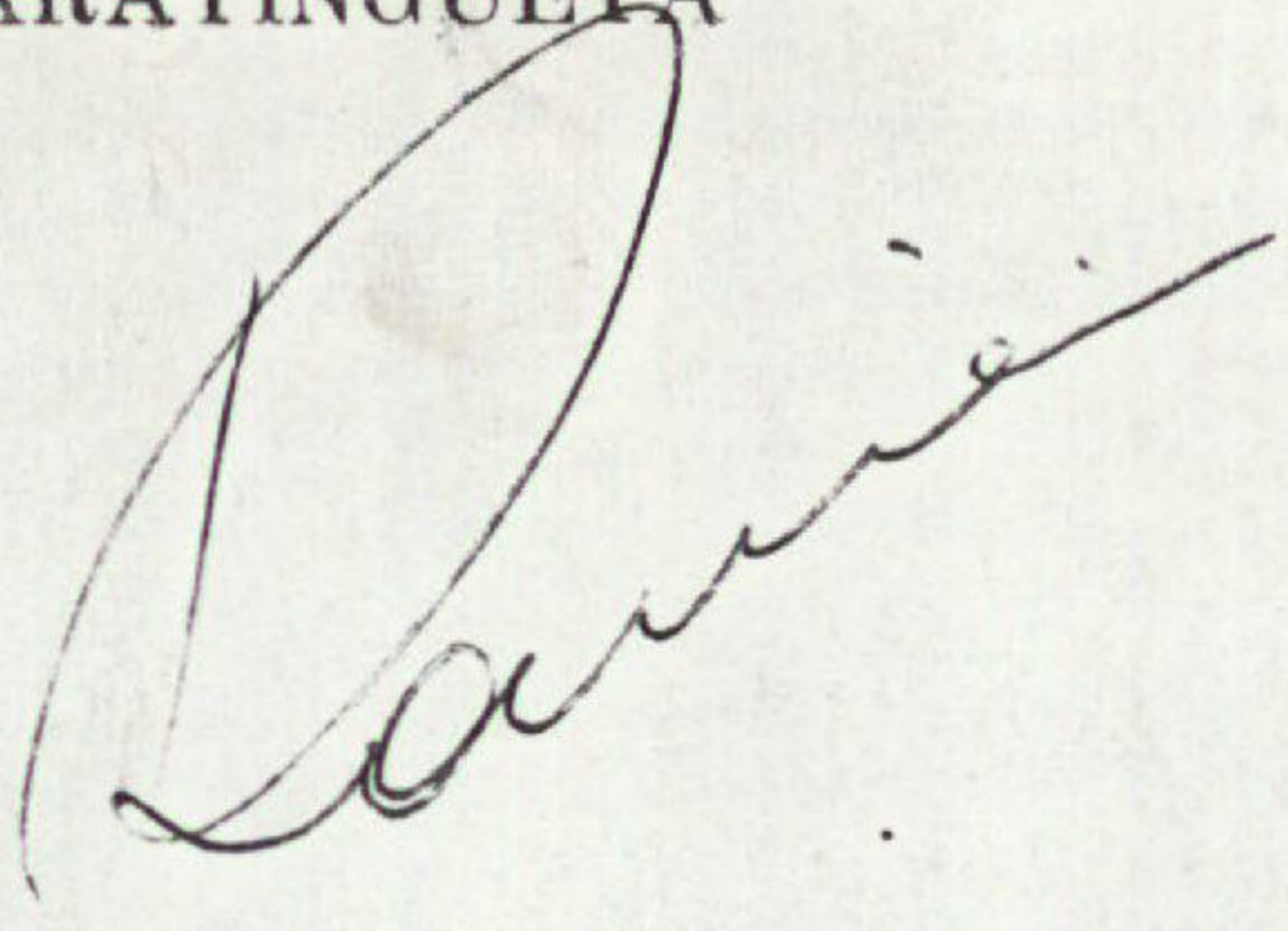
Artigo 246 - Sem prejuízo do tributo e multa devidos, a Prefeitura arancará, apreenderá e removerá para os seus depósitos qualquer objeto fincado nas vias e logradouros públicos ou mercadorias, móveis e utensílios deixados em locais não permitidos, sem o pagamento da taxa de que trata esta Seção, conforme o disposto na Tabela II - Inciso VII.

Seção 11ª

Da Taxa de Licença para Abate de Gado fora do Matadouro Municipal.

Artigo 247 - O abate de gado destinado ao consumo público, quando não for feito no Matadouro Municipal, só será permitido mediante licença da Prefeitura, procedida da Inspeção Sanitária feita nas condições previstas na legislação específica.

Artigo 248 - Concedida a licença de que trata o artigo anterior o abate do gado fica sujeito ao pagamento da taxa respectiva, co -



CAMARA MUNICIPAL DE GUARATINGUETÁ
 Proc. 364-U N. 23P
 Livro 239
 Rubrica

brada de acôrdo com a Tabela II - Inciso VIII anexa a -
 êste Código.

Artigo 249 - A exigência da taxa não atinge o abate de gado em charque -
 adas, frigoríficos, ou outros estabelecimentos semelhan -
 tes, fiscalizados pelo serviço federal competente, salvo -
 quando ao gado cuja carne fresca se destinar ao consumo -
 local, ficando o abate, nesse caso, sujeito ao tributo.

Artigo 250 - A arrecadação da taxa de que trata esta seção será feita -
 no ato da concessão da respectiva licença ou, no caso do
 artigo anterior, ao ser a carne distribuída ao consumo lo -
 cal.

Artigo 251 - Fica sujeito às penalidades previstas neste Código e nas -
 leis específicas quem abater gado fora do Matadouro Muni -
 cipal, sem prévia licença da Prefeitura e pagamento das -
 taxas devidas.

CAPÍTULO III

Das Taxas de Expediente e Serviços Diversos

Seção 1ª

Da Taxa de Expediente

Artigo 252 - A taxa de expediente é devida pela apresentação de peti -
 ção de documentos às repartições da Prefeitura, para apre -
 ciação e despacho pelas autoridades municipais ou pela la -
 vratura de têrmos e contratos com o Município.

Artigo 253 - A taxa de que trata êste Capítulo é devida pelo peticioná -
 rio ou por quem tiver interêsse direto no ato do governo -
 municipal, e será cobrada de acôrdo com a Tabela III - In -
 ciso I, anexa a êste Código.

Artigo 254 - A cobrança da taxa será feita por meio de guia, conheci -
 mento ou processo mecânico na ocasião em que o ato for -
 praticado, assinado, ou visado, ou em que o instrumento -
 formal for protocolado, expedido ou anexado, desentranha -
 do ou devolvido.

Artigo 255 - Ficam isentos da taxa de expediente os requerimentos e cer -
 tidões relativos ao serviço de alistamento militar, para -
 fins eleitorais e os recursos contra lançamentos.

Seção 2ª

Das Taxas de Serviços Diversos

| | |
|-----------------------------------|----------------------|
| CÂMARA MUNICIPAL DE GUARATINGUETÁ | |
| Proc. | 364-A n.239 |
| Segue | 240 |
| Rubrica | <i>[Handwritten]</i> |

Artigo 256 - Pela prestação dos serviços de numeração de prédios, de apreensão e depósitos de bens móveis, veículos semoventes e mercadorias, de alinhamento e nivelamento e de cemitério, inclusive quanto às concessões, serão cobradas as seguintes taxas:

- I - de numeração de prédios;
- II - de apreensão e depósito de bens móveis, veículos semoventes e de mercadorias;
- III - de alinhamento e nivelamento;
- IV - de cemitério.

Artigo 257 - A arrecadação das taxas de que trata esta seção será feita no ato da prestação do serviço, antecipadamente, ou posteriormente, segundo as condições previstas em regulamento ou instruções e de acordo com a Tabela III - Inciso II.

CAPÍTULO IV

-DA TAXA DE SERV.URBA

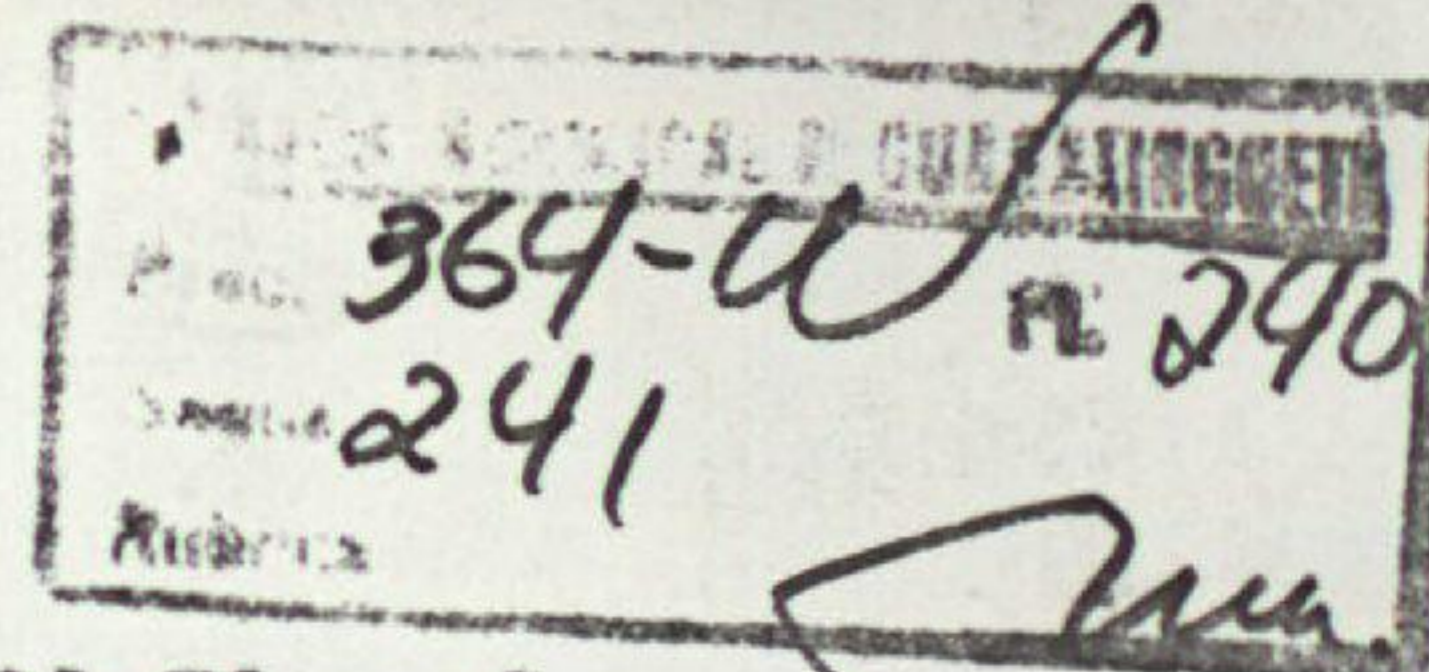
Artigo 258 - A taxa de serviços tem como fato gerador a prestação, pela Prefeitura, dos serviços:

- I - Conservação de estradas;
- II - Conservação de calçamento ou asfaltamento;
- III - Conservação de guias e sargetas;
- IV - Coleta ou remoção de lixo;
- V - Capina ou limpeza de terrenos baldios;
- VI - Iluminação pública;
- VII - Limpeza de vias e logradouros públicos;
- VIII - Utilização da rede de esgoto;
- IX - Vigilância;

Parágrafo Único - A taxa será devida pelos proprietários ou possuidores, a qualquer título, de imóveis edificadas ou não, localizados em logradouros beneficiados por um ou todos os serviços urbanos relacionados neste artigo.

Artigo 259 - A taxa definida do artigo anterior incidirá sobre cada uma das economias autônomas beneficiadas pelos referidos serviços.

Artigo 260 - A taxa de serviços urbanos será cobrada juntamente com os impostos imobiliários.



Handwritten signature

TÍTULO VIII
Da Contribuição de Melhoria
CAPÍTULO I
Disposições Gerais

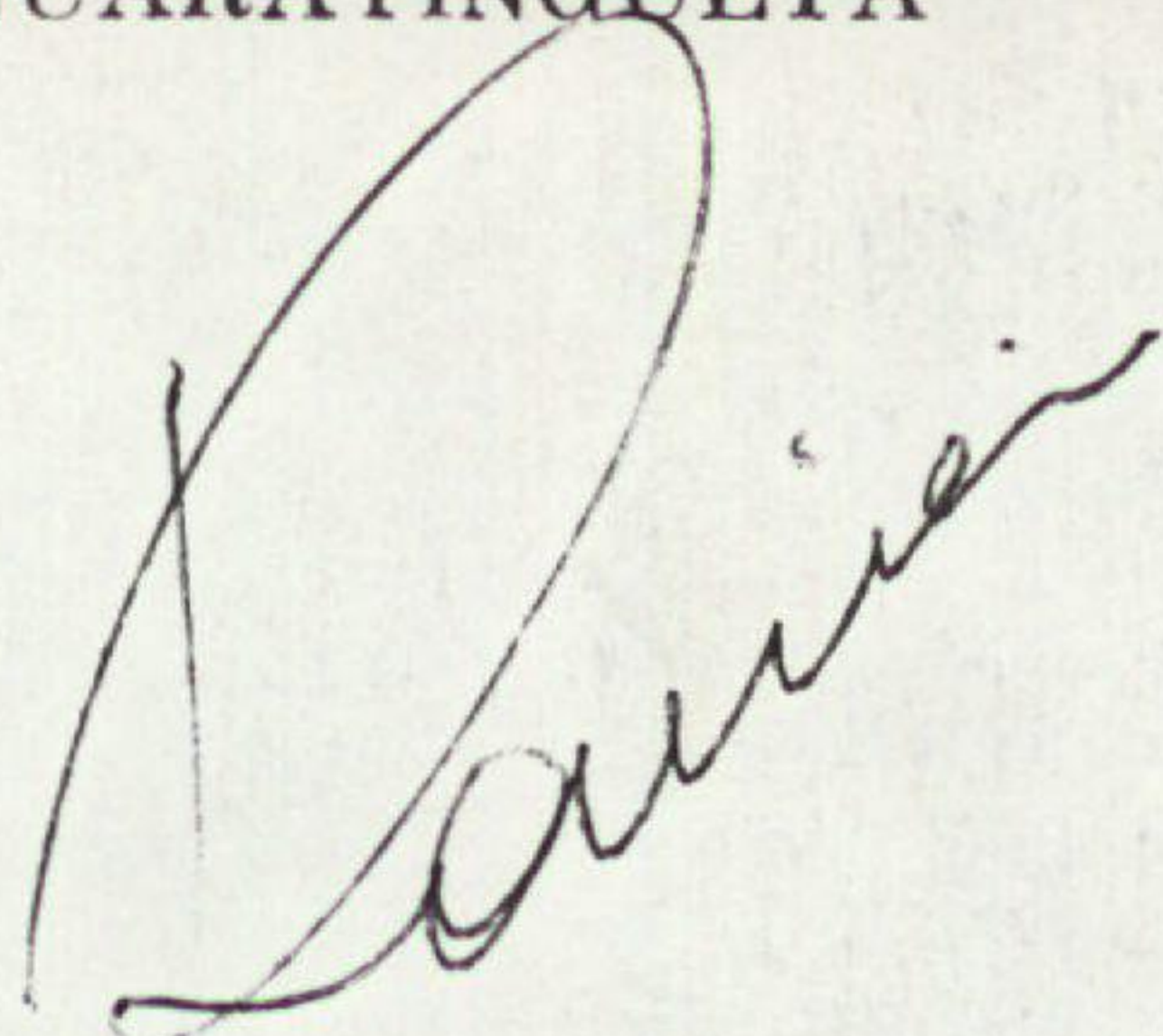
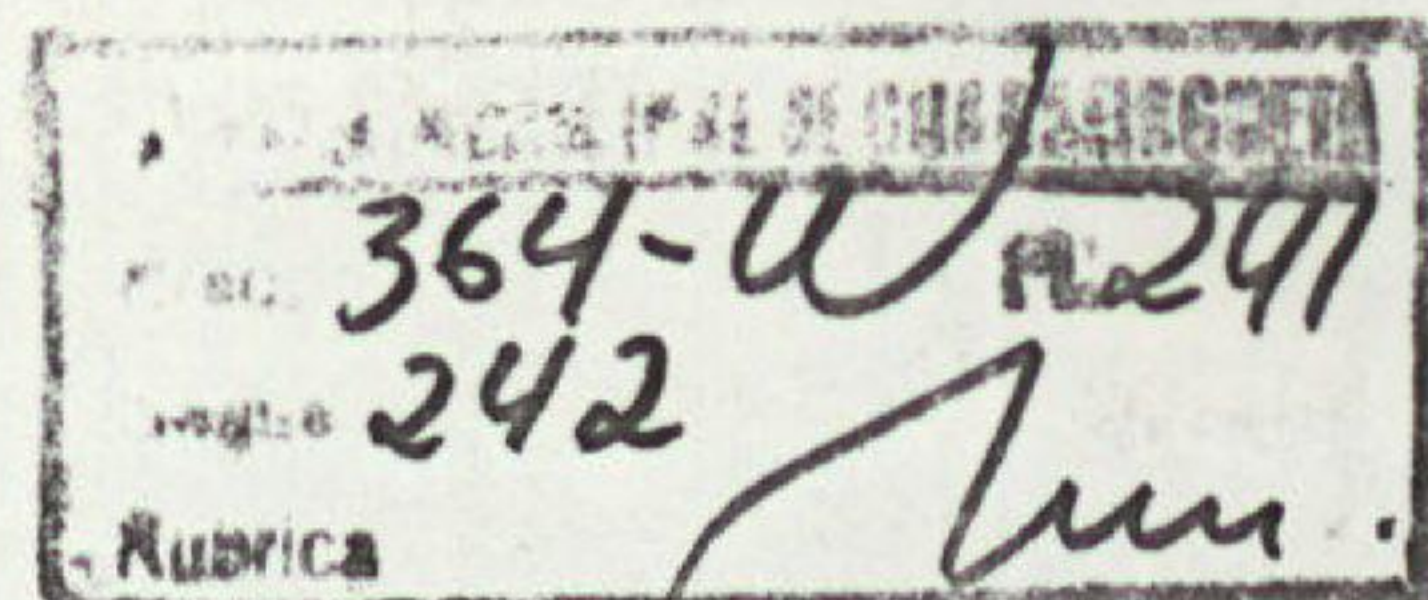
Artigo 261 - A Contribuição de Melhoria poderá ser cobrada pelo Município, para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária, tendo como limite total a despesa realizada, e como limite individual o crescimento de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado, especialmente nos seguintes casos:

- I - abertura ou alargamento de ruas, parques, campos de esporte, vias e logradouros públicos, inclusive estradas, pontes, túneis e viadutos;
- II - nivelamento, retificação, pavimentação, impermeabilização ou iluminação de vias e logradouros públicos, bem como a instalação de esgotos pluviais ou sanitários;
- III - proteção contra inundações, saneamento em geral, drenagens, retificação e regularização de cursos d'água;
- IV - canalização de água potável e instalação de rede elétrica;
- V - aterros e obras de embelezamento em geral, inclusive desapropriação para desenvolvimento paisagístico.

Artigo 262 - Para cobrança da Contribuição de Melhoria a repartição competente deverá:

- I - publicar previamente os seguintes elementos:
 - a) memorial descritivo do projeto;
 - b) orçamento do custo da obra;
 - c) determinação da parcela do custo da obra a ser financiada pela Contribuição;
 - d) delimitação da zona beneficiada;
 - e) determinação do fator de absorção do benefício de valorização para toda a zona ou para cada uma das áreas diferenciadas, nela contidas;
- II - fixar o prazo, não inferior a trinta (30) dias, para impugnação pelos interessados, de qualquer dos elementos referidos no número anterior.

§ 1º - Por ocasião do respectivo lançamento, cada contribuinte

deverá ser notificado do montante da contribuição, da forma e dos prazos de seu pagamento e dos elementos que integrarem o respectivo cálculo.

§ 2º - Caberá ao contribuinte o ônus da prova quando impugnar quaisquer dos elementos a que se refere o número I deste artigo.

Artigo 263 - Responde pelo pagamento da Contribuição de Melhoria o proprietário do imóvel ao tempo do respectivo lançamento, transmitindo-se a responsabilidade aos adquirentes, ou sucessores, a qualquer título.

Artigo 264 - As obras ou melhoramentos que justifiquem a cobrança da Contribuição de Melhoria enquadrar-se-ão em dois programas:

I - ordinário, quando referentes a obras preferenciais e de iniciativa da própria administração; e

II - extraordinários, quando referente a obra de menor interesse geral, solicitada por, pelo menos, dois-terços dos proprietários interessados.

Artigo 265 - No custo das obras serão computadas as despesas de estudo e administração, desapropriação e operações de financiamento, inclusive juros não excedentes de 12% (doze por cento) ao ano sobre o capital empregado.

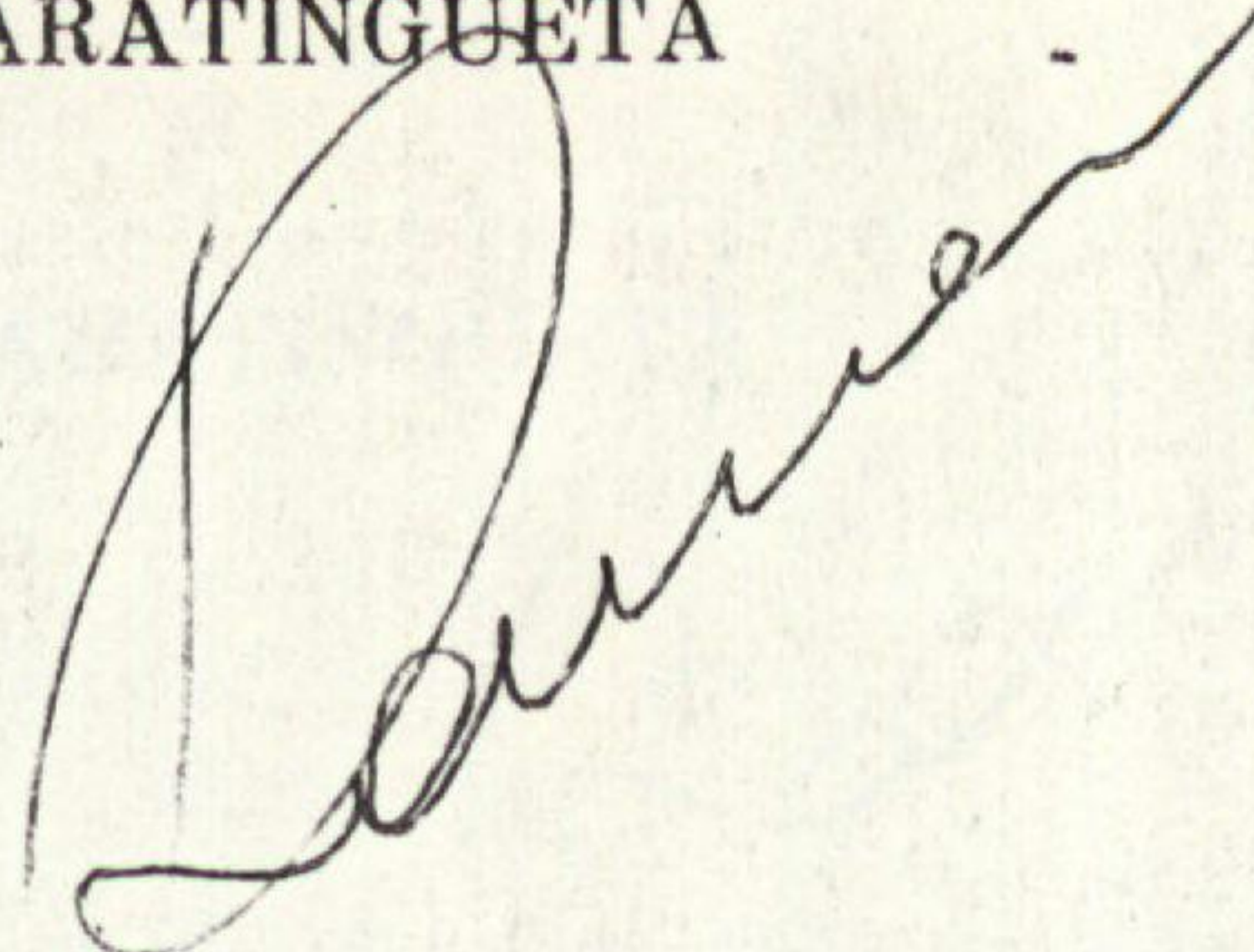
Artigo 266 - A distribuição gradual da Contribuição de Melhoria entre os contribuintes será feita proporcionalmente aos valores venais dos terrenos presumivelmente beneficiados, constantes do Cadastro Imobiliário; na falta deste elemento, tomar-se-á por base a área ou a testada dos terrenos.

Artigo 267 - No cálculo da Contribuição de Melhoria deverão ser individualmente considerados os imóveis constantes do loteamento aprovado ou fisicamente divididos em caráter definitivo.

Artigo 268 - Para o cálculo necessário à verificação da responsabilidade dos Contribuintes, prevista neste Código, serão também computadas quaisquer áreas marginais.

Parágrafo Único - Correrão por conta da Prefeitura as despesas da obra ou melhoramento executado, quando este atingir áreas cujo domínio haja sido legalmente transferido à União, ao Estado ou ao próprio Município.

Artigo 269 - Quando houver condomínio, quer de simples terreno, quer de terreno e edificação, a contribuição será lançada em



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARATINGUETÁ
 Proc. 369-W nº 242
 Segue 243
 Rubrica *[assinatura]*

nome de todos os condôminos que serão responsáveis na proporção de suas quotas.

Artigo 270 - Em se tratando de vila edificada no interior do quarteirão, a Contribuição de Melhoria correspondente à área pavimentada fronteira à entrada da vila e será cobrada de cada proprietário proporcionalmente ao terreno ou fração ideal de terreno de cada um. A área reservada à via ou logradouro interno, de serventia comum, será pavimentada integralmente por conta dos proprietários.

Artigo 271 - As obras a que se refere o número II do artigo 264, - quando julgadas de interesse público, só poderão ser iniciadas após ter sido feita pelos interessados a caução fixada.

§ 1º - A importância da caução não poderá ser superior a 2/3 (dois terços) do orçamento total previsto para a obra.

§ 2º - O órgão fazendário promoverá, a seguir, a organização do respectivo rol de contribuições, em que mencionará a caução que couber a cada interessado.

Artigo 272 - Completadas as diligências de que trata o artigo anterior, expedir-se-á edital convocando os interessados para, no prazo de trinta (30) dias, examinarem o projeto, as especificações, o orçamento, as contribuições e a caução, apontando as dúvidas e enganos a serem sanados.

§ 1º - As cauções não vencerão juros e deverão ser prestadas dentro do prazo não superior a trinta (30) dias, a contar da data do vencimento do prazo fixado no edital - de que trata este artigo.

§ 2º - Prestadas todas as cauções individuais e achando-se solucionadas as reclamações feitas, as obras serão executadas, procedendo-se daí em diante, na conformidade dos dispositivos concernentes a execução de obras do plano ordinário.

Artigo 273 - Ainda dentro do prazo de trinta (30) dias, referido no artigo anterior, poderá o proprietário reclamar contra a importância lançada, de acordo com o processo estabelecido para as reclamações contra lançamento de tributos previsto neste Código.

Parágrafo Único - A execução das obras e melhoramentos só terão início após o julgamento das reclamações de que trata -

[Handwritten signature]

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARATINGUETÁ
 Proc. 369-W nº 292
 Segus 243
 Rubrica *[Handwritten signature]*

nome de todos os condôminos que serão responsáveis na proporção de suas quotas.

Artigo 270 - Em se tratando de vila edificada no interior do quarteirão, a Contribuição de Melhoria correspondente à área pavimentada fronteira à entrada da vila e será cobrada de cada proprietário proporcionalmente ao terreno ou fração ideal de terreno de cada um. A área reservada à via ou logradouro interno, de serventia comum, será pavimentada integralmente por conta dos proprietários.

Artigo 271 - As obras a que se refere o número II do artigo 264, quando julgadas de interesse público, só poderão ser iniciadas após ter sido feita pelos interessados a caução fixada.

§ 1º - A importância da caução não poderá ser superior a 2/3 (dois terços) do orçamento total previsto para a obra.

§ 2º - O órgão fazendário promoverá, a seguir, a organização do respectivo rol de contribuições, em que mencionará a caução que couber a cada interessado.

Artigo 272 - Completadas as diligências de que trata o artigo anterior, expedir-se-á edital convocando os interessados para, no prazo de trinta (30) dias, examinarem o projeto, as especificações, o orçamento, as contribuições e a caução, apontando as dúvidas e enganos a serem sanados.

§ 1º - As cauções não vencerão juros e deverão ser prestadas dentro do prazo não superior a trinta (30) dias, a contar da data do vencimento do prazo fixado no edital de que trata este artigo.

§ 2º - Prestadas todas as cauções individuais e achando-se solucionadas as reclamações feitas, as obras serão executadas, procedendo-se daí em diante, na conformidade dos dispositivos concernentes a execução de obras do plano ordinário.

Artigo 273 - Ainda dentro do prazo de trinta (30) dias, referido no artigo anterior, poderá o proprietário reclamar contra a importância lançada, de acordo com o processo estabelecido para as reclamações contra lançamento de tributos previsto neste Código.

Parágrafo Único - A execução das obras e melhoramentos só terão início após o julgamento das reclamações de que trata -

| | |
|---------------------------------|------------|
| CASA MUNICIPAL DE GUARATINGUETÁ | |
| Proc. 364- <i>u</i> | 246 |
| Segue 247 | <i>Mu.</i> |
| Rubrica | |

so, dispositivos e tabelas anexas, dêste Código, que - estiverem conflitantes com os princípios básicos da im-
plantação do Plano Diretor do Desenvolvimento Integra-
do.

Artigo 291 - Nos casos em que se fizer necessário, a juízo da Admi-
nistração, aplicar-se-á o disposto na Lei Federal nº..
5172, de 25/10/66 - Código Tributário Nacional.

Artigo 292 - Este Código entrará em vigor a partir de 1º de janeiro
de 1 971, revogadas as disposições em contrário, espe-
cialmente a Lei nº 982, de 26 de dezembro de 1 966; e
a Lei nº 1.111, de 23 de maio de 1 969.

Prefeitura Municipal de Guaratinguetá, 26 de outubro de 1 970.

Rafael Américo Manieri
= RAFAEL AMÉRICO MANIERI =
PREFEITO

Publicada nesta F. na data supra.
Registrada no Livro de Leis nº IX.

= WALTER DE OLIVEIRA MELLO =
Secretário do Expediente

